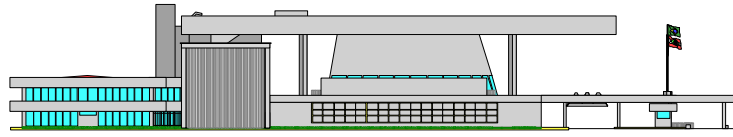


PALÁCIO BARRIGA-VERDE



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LVIX

FLORIANÓPOLIS, 07 DE AGOSTO DE 2009

NÚMERO 6.070

16ª Legislatura  
3ª Sessão Legislativa  
MESA

Jorginho Mello  
**PRESIDENTE**

Gelson Merísio  
**1º VICE-PRESIDENTE**

Jailson Lima  
**2º VICE-PRESIDENTE**

Moacir Sopelsa  
**1º SECRETÁRIO**

Dagomar Carneiro  
**2º SECRETÁRIO**

Valmir Comin  
**3º SECRETÁRIO**

Ada Faraco de Luca  
**4º SECRETÁRIO**

**LIDERANÇA DO GOVERNO**  
Elizeu Mattos

**PARTIDOS POLÍTICOS**  
(Lideranças)

**PARTIDO PROGRESSISTA**  
Líder: Joares Ponticelli

**PARTIDO DO MOVIMENTO  
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**  
Líder: Antônio Aguiar

**DEMOCRATAS**  
Líder: Cesar Souza Júnior

**PARTIDO COMUNISTA DO  
BRASIL**  
Líder: Angela Albino

**PARTIDO DOS TRABALHADORES**  
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL  
DEMOCRACIA BRASILEIRA**  
Líder: Serafim Venzon

**PARTIDO TRABALHISTA  
BRASILEIRO**  
Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO REPUBLICANO  
BRASILEIRO**  
Líder: Professora Odete de Jesus

**PARTIDO POPULAR SOCIALISTA**  
Líder: Professor Grandó

**PARTIDO DEMOCRÁTICO  
TRABALHISTA**  
Líder: Sargento Amauri Soares

## COMISSÕES PERMANENTES

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO  
E JUSTIÇA**  
Romildo Titon - Presidente  
Marcos Vieira - Vice-Presidente  
Jean Kuhlmann  
Cesar Souza Júnior  
Dirceu Dresch  
Pedro Uczai  
Sargento Amauri Soares  
Joares Ponticelli  
Elizeu Mattos  
Terças-feiras, às 9:00 horas

**COMISSÃO DE TRANSPORTES  
E DESENVOLVIMENTO  
URBANO**  
Reno Caramori - Presidente  
Décio Góes - Vice-Presidente  
Narcizo Parisotto  
José Natal Pereira  
Manoel Mota  
Adherbal Deba Cabral  
Jean Kuhlmann  
Terças-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE PESCA E  
AQUICULTURA**  
Pe. Pedro Baldissera - Presidente  
Darci de Matos - Vice-Presidente  
Giancarlo Tomelin  
Edison Andrino  
Adherbal Deba Cabral  
Reno Caramori  
Professor Grandó  
Quartas-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, E  
POLÍTICA RURAL**  
Rogério Mendonça - Presidente  
Reno Caramori - Vice-Presidente  
Sargento Amauri Soares  
Dirceu Dresch  
Serafim Venzon  
Romildo Titon  
Ismael dos Santos  
Quartas-feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TRABALHO,  
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO  
PÚBLICO**  
Manoel Mota - Presidente  
Joares Ponticelli - Vice-Presidente  
Elizeu Mattos  
Dirceu Dresch  
Jean Kuhlmann  
Giancarlo Tomelin  
Professor Grandó  
Terças-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE FINANÇAS E  
TRIBUTAÇÃO**  
Marcos Vieira - Presidente  
Darci de Matos - Vice-Presidente  
Décio Góes  
Kennedy Nunes  
José Natal Pereira  
Manoel Mota  
Renato Hinnig  
Professora Odete de Jesus  
Silvio Dreveck  
Quartas-feiras, às 09:00 horas

**COMISSÃO DE SEGURANÇA  
PÚBLICA**  
Darci de Matos - Presidente  
Sarg. Amauri Soares - Vice-Presidente  
Adherbal Deba Cabral  
Pedro Uczai  
Elizeu Mattos  
Kennedy Nunes  
Nilson Gonçalves  
Quartas-feiras às 11:00 horas

**COMISSÃO DE ECONOMIA,  
CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E  
ENERGIA**  
Silvio Dreveck - Presidente  
Renato Hinnig - Vice-Presidente  
Elizeu Mattos  
Serafim Venzon  
Pedro Uczai  
Professor Grandó  
Quartas-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TURISMO E MEIO  
AMBIENTE**  
Décio Góes - Presidente  
Renato Hinnig - Vice-Presidente  
Marcos Vieira  
Edison Andrino  
Ismael dos Santos  
Reno Caramori  
Professor Grandó  
Quartas-feiras, às 13:00 horas

**COMISSÃO DE SAÚDE**  
Genésio Goulart - Presidente  
Prof. Odete de Jesus - Vice-  
Presidente  
Darci de Matos  
Giancarlo Tomelin  
Ana Paula Lima  
Kennedy Nunes  
Antônio Aguiar  
Terças-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE DIREITOS E  
GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE  
AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER**  
Ana Paula Lima - Presidente  
Kennedy Nunes - Vice-Presidente  
Genésio Goulart  
José Natal Pereira  
Rogério Mendonça  
Professora Odete de Jesus  
Ismael dos Santos  
Quartas-feiras às 10:00 horas

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,  
CULTURA E DESPORTO**  
Pedro Uczai - Presidente  
Antônio Aguiar - Vice-Presidente  
Cesar Souza Júnior  
Serafim Venzon  
Genésio Goulart  
Professor Grandó  
Lício Mauro da Silveira  
Quartas-feiras às 08:00 horas

**COMISSÃO DE  
RELACIONAMENTO  
INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO,  
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E  
DO MERCOSUL**  
Renato Hinnig - Presidente  
Nilson Gonçalves - Vice-Presidente  
Ana Paula Lima  
Lício Mauro da Silveira  
Elizeu Mattos  
Edison Andrino  
Narcizo Parisotto  
Terças-Feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO  
PARTICIPATIVA**  
Prof. Odete de Jesus - Presidente  
Nilson Gonçalves - Vice-Presidente  
Pe. Pedro Baldissera  
Kennedy Nunes  
Genésio Goulart  
Ismael dos Santos  
Quartas-feiras às 18:00 horas

**DIRETORIA  
LEGISLATIVA**

**Coordenadoria de Publicação:**  
responsável pela digitação e/ou  
revisão dos Atos da Mesa Diretora e  
Publicações Diversas, diagramação,  
editoração, montagem e distribuição.  
Coordenador: Walter da Luz Filho

**Coordenadoria de Taquigrafia:**  
responsável pela digitação e revisão  
das Atas das Sessões.  
Coordenadora: Maria Aparecida Orsi

**Coordenadoria de Divulgação e  
Serviços Gráficos:**  
responsável pela impressão.  
Coordenador: Claudir José Martins

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA  
EXPEDIENTE**

**Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina**  
**Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves**  
**Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC**  
**CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500**  
**Internet: www.alesc.sc.gov.br**

**IMPRESSÃO PRÓPRIA**  
**ANO XV - NÚMERO 2070**  
**1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES**  
**EDIÇÃO DE HOJE: 28 PÁGINAS**

**ÍNDICE****Plenário**

Ata da 061ª Sessão Ordinária da  
16ª realizada em 04/08/2009 .... 2

**Publicações Diversas**

Atas de Comissão Permanente ..  
..... 17  
Extratos ..... 18  
Ofícios ..... 23  
Projetos de Lei ..... 24  
Requerimentos ..... 28

**PLENÁRIO**

# ATA DA 061ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 04 DE AGOSTO DE 2009 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JORGINHO MELLO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Adherbal Deba Cabral - Antônio Aguiar - Cesar Souza Júnior - Darci de Matos - Décio Góes - Dionei Walter da Silva - Dirceu Dresch - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Genésio Goulart - Giancarlo Tomelin - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Natal - José Paulo Serafim - Julio Garcia - Lício Mauro da Silveira - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Nilson Gonçalves - Professor Grando - Professora Odete de Jesus - Renato Hinnig - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvío Dreveck - Valmir Comin.

**DEPUTADO JOSÉ NATAL** (pela ordem) - Registra a presença do vereador Caubi dos Santos Pinheiro, de Guarimirim.

Breves Comunicações

**DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS** - Reporta-se à reunião do PRB realizada em Florianópolis.

**DEPUTADO JAILSON LIMA** - Tece comentários sobre os problemas decorrentes da gripe A.

**DEPUTADO MOACIR SOPELSA** (aparte) - Lembra os prejuízos que a gripe vem causando ao setor produtivo catarinense.

**DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR** (aparte) - Ressalta a importância do pronunciamento do deputado Jailson Lima.

**DEPUTADO MOACIR SOPELSA** (pela ordem) - Registra a presença de várias personalidades de Concórdia.

**DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS** (pela ordem) - Registra a presença do prefeito Antônio Rossi, de Ponte Serrada.

**DEPUTADO DIRCEU DRESCH** - Relata eventos ocorridos no extremo oeste e no sul do estado e ressalta a importância da atuação da Cooperhaf.

**DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES** - Tece comentários sobre os projetos aprovados relacionados à Segurança Pública.

**DEPUTADO DIRCEU DRESCH** - Conclui seu pronunciamento sobre a implementação do salário mínimo regional.

Partidos Políticos

**DEPUTADO JOARES PONTICELLI** - Pede que seja assinado o acordo coletivo de trabalho com os servidores da Cohab; ressalta a importância das ações do PP durante o

recesso; critica o secretário Ronaldo Benedet.

**DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES** - Manifesta-se sobre o projeto de criação do piso salarial regional.

**DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA** - Pronuncia-se acerca do projeto que cria o salário mínimo regional catarinense.

**DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS** (pela ordem) - Registra a presença do reverendo do Helman Pereira Júnior, de Navegantes.

**DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN** (pela ordem) - Comunica a presença do prefeito de Imbituba, José Roberto Martins.

**DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR** - Coloca a posição da bancada do DEM de apoio ao projeto que estabelece o salário mínimo regional de Santa Catarina.

**DEPUTADO DARCI DE MATOS** (aparte) - Congratula-se com a posição do DEM de apoio à criação do salário mínimo regional.

**DEPUTADO RENATO HINNIG** - Faz a defesa do PMDB, que vem sendo alvo de ataques por parte da mídia.

**DEPUTADA ADA DE LUCA** (aparte) - Discorda da posição da direção nacional do PMDB quanto aos dissidentes.

**DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR** (aparte) - Cumprimenta o deputado Renato Hinnig pela defesa do PMDB.

**DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN** - Discorre sobre projeto de resolução de sua autoria que muda o nome do Palácio Barriga-Verde.

**DEPUTADO PROFESSOR GRANDO** (aparte) - Sugere emenda ao projeto de resolução que muda o nome do Palácio Barriga-Verde.

**DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS** (aparte) - Apresenta sugestão referente ao projeto do deputado Giancarlo Tomelin.

**DEPUTADO ROMILDO TITON** (pela ordem) - Registra a nova programação colocada no ar pela TVAL.

#### Ordem do Dia

**DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN** (pela ordem) - Solicita subscrever a Indicação n. 0500/2009, de autoria do deputado Adherbal Deba Cabral.

**DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA** (pela ordem) - Solicita subscrever requerimento de autoria do deputado Adherbal Deba Cabral, que parabeniza a prefeita e o presidente da Câmara de Vereadores de Jaraguá do Sul pelo aniversário do município.

**DEPUTADO NILSON GONÇALVES** (pela ordem) - Solicita subscrever requerimento de autoria do deputado Adherbal Deba Cabral, que parabeniza a prefeita e o presidente da Câmara de Vereadores de Jaraguá do Sul pelo aniversário do município.

**DEPUTADO DÉCIO GÓES** (pela ordem) - Solicita permissão para suscrever requerimento de autoria do deputado Jean Kuhlmann, cumprimentando o prefeito e o presidente da Câmara de Vereadores de Laguna pelo aniversário do município.

**DEPUTADO ELIZEU MATTOS** (pela ordem) - Solicita subscrever o Requerimento n. 0972/2009.

**DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN** (pela ordem) - Pede para subscrever o Requerimento n. 0960/2009, que trata da ADVB, e o Requerimento n. 0961/2009, de autoria do deputado Adherbal Deba Cabral, sobre a Associação dos Comerciantes de Material de Construção da Região de Blumenau.

**DEPUTADO SERAFIM VENZON** (pela ordem) - Lembra o aniversário da cidade de Brusque.

**DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR** (pela ordem) - Pede autorização para, em nome do PMDB, assinar requerimento de cumprimentos ao deputado João Matos pela sanção da Lei Nacional de Adoção; requer seja encaminhado ao filho do deputado Genésio Goulart cumprimentos pela formatura em Medicina.

**DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN** (pela ordem) - Solicita subscrever o Requerimento n. 0956/2009.

**DEPUTADO NILSON GONÇALVES** (pela ordem) - Cumprimenta o secretário Paulo Bauer pelas ações institucionais.

**DEPUTADO ELIZEU MATTOS** (pela ordem) - Pede a retirada da pauta da Ordem do Dia dos pedidos de informação por falta de quórum.

**DEPUTADO SILVIO DREVECK** (pela ordem) - Registra a presença de autoridades de São Bento do Sul.

**DEPUTADO DIRCEU DRESCH** (pela ordem) - Afirma que a questão da Celesc precisa ser esclarecida.

**DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR** (pela ordem) - Associa-se ao deputado Julio Garcia na homenagem ao ministro Paulo Gallotti.

#### Explicação Pessoal

**DEPUTADO NILSON GONÇALVES** (pela ordem) - Registra o falecimento do sr. Colatino, em São Francisco do Sul.

**DEPUTADO SILVIO DREVECK** - Procede a um balanço das atividades desenvolvidas durante os 60 dias em que esteve afastado da Alesc.

**DEPUTADO PROFESSOR GRANDO** - Explicita a sua posição e a do PPS quanto ao projeto que cria o salário mínimo regional.

**DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR** - Coloca sua posição quanto à gripe A; discorre sobre as inaugurações do governo estadual na sua região.

**DEPUTADO RENO CARAMORI** - Critica o baixo nível de investimento do governo estadual.

**DEPUTADO SILVIO DREVECK** (aparte) - Afirma que o governo do estado não cumpre os índices determinados pela Constituição.

**DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR** (aparte) - Agradece a constatação do deputado Silvio Dreveck de que o governo estadual está realizando obras.

**DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA** - Critica a falta de políticas pública em Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

(São lidas e aprovadas as atas.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

O Sr. Deputado José Natal - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado José Natal.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Muito obrigado, sr. presidente. Desejando um bom retorno a todos os srs. deputados e deputadas, quero com muito orgulho registrar a presença nesta Casa do vereador Caubi dos Santos Pinheiro, de Guarimirim, que veio a este Poder para tratar de assuntos inerentes ao seu município e à secretaria de estado de Desenvolvimento Social. Então, faço o registro desta tarde, do dia em que o vereador Caubi está aqui para tratar de assuntos inerentes ao seu município. Que seja realmente produtiva a compreensão daqueles que conduzem a máquina do estado.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Passaremos às Breves Comunicações.

Inscrita para falar, em primeiro lugar, a deputada Professora Odete de Jesus, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, deputado Jorginho Mello, srs. deputados integrantes da Mesa, sras. deputadas, srs. deputados, nossas taquígrafas, imprensa falada, escrita e televisada, público que nos acompanha através

da TVAL e da Rádio Alesc Digital, em primeiro lugar quero agradecer o presente que v.exa., sr. presidente, deu para todos os srs. e sras. deputadas: este magnífico *button* que será o nosso cartão de visita onde nós estivermos representando este Poder.

Se v.exas. me derem licença, eu, hoje, quero falar do meu Partido Republicano Brasileiro, pelo qual tenho muito zelo e muito carinho. Quero dizer que foi realizada, no dia 29, uma reunião em Florianópolis, na qual estiveram presentes três estados: o Paraná, com os seus deputados estaduais e federais, o nosso estado, com seus integrantes, e também o Rio Grande do Sul. Pudemos também contar com a presença do presidente nacional do Partido Republicano Brasileiro, dr. Vitor Paulo, e do presidente do Conselho de Ética do Partido Republicano Brasileiro em nível nacional, dr. Jerônimo Alves.

Foi uma reunião muito produtiva e pudemos contar com a presença de companheiros de diversos municípios. Numa quarta-feira, um dia de trabalho, muitos se fizeram presentes e pudemos falar de diversos assuntos: o estatuto do partido, as eleições de 2010 e assim por diante. Foi uma reunião com muitas emoções.

Eu fui surpreendida, srs. deputados, sras. deputadas e sr. presidente, ao ser designada pelos integrantes da Executiva Nacional, dr. Vitor Paulo e dr. Jerônimo Alves, para presidir, no estado de Santa Catarina, a Fundação Republicana Brasileira, e fiquei muito feliz.

A ação da Fundação Republicana Brasileira baseia-se, principalmente, na abertura de espaços para a disseminação do conhecimento e para debater sobre política. As pessoas não querem ouvir a palavra política, mas ela está nas nossas vidas desde antes de nascermos. O bebê, quando está no ventre da mãe, já está fazendo a sua política com movimentos, quando quer-se alimentar. Sou mãe, graças a Deus tenho a honra de ter uma filha que só me dá alegrias, e quando eu estava grávida e ia alimentar-me, a criança se movimentava. Isso é natural.

Então, a criança antes de nascer já faz a sua política. Depois que nasce e cresce, faz a política de querer qualidade de vida, de ir ao supermercado e fazer pesquisa de preços para pagar um produto bom e barato. Isso é a política do dia a dia, e querer um bom atendimento dos órgãos públicos é fazer política.

Queremos dizer que daremos cursos para essas crianças e jovens. Estaremos também ministrando palestras nas universidades - e isso eu já faço. Portanto, haverá debates sobre política.

Nós também traremos novamente, nesses cursos de formação política, o amor à pátria. Já falei desta tribuna que fui professora de OSPB e de Educação Moral e Cívica, matéria que foi abolida das escolas. Vamos falar sobre os símbolos nacionais, sobre o amor à pátria e ao próximo.

Então, senhores, faremos debates e estaremos valorizando a participação do cidadão nesse processo, já que a política influencia diretamente a vida de cada um de nós, o nosso dia a dia.

Nós vamos ter a oportunidade também de desenvolver projetos sociais em

nosso estado, como já estou fazendo. Eu tenho um trabalho, na Grande Florianópolis, em 60 comunidades carentes, onde sou voluntária. Não vou esconder, eu sou fundadora de um trabalho social para mulheres carentes, a Escola de Mulheres, na qual elas trabalham nas próprias comunidades em oficinas. Eu sou fundadora e voluntária e volta e meia estou lá na comunidade participando com elas.

Vamos continuar o trabalho, pois a nossa missão é ensinar por meio de cursos gratuitos oferecidos à comunidade, e é importante o cidadão estar sempre participando. É uma tarefa muito árdua porque sabemos que são desafios muito grandes, mas vamos enfrentá-los. Devido aos últimos acontecimentos que estamos acompanhando pela mídia no Senado, na Câmara Federal, as pessoas não querem nem ouvir a palavra política. Então, nós vamos falar do lado bom da política. Aliás, todo esse contexto desagradável é, na verdade, uma excelente oportunidade, srs. deputados, para que o trabalho da Fundação Republicana Brasileira cresça. Nós iremos a campo mostrar que cada um dos tipos de política republicana é possível em nosso Brasil.

Esse trabalho já existe em alguns estados e Santa Catarina também foi contemplada. Não será por conta de alguns descaminhos que o exercício da vida política, da vida pública será uma atividade menos nobre. Acreditamos que vamos sair dessa crise em nossas instituições melhor do que entramos. É um aprendizado para o futuro do nosso país. Nosso interesse à frente da fundação é bastante grande. Por meio de exemplos positivos, o republicanismo e a democracia ainda são as melhores ferramentas para uma sociedade melhor e mais pluralista. Levaremos aos jovens e às crianças, enfim, a todas as pessoas, um debate construtivo sobre a participação na política, nos partidos e na sociedade, deixando bem claro, srs. deputados, que sempre respeitaremos as outras siglas partidárias, porque cada uma tem os seus objetivos.

Nosso propósito é, a partir dessa iniciativa que nos foi delegada pelo dirigente nacional do Partido Republicano Brasileiro, trabalhar pela construção da cidadania plena.

Quero agradecer a todos os que estão orando e telefonando com relação à saúde do vice-presidente José Alencar, e dizer que, graças a Deus, ele está muito bem.

Muito obrigada, que Deus abençoe todos!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Jailson Lima, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Quero cumprimentar os colegas deputados nesse retorno a esta Casa, após o recesso, quando se trabalha muito, e cumprimentar também os funcionários, os telespectadores da TVAL e os ouvintes da Rádio Alesc Digital.

Gostaria de, publicamente, parabenizar o deputado João Matos, porque ontem foi sancionada pelo presidente Lula a Lei da Adoção, em Brasília, um ato de extrema relevância no contexto nacional das adoções. Nós já elaboramos uma moção a ser dirigida ao deputado João Matos e queremos, publicamente, parabenizá-lo.

Mas um dos motivos da minha intervenção neste momento é para dizer ao povo catarinense que tenha calma com a tal da gripe A, também denominada de gripe suína. A imprensa nacional tem prestado um desserviço à sociedade brasileira ao estabelecer um clima de consternação e preocupação relevantes em relação a essa gripe.

Nós sabemos que por trás do episódio da gripe A existe um movimento e uma estrutura da indústria farmacêutica para a venda do produto chamado Tamiflu, cuja patente é da Roche/Gilead Sciences.

Se formos lembrar dois ou três atrás, quando houve a gripe aviária, veremos que diziam que no mundo haveria uma pandemia com mais de 200 mil óbitos. Foram registrados, no entanto, segundo a Organização Mundial da Saúde, 237 óbitos de gripe aviária no mundo.

Nós estamos vendo que os hospitais de Santa Catarina e do Brasil estão ficando entupidos de gente portadora de uma gripe comum. Nós sabemos que a sintomatologia é a mesma: febre, dor de cabeça, mal-estar, vômito. A primeira coisa a fazer: ingerir muito líquido e procurar o médico no posto de saúde. As pessoas não precisam ir direto ao pronto-socorro dos hospitais. Fiquem tranquilas e não se apavorem, porque se apavorar, catarinenses, é transformar em gripe A aquilo que é um simples resfriado.

Por incrível que pareça, houve um procurador do Rio de Janeiro que resolveu entrar com uma ação judicial para pedir a liberação do produto para o consumo. Estavam tomando o tal do Tamiflu de forma preventiva, e sabemos que no Japão, nos Estados Unidos e na Alemanha existe resistência ao vírus pelo uso indevido desse tipo de medicamento.

Então, em primeiro lugar, devo dizer que o ministério da Saúde tomou todas as medidas necessárias de orientação, de envio de kits para os estados e de controle de fronteiras. O estado de Santa Catarina tomou as suas medidas também através da secretária da Saúde. As prefeituras estão tomando medidas de controle e de acompanhamento. Então, não se deve tomar o medicamento aleatoriamente.

Recentemente houve o caso de uma moça de 15 anos que morreu no avião, vindo dos Estados Unidos para o Brasil, devido a uma complicação pulmonar, e ela tinha o medicamento dentro da bolsa. Houve a preocupação em tomar o remédio, e os serviços médicos não detectaram uma complicação pulmonar, que até pode ter sido da gripe A, mas ainda não se sabe.

Então, fazemos essas observações porque só nos Estados Unidos já foram detectadas 600 complicações neuropsiquiátricas pelo uso indevido do remédio, muito mais do que o número de pessoas que já morreram no mundo inteiro em decorrência da gripe A.

Outro dado interessante é que a Organização Mundial da Saúde deixa muito claro que é importante não haver pânico. Foram registrados até agora, no país, 382 casos de morte pela gripe A; em Santa Catarina, três óbitos devidamente confirmados.

O SR. Deputado Moacir Sopelsa - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Pois não!

O SR. Deputado Moacir Sopelsa - Deputado, primeiramente quero cumprimentá-

lo, pois sendo médico seu pronunciamento na tribuna desta Casa com certeza contribui muito para tranquilizar a população brasileira, já que tivemos notícias hoje, através de todos os veículos de comunicação, que em Concórdia ocorreram duas mortes causadas pela gripe A.

Mas quero dizer que também ouvi um médico, colega seu, ontem à noite, do Rio Grande do Sul, chamando a atenção para a preocupação de que está tomada a população, a ponto de trazer medicamentos contrabandeados de outros países, ingerindo-os sem serem prescritos por profissional, por médico. Esse é um risco que muitos estão correndo. V.Exa. além de tudo traz tranquilidade, pois pelos dados que está mostrando podemos ver que temos outras doenças que matam muito mais. É claro que uma morte, é uma morte.

Deputado Jailson Lima, eu quero concluir dizendo que há um grande prejuízo quando as pessoas vão ao maior veículo de comunicação do país, que é a televisão, e referem-se a essa gripe como gripe suína. V.Exa. não imagina o prejuízo que isso está trazendo para o setor produtivo! Essa é uma questão que precisaria ter até a intervenção do governo federal para que a doença seja anunciado de fato como ela é e não com o apelido que recebeu, prejudicando os que trabalham, os que produzem.

Muito obrigado, deputado Jailson Lima.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Gostaria de parabenizar v.exa. por trazer esse tema que está abalando a sociedade mundial, e mais particularmente o Brasil. O vírus Influenza A está atacando, sim, a nossa comunidade e, como v.exa. afirmou, os efeitos colaterais do remédio que está sendo tomado indevidamente, mais precisamente o antiviral Tamiflu, vão gerar prejuízos muito maiores para a saúde do que pela própria doença, uma vez que o vírus H1N1 está relacionado diretamente com a nossa resistência. Quer dizer, para a nossa resistência ao vírus ser maior ou menor, vai depender das nossas condições físicas, ou seja, quanto mais saudável estivermos mais facilmente esse vírus será debelado.

Gostaria de parabenizar mais uma vez o médico e deputado Jailson Lima, porque esse tema é importante para a orientação da nossa população.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Muito obrigado, deputado Antônio Aguiar.

Para concluir, sr. presidente, só para se ter uma noção, até o dia 30 de junho morreram no Brasil, da chamada Gripe A, 382 pessoas, ao passo que no mundo meio milhão de pessoas foram a óbito em virtude da gripe comum e dois milhões de pessoas morreram de malária, mortes que poderiam ter sido evitadas com o uso de simples mosquiteiros.

Então, estou citando alguns dados só para esclarecer. E quero dizer também que para combater a gripe A ou suína, vamos comer suíno, porque é carne, é proteína, é vitamina e ajuda o cidadão a ficar mais saudável!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Sr. presidente, srs. deputados, quero cumprimentar e dar boas-vindas a Vanduir Martini, gerente-geral da Copérdia, em Concórdia; ao sr. Pêrsio Martini, seu pai, e ao Luan Martini, neto e filho. Sintam-se bem aqui na Casa do Povo, na nossa Assembléia Legislativa.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Gostaria de cumprimentar o prefeito Antônio Rossi, o Toninho, de Ponte Serrada, que nos prestigia com sua presença.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Esta Presidência registra as presenças de todos os visitantes nesta Casa.

Com a palavra o deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, tivemos, neste último final de semana, vários grandes eventos. E um dos eventos marcantes de que participamos foi o lançamento do projeto de turismo de meio ambiente no município de Dionísio Cerqueira, na última quinta-feira, que diz respeito à construção de uma estratégia de desenvolvimento regional entre o Brasil e Argentina, um projeto de turismo de fronteira, com os estados de Misiones, do Paraná e de Santa Catarina.

Tivemos a presença de um grande número de lideranças, entre elas o presidente do Sebrae, Paulo Camotto, o governador do estado do Paraná e o governador de Misiones, juntamente com quatro secretários, além de muitos prefeitos de toda a região catarinense e paranaense. Enfim, foi um grande evento internacional.

Quero parabenizar principalmente o prefeito do município de Dionísio Cerqueira, que coordenou todo o evento, pois dele participaram milhares de pessoas. O evento contou também com a importante presença do representante do ministério do Turismo, na pessoa do secretário executivo do governo federal, já liberando um conjunto de recursos para um projeto extremamente grandioso, com a perspectiva de investimentos em torno de R\$ 8 milhões, dele constando a formação de um grande lago, construções diversas, parques e estruturas para a realização de grandes eventos, de atividades culturais e turísticas. Isso tudo para aproveitar o grande potencial turístico que há entre a Argentina e o Brasil e os estados que fazem divisa.

Queremos parabenizar toda a equipe da prefeitura, assim como o prefeito e a Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina, a Ameosc, por esse grande evento e por essa grande atividade.

Ocorreu outro grande evento em Chapecó, na última quinta-feira pela manhã, que foi a assinatura do contrato e a liberação do início das obras de mais de 180 habitações rurais por parte da Cooperhaf, que atua em Santa Catarina, da Cresol e da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul, Fetraf/Sul.

A Cooperhaf vem-se destacando e hoje, inclusive, haverá dois grandes eventos no

sul do estado: lá em Braço do Norte, pela tarde, e na manhã de hoje em Jaguaruna, com a assinatura de contratos de habitação. Tanto é que hoje a Cooperhaf é a entidade que está em segundo lugar, logo depois da Caixa Econômica Federal, na construção de habitações na agricultura familiar.

Então, orgulha-nos participar da história da construção desta importante organização, que é a Cooperativa da Agricultura Familiar, que vem-se destacando tanto no Brasil. Quer dizer, a iniciativa do governo federal foi criar um grande programa de habitação e agora, a partir de abril deste ano, um programa específico para a habitação aos agricultores familiares. E hoje a Cooperhaf está concorrendo com três entidades em nível internacional ao prêmio, com grande chance de vencer, como a melhor experiência de habitação juntamente com o debate social organizativo, econômico e com a habitação rural.

A decisão vai sair nos próximos dias e com certeza essa entidade receberá um grande prêmio pelo grande trabalho que vem realizando com o programa Caprichando a Morada, que atua, além da construção da casa, na formação técnica, política e administrativa dos agricultores e de suas propriedades. Há um módulo que discute o embelezamento da propriedade, como o pomar, a horta, além da organização econômica e social dos agricultores familiares, através do cooperativismo e associativismo. Então, o programa Caprichando a Morada vai fazer com que essa entidade seja a grande premiada em nível internacional.

Para finalizar, quero aproveitar o momento para reafirmar o nosso grande compromisso junto à luta das centrais sindicais, à luta do povo brasileiro no sentido de melhorar a vida e de fazer uma distribuição maior de renda em nosso país. E isso se dá através do salário mínimo, do piso salarial regional.

Nós estamos vendo isso em nível de país, reafirmando cada vez mais que o Brasil hoje está passando por um momento de crise nacional. Mas o Brasil já está retomando o crescimento, retomando o nível de emprego, através das políticas públicas do governo Lula, do governo federal, no sentido de valorizar o salário dos trabalhadores, criando um grande mercado consumidor e melhorando a renda dos trabalhadores. Já estamos chegando a 70% de ganho real do salário mínimo no Brasil.

Essa sempre foi uma grande luta desde o início dos anos 80, ou seja, que o Brasil só teria solução se melhorasse a condição de renda do seu trabalhador, da sua classe trabalhadora. Isso vem-se confirmando com datas, com informações e com números. E estamos provando para o empresariado brasileiro e para outros governos que melhorando o salário dos trabalhadores melhoramos o poder aquisitivo e fazemos crescer a renda dos trabalhadores brasileiros.

Por isso, aqui no estado não podemos ter dúvidas em implantar o piso mínimo estadual. Temos que cobrir uma situação de milhares de trabalhadores que ainda não estão amparados por uma negociação coletiva e por uma organização sindical forte.

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Inscrito o sr. deputado Sargento Amauri Soares, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Digital Alesc, público que nos acompanha nesta sessão, servidores da Assembleia Legislativa, nas últimas sessões ordinárias realizadas nos dias 15 e 16 de julho, antes de entrarmos em recesso, foram aprovados aqui três projetos relativos a direitos para os servidores da Segurança Pública, com interesse, evidentemente, também para os bombeiros e para os policiais militares.

Quero aqui, mais uma vez, falar sobre esses três projetos para que fique muito clara a nossa posição. Um dos projetos é o que trata da indenização por morte ou incapacidade física provocada por acidente ou trauma quando em função do serviço. Nós apoiamos, aplaudimos esse projeto neste plenário e só lamentamos que ele não existisse há 175 anos quando foi criada a Polícia Militar.

O segundo projeto trata de um abono de R\$ 300,00 pago em três vezes, sendo a primeira parcela agora em agosto de 2009, a segunda somente em fevereiro de 2010, e a terceira e última parcela daqui a um ano, em agosto de 2010, em pleno processo eleitoral. Nós fizemos emendas no sentido de que o governo pagasse integralmente esse abono ainda no ano de 2009, não conseguimos aprová-las, mas mesmo assim votamos a favor do texto sem as nossas emendas.

Lamentamos a miséria da proposta salarial do governo Luiz Henrique para um período de cinco anos de governo. Sim, porque precisa ser vista nesses termos, uma vez que a última proposta salarial que o governo apresentou para os servidores da Segurança Pública foi em 10 de outubro de 2005. Portanto, 2006 inteiro, 2007 inteiro, 2008, 2009 e 2010 inteiros não ocorreu nada, porque a última parcela de R\$ 100,00 de abono será paga em agosto do ano que vem, e temos cinco anos para pagar uma proposta salarial de R\$ 300,00. Evidentemente que é uma mixaria esse valor parcelado em três vezes, com seis meses de prazo entre uma e outra parcela, ou seja, trata-se de uma proposta bastante irrisória.

Eu quero falar também sobre o projeto que foi chamado de projeto de valorização dos militares estaduais. Esse termo é uma afronta para a maioria dos militares estaduais que são os praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros. Sim, porque os dois projetos de que falei antes, o abono e a indenização por morte ou incapacidade física, são para todos os servidores da Segurança, inclusive para os delegados, os coronéis, os agentes prisionais, os policiais civis da base e para os monitores, para todos! Agora, esse de valorização dos militares estaduais, cujo nome vem para pretensamente agradar, na verdade é uma afronta porque na prática é um projeto de valorização dos oficiais e de humilhação dos praças. E não temos palavra melhor para nos referir àquele PLC que foi votado aqui, meio que à força, no dia 16 de julho último.

O projeto consolida a discriminação salarial que existe historicamente, aquela discriminação que nós pretendíamos superar através do pagamento integral da Lei Complementar n. 254, que não foi cumprida pelo governador. E eu não estou aqui falando nenhum absurdo, todos que estavam aqui na legislatura anterior lembram de quantos discursos foram feitos pelo governador, por



seus secretários e por deputados, inclusive, de que o governo pagaria a Lei n. 254 integralmente. Não pagou! Portanto, a justiça salarial pretendida não foi feita. E através do PLC n. 0027, aprovado aqui no dia 16 de julho, foi consolidada a discriminação.

Colocou-se de novo a matéria como um projeto de lei complementar, para tornar lei a discriminação que existe nos salários dos servidores da Segurança Pública desde 1992. Quantas lutas e batalhas para superar essa discriminação! Ela não foi superada porque a Lei n. 254 não foi cumprida, e ela havia sido reiterada, consolidada e reafirmada pelo governador Luiz Henrique.

Além de fazer isso, esse PLC criou outras discriminações porque instituiu indenizações, gratificações, verbas indenizatórias que serão recebidas majoritariamente pelos oficiais. Menos de 5% dos praças serão beneficiados por todas aquelas gratificações, indenizações, verbas disso, verbas daquilo, criadas pelo PLC n. 0027.

A totalidade dos oficiais, sobretudo os oficiais superiores, terá acesso à maior parte desses direitos, desses benefícios ou à totalidade desses benefícios. E se for a totalidade daquilo que o PLC n. 0027 propicia, um coronel poderá ganhar mais de R\$ 4 mil de incremento salarial, enquanto a maioria dos praças, na verdade, e falo aqui dos soldados de primeira classe, que é o maior segmento da Segurança Pública no estado, ganhará R\$ 76,00, deputado Joares Ponticelli. E para os oficiais será um valor de, no mínimo, R\$ 500,00; para a maioria deles, provavelmente, a partir dos próximos seis meses, será de R\$ 2 mil, e para os que pegarem aqueles acúmulos de função, etc., será R\$ 4 mil, daí para fora.

Por isso nós não votamos no PLC n. 0027. Nós nos retiramos deste plenário e agradecemos aqui aos deputados que também o fizeram, porque não é possível que se perpetue, que se amplie ainda mais a diferença entre o maior e o menor salário na Segurança Pública, mais precisamente na Polícia Militar e no Corpo de Bombeiros do nosso estado.

Essa é a posição. Não nos envergonhamos e explicamos aqui para qualquer autoridade, para qualquer servidor da Segurança Pública por que não votamos. E digo mais: se o governador Luiz Henrique vetar o texto integral do PLC n. 0027 terá o aplauso da maioria dos praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, como também deste parlamentar, porque é ruim, é muito ruim aquele projeto que está para ser sancionado pelo governo.

Se o governador Luiz Henrique ouvir as vozes roucas das ruas, dos praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, ele vetará aquele projeto que chamam de valorização dos servidores militares. Se ele fizer isso, terá o nosso aplauso, mas como provavelmente não irá fazer, nós vamo-nos arrependendo por ter votado nele no segundo turno de 2006, devido a essa lei que discrimina ainda mais o salário dos servidores da Segurança Pública no estado de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Deputado Dirceu Dresch, quero pedir desculpas a v.exa., concedendo-lhe mais três minutos para a conclusão da sua manifestação, pois houve um equívoco no

sistema quando v.exa. usava a palavra em Breves Comunicações. Houve um problema no sistema, v.exa. foi prejudicado e a Presidência está agora corrigindo.

Com a palavra, então, o deputado Dirceu Dresch, por até três minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Muito obrigado, sr. presidente!

Como eu estava acompanhando naquele momento o painel, eu vi que não havia ultrapassado o tempo de dez minutos e acabei continuando a minha fala, mesmo sem som.

De qualquer forma, quero agradecer a v.exa. e concluo a minha fala, o raciocínio que eu estava trazendo para a tribuna hoje, dizendo da expectativa desse grande debate que está sendo colocado no estado de Santa Catarina com relação a ação importante do Executivo de mandar esse projeto para cá, mas com um valor muito grande para a organização dos trabalhadores. Conseguimos unificar seis centrais sindicais, muitas federações e sindicatos que vieram fazer essa grande luta. Inclusive, entregaram nesta Casa o abaixo-assinado com mais de 50 mil assinaturas, pedindo a implantação do piso estadual.

Como eu dizia antes, os trabalhadores que não estão organizados ainda em sindicatos é que vão ser beneficiados. Aqueles que já possuem acordo coletivo, que já possuem organização, que já estão com processo em andamento, não vão ser tão beneficiados. Esses trabalhadores que não estão sendo valorizados no nosso estado é que precisam do amparo e da presença do estado para ajudar a construir essa perspectiva.

Então, sr. presidente e srs. deputados, nós queremos defender e reafirmar hoje, nesta tribuna, uma posição que assumimos desde o início, desde o nosso primeiro dia de mandato nesta Casa, que é a favor da implementação do piso estadual, para melhorar a renda dos trabalhadores catarinenses, principalmente os mais desamparados, e desenvolver o nosso estado, porque nós temos condições, diferentemente de outros estados do nordeste, por exemplo, já que a lei nos ampara, de apresentar o piso estadual maior do que o mínimo nacional.

Essa é a nossa luta, esse é o nosso compromisso e esperamos que o Executivo, que o governador Luiz Henrique da Silveira oriente a sua bancada para que possamos aprovar esse projeto e dar esse grande aval às centrais sindicais, às organizações que estão na luta para melhorar a condição de vida dos trabalhadores catarinenses.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Srs. deputados, passaremos agora para o horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PT.

(Pausa)

Na ausência de deputados do PT que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PTB.

(Pausa)

Na ausência de deputados do PTB que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PDT.

Estará com a palavra, neste momento, o sr. deputado Sargento Amauri Soares, do PDT, mas s.exa. trocou o seu horário com o deputado Joares Ponticelli, do PP.

Assim sendo, com a palavra o sr. deputado Joares Ponticelli, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, catarinenses que nos acompanham através da TVAL, da Rádio Alesco Digital, bom retorno a todos os deputados desse período que muitos pensam ser de férias, de descanso. Mas pelo que pudemos perceber, e a imprensa noticiou, praticamente a totalidade dos integrantes desta Casa aproveitou essas duas semanas de recesso exatamente para buscar um novo contato com as bases, com as lideranças. Essa é a função do mandato parlamentar, deputado Dirceu Dresch. Ninguém pode representar aquele com quem não convive.

Então, muitas vezes se imagina o recesso de forma equivocada, ou seja, como um período de viagem, de passeio, de descanso, mas nada mais é do que uma oportunidade que os parlamentares têm de voltar às suas bases. O nosso partido, por exemplo, aproveitou esse período para percorrer 23 microrregiões de Santa Catarina. Realizamos três reuniões por dia: uma às 9h, outra às 15h e outra às 19h, deputada Ada De Luca, todas com cerca de quatro horas de duração, deixando as bases do partido falar, exercitando esse processo democrático internamente. E, é claro, as lideranças em cada município são aquelas que se envolvem no dia-a-dia da atividade política, não apenas partidária, dos municípios como um todo.

Assim sendo, foi um exercício extremamente positivo. E além de movimentar o partido, de fazer essa militância partidária, nós podemos renovar, nesse período, os nossos compromissos com as bases, ouvir as lideranças em cada microrregião de Santa Catarina, num trabalho extremamente positivo, ao qual quero, nesse retorno das atividades, fazer referência.

Quero aproveitar também, já que são vários os assuntos que se acumularam ao longo dessas duas semanas e sei que muitas pessoas do governo nos assistem neste momento, para registrar que recebemos manifestações de diversos funcionários da Cohab, de dirigentes sindicais, enfim, de funcionários que estão na expectativa de que a presidente da Cohab possa assinar, deputada Ada De Luca, o acordo coletivo de trabalho.

Desde março que os servidores da Cohab esperam e aguardam a manifestação da presidente, mas parece-me que ela tem muita dificuldade de diálogo com eles e com a sua representação. E eu faço um apelo ao nosso querido deputado Manoel Mota, que é irmão da presidente, que não está aqui neste momento, mas que deve estar-nos acompanhando, no sentido de sensibilizar o coração da sua irmã, que é a presidente da Cohab, para que assinasse o acordo coletivo de trabalho, uma vez que os servidores daquela empresa aguardam pela sua manifestação.

Quero registrar também, deputado Sargento Amauri Soares, a nota que li hoje na coluna do Cacau Menezes, no *Diário Catarinense*, que no mínimo é intrigante. O título da nota é "Bom de boca". Assim consta em sua coluna:

(Passa a ler.)

"Bom de boca

Aldo Hey Neto, o Aldinho para os íntimos, janta pelo menos três vezes por

semana no melhor restaurante de Curitiba, paga em *cash* e diz para os garçons que ganhou muito dinheiro realizando trabalho tributário, em 2002, para a Secretaria da Fazenda de Santa Catarina.

E ainda saiu daqui, depois de preso pela Polícia Federal, falando mal de Florianópolis. Colunista é um dos seus alvos preferidos.”[sic]

É bom salientar que Aldo Hey Neto trabalhou na Fazenda no período anterior do Luiz Henrique; não foi agora no período do secretário Antonio Marcos Gavazzoni.

Mas a verdade é que Aldinho continua foragido. Eu imaginava que ele estivesse foragido da Polícia Federal, deputado Cesar Souza Júnior, mas não, parece-me que ele, segundo a coluna de Cacau Menezes, está nos melhores restaurantes de Curitiba gastando o dinheiro fácil que ganhou, deputado Renato Hinnig, durante o período em que serviu o governo de Santa Catarina. Para quem não se lembra bem, foi no apartamento de Aldinho que foram encontrados quase R\$ 2 bilhões em espécie no mês da reeleição do governador Luiz Henrique. E até hoje aquele crime, com aquela dinheiro toda, sequer foi esclarecido.

Outra preocupação que conseguimos recolher nesse período, deputada Ada De Luca, e isso nós ouvimos e sentimos por toda Santa Catarina, é a do crescimento da violência, deputado Dionei Walter da Silva. Não houve uma reunião que nós realizamos com as lideranças em que o assunto segurança pública ou insegurança pública não tenha sido abordado. E em São Miguel d'Oeste, deputados Gelson Merísio e Moacir Sopelsa, v.exas. que são das bandas de lá, nós ouvimos o depoimento mais cômico, se não fosse trágico. O secretário sempre candidato e sempre em campanha Ronaldo Benedet levou algumas viaturas para atender a guarnição daquela região e ao invés de colocá-las a rodar, deputado Dionei Walter da Silva, ele as expôs, durante quase 30 dias, em frente à SDR. As viaturas ficaram expostas com faixas fazendo propaganda de campanha para Ronaldo Benedet. E a notícia, repito, seria cômica se não fosse trágica: roubaram os pneus da viatura que estava exposta antes de ela rodar. Deputado Sargento Amauri Soares, roubaram os pneus da viatura que estava exposta para fazer campanha para o secretário Ronaldo Benedet. Até isso está acontecendo em Santa Catarina! Os ladrões, repito, roubaram os pneus da nova viatura que estava em exposição!

Quando contaram isso, nós imaginamos que fosse piada, mas é a triste realidade de Santa Catarina.

E eu ouvi esta semana, deputado Sargento Amauri Soares, o governador fazendo um desabafo ao dizer que essa situação não pode mais continuar, que é preciso colocar policiais nas ruas, porque reduziu muito o número de policiais nas ruas; que é necessário tirá-los das funções administrativas e colocá-los nas ruas.

Quando ouvi o governador dizer isso, eu imaginei que aquele fosse o dia da sua posse, porque esse discurso de um governador é admissível no dia da posse. Esse discurso que ele fez está, no mínimo, com sete anos de atraso.

E, o que é pior, dados da região norte da ilha mostram que o contingente de policiais reduziu-se pela metade durante os

últimos sete anos, ao longo deste governo. E aí o governador esbravejou que é preciso aumentar o policiamento na rua. Esqueceu ele que não está na posse, mas está quase fazendo, graças a Deus, o discurso da renúncia.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PDT.

Com a palavra o deputado Sargento Amauri Soares, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, deputado Joares Ponticelli, é verdade que em São Miguel d'Oeste roubaram os pneus de duas ou três viaturas novas na frente da delegacia. E o mais interessante é que o delegado disse que a responsabilidade ou a culpa é da Polícia Militar, que não ficou lá cuidando das viaturas na frente da delegacia. Mas esse tipo de fato tem sido corriqueiro em nosso estado.

Eu até tive a oportunidade de dizer que me preocupo quando na capa de jornais importantes começa a aparecer a fotografia de dezenas, de centenas de viaturas a serem distribuídas ou quando os meios de comunicação mais importantes começam a fazer grandes matérias, grandes coberturas a certo de tipo de operação espetacular por parte de alguns setores da Polícia Militar. Quando isso acontece, deputado Cesar Souza Júnior, é porque a coisa está ruim. Quando as capas dos jornais têm que mostrar viaturas que serão distribuídas é porque a intenção das autoridades é tentar convencer a população do oposto que é a realidade, ou seja, a insegurança está voltando a tomar conta da situação.

Mas eu queria falar, nestes breves minutos, que tramita, sim, meu caro Ivo Castanheira, nesta Casa Legislativa, um projeto de lei de autoria do governador Luiz Henrique da Silveira que institui o salário mínimo regional em Santa Catarina em valores que variam entre R\$ 587,00 e R\$ 679,00. É pouco, mas é um avanço.

Todas as centrais sindicais de Santa Catarina e federações se reúnem há vários anos para defender a instituição do piso mínimo regional em nosso estado. E Santa Catarina é o único estado do sul que ainda não tem esse piso porque ele não foi aprovado. Quando esse projeto for aprovado, ele beneficiará aproximadamente 400 mil trabalhadores, sendo injetados recursos no comércio, e isso naturalmente esquentará a atividade econômica produtiva, industrial.

É preciso parabenizar as centrais sindicais, as federações e os sindicatos que se têm empenhado nisso e haviam alcançado 46 mil assinaturas para dar entrada a um projeto de iniciativa popular. Inclusive, quero aqui, muito particularmente, com a autorização de todos, parabenizar a secretária de Assistência Social, Trabalho e Habitação, Dalva De Luca Dias, que juntamente com as centrais sindicais fez essa demanda, essa gestão, várias vezes ao governador do estado e aos órgãos governamentais, a fim de que esse projeto fosse encaminhado. E vale registrar a sua alegria quando o governador assinou o projeto na forma que havia sido apresentado pelas centrais sindicais, pelo Dieese.

Portanto, esse é um projeto das centrais sindicais, dos trabalhadores e também nosso, é da secretária Dalva De Luca Dias, é deste parlamentar e creio que é bom que seja dos 40 parlamentares.

No entanto, ouvimos rumores por aí sobre a mobilização de grandes empresários que vão pretender, por certo, mais uma vez, falar em nome dos pequenos para se contrapor a um projeto de tamanha legitimidade, de tamanha importância e de tamanha justiça para os trabalhadores de Santa Catarina.

Parabéns às centrais sindicais, ao Dieese e a todos aqueles que trabalharam por esse projeto. Vamos vê-lo aprovado aqui...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PT.

Com a palavra o deputado Dionei Walter da Silva, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA - Sr. presidente, deputado Gelson Merísio, é uma satisfação usar esta tribuna sob a Presidência de v.exa.

Srs. deputados, inicialmente gostaria de dizer que no período de recesso conseguimos percorrer a nossa base de atuação, fazendo visitas a prefeituras, entidades; inclusive, conseguimos trazer uma diretora de regulação do ministério do Desenvolvimento Social à nossa região, para participar de conferências de assistência social e visitar municípios como Barra do Sul, Guarimirim, Garuva e Jaraguá do Sul e trazer dados da atuação do estado de Santa Catarina quanto à questão social. Mas esse assunto quero trazer a esta tribuna nos próximos dias.

Hoje, homenageando o companheiro Castanheira e os demais dirigentes sindicais aqui presentes, que já estiveram conosco na reunião semanal que fazemos sempre nas terças-feiras, para discutir justamente o salário mínimo regional, quero dizer que essa é uma luta que conseguiu fazer em Santa Catarina a união de todas as centrais sindicais, dos trabalhadores urbanos, dos trabalhadores rurais, da iniciativa privada, do funcionalismo público e de outras entidades que atuam na defesa dos direitos humanos, na defesa de uma sociedade mais justa, mais fraterna e com uma melhor distribuição de renda.

A mobilização realizada por essas entidades, juntamente com alguns srs. deputados, conseguiu coletar quase 50 mil assinaturas para a confecção de um projeto de iniciativa popular, protocolado na Assembleia Legislativa.

O governo, acredito, acabou sensibilizando-se com a mobilização, com a organização. A secretária, então, elaborou o projeto de lei atendendo os parâmetros solicitados pelas centrais sindicais e o governo encaminhou-o a esta Casa pouco antes do período de recesso.

Quando o projeto criando o salário mínimo regionalizado aportou na Casa - para nós já dentro do que era solicitado -, tentamos, inclusive, fazer um acordo para que fosse votado junto com aqueles projetos que o governador encaminhou à deliberação, em regime de urgência, antes do recesso - o projeto chegou num dia e já queriam que votássemos dois dias depois -, mas não houve naquele momento um entendimento.

Nós entendemos isso como natural dentro do processo legislativo, mas começou a surgir uma manifestação bastante forte, da Fiesc em especial, com cartas aos srs. deputados com uma contra-argumentação ao projeto que aqui tramita. É bom lembrar que foi o governo federal que abriu a possibilidade de os estados criarem seus pisos salariais. Eles já existem em todos os demais estados da região sul, falta apenas Santa Catarina. Já existe em São Paulo, no Rio Janeiro e em Minas Gerais também e falta apenas Santa Catarina implementar o seu piso.

Quanto aos argumentos aqui colocados, inclusive na carta que a Fiesc mandou para os srs. deputados, quero afirmar que não aconteceu nada daquilo em nenhum dos outros estados que implantaram o salário mínimo regional. Muito pelo contrário, porque o trabalhador que ganha o salário mínimo de R\$ 465,00 e que vai passar a ganhar R\$ 560,00, mesmo que sejam R\$ 100,00 de aumento no salário dele, deputado Ismael dos Santos, vai gastar esse dinheiro no município dele. Ele não vai para a China construir uma filial da sua empresa, não vai para a Coréia ou para Taiwan fazer investimentos, como fazem muitos dos que estão condenando os R\$ 100,00 de possibilidade de ganho a mais para alguns trabalhadores. E queremos deixar isso bem claro.

Segundo o art. 3º dessa lei - e para bom entendedor meia palavra basta, mas aqui não há meia palavra, está muito claro na sua redação -, os pisos salariais instituídos nessa lei complementar aplicam-se única e exclusivamente aos empregados que não tenham um piso salarial definido em lei federal, convenção ou acordo coletivo de trabalho. Não há aqui nenhuma possibilidade de dupla interpretação, deputados. Está bem claro!

Então, quanto ao argumento de que isso vai enfraquecer o movimento sindical, que já é uma argumentação vinda da Federação das Indústrias, temos que desconfiar, porque na relação de negociação dos seus sindicatos patronais, na maioria das regiões, é o contrário: eles tentam, sim, enfraquecer os sindicatos.

É muito comum as empresas fazerem os trabalhadores desfilarem-se dos sindicatos, quando começa a pressão de uma organização maior. Primeira questão: não se aplica a empregados sob regime de acordo ou convenção coletiva de trabalho, ou seja, quando há um sindicato organizado, um acordo coletivo, essa regra não vai ser aplicada. A outra questão de dizer que outros trabalhadores de outros estados poderiam vir para Santa Catarina por conta desse aumento também não é verdadeira. Se fosse assim, os catarinenses teriam ido embora quando a lei foi aprovada no Rio Grande do Sul e no Paraná. Então, também são argumentos que vamos ter que debater, provavelmente, com audiência pública, publicamente, fraternalmente, defendendo como um avanço a questão do piso salarial regionalizado em Santa Catarina.

Várias Câmaras de Vereadores de municípios de várias regiões do estado, como Abelardo Luz, Bandeirantes, Campo Belo do Sul, Capivari de Baixo, Chapecó, Florianópolis, Guarimir, Indaial, Lages, Navegantes, Rio Fortuna, São Bento, Serra Alta, Tunápolis, Xaxim, entre outros, já aprovaram moções, com a unanimidade dos vereadores solicitando a aprovação desse projeto.

No abaixo-assinado foram coletadas assinaturas na quase totalidade dos municípios de Santa Catarina, sendo que em quase 70 foram coletados mais de 1% dos eleitores.

Então, é um projeto de apelo popular, de distribuição de renda, que irá fazer com que o trabalhador tenha um salário melhor. E isso só enriquecerá o comércio interno do nosso estado.

Então, as indústrias, o comércio, irão fabricar mais, porque estarão vendendo mais por conta dos recursos a mais que os trabalhadores irão receber.

Sr. presidente, a nossa bancada está na mobilização, eis que participou do processo desde a coleta das assinaturas. Quero registrar que em 2008 foi aprovada, nesta Casa, uma indicação solicitando ao governador do estado que encaminhasse um projeto que estabelecesse o piso mínimo regional, indicação essa assinada por todos os líderes de bancadas. Então, é uma vontade também da Assembleia Legislativa a aprovação desse projeto.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Peça a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, quero apenas registrar, com muita satisfação, a presença nesta Casa do reverendo Helman Pereira Júnior, presidente da Igreja Novo Viver, que desenvolve um bellissimo trabalho social na cidade de Navegantes.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Giancarlo Tomelin - Peça a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Giancarlo Tomelin.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Sr. presidente, quero registrar, com muita alegria, a presença de um companheiro tucano, do PSDB catarinense e até nacional, prefeito da cidade de Imbituba, sr. José Roberto Martins, que tem ajudado o PSDB a encontrar um rumo cada vez mais forte e mais dinâmico. Estamos muito felizes por recebê-lo no Parlamento catarinense.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Seja bem-vindo, também em nome da Presidência, o prefeito Beto Martins.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao DEM.

Com a palavra o sr. deputado Cesar Souza Júnior, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Sr. presidente, srs. deputados, todos aqueles que nos acompanham pela TVAL, enfim, todos os presentes neste plenário, venho a esta tribuna, na tarde de hoje, para comunicar uma decisão já tomada de fechamento de questão da bancada do Democratas, no que toca ao salário mínimo regional.

A bancada reunida decidiu, de forma unânime, ser favorável ao projeto e cumprimenta o governador Luiz Henrique da Silveira pela coragem e pelo senso de justiça em enviar para esta Casa um projeto que coloca Santa Catarina em um patamar de igualdade com São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul.

Este estado pode, sim, com tranquilidade ter o seu salário mínimo regional. Não há o que pensar se um trabalhador do

Piauí ou da Paraíba deva ter um salário mínimo igual ao do trabalhador catarinense. Por quê? Porque a nossa economia é mais desenvolvida, o custo de vida aqui é mais elevado; portanto, esse projeto de lei que o governador envia para esta Casa é justo e trará melhorias salariais, sobretudo para aqueles que estão na base da pirâmide salarial, os que ganham menos, os mais necessitados. Não é forçoso que se aumente o salário de todos os trabalhadores, é apenas o mínimo admissível, e Santa Catarina tem que assumir essa responsabilidade e estabelecer o seu salário mínimo regional. Os três índices, os três níveis de salário mínimo regional em Santa Catarina serão: R\$ 587,00, R\$ 616,00 e R\$ 679,00, logo, valores absolutamente compatíveis com a realidade econômica catarinense.

Srs. deputados, Santa Catarina nos últimos anos concedeu diversos incentivos fiscais aos mais variados setores da economia catarinense. Este Parlamento diversas vezes foi contrário ao aumento de tributos, de impostos. O estado tem o Prodec, o Pró-Emprego; o estado tem diversos regimes especiais de tributação no setor produtivo. E é esse governador, que em diversas oportunidades concedeu ao empresariado condições fiscais, tributárias, favoráveis, que vem agora também com a outra mão usar a prerrogativa constitucional que tem de estabelecer o salário mínimo regional.

Deputado Darci de Matos, meu companheiro de bancada, nem sempre esse tipo de situação é pacífica, principalmente quando envolve aumento do salário do trabalhador. Isso geralmente não se dá de forma unânime, mas temos a convicção de que é uma atitude responsável que o governador toma neste momento, que contará com o apoio irrestrito e completo da bancada do Democratas nesta Assembleia Legislativa.

O Sr. Deputado Darci de Matos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Pois não!

O Sr. Deputado Darci de Matos - Deputado, eu não poderia deixar de elogiar seu pronunciamento explicitando oficialmente a posição da bancada do Democratas em apoio amplo e total ao projeto do governo que estabelece o salário mínimo regional no estado de Santa Catarina.

Essa é uma atitude justa e coerente por parte do governo e a bancada do Democratas não poderia ter outra posição a não ser a de apoiar esse projeto, porque estamos dando dignidade, estamos dando condições aos trabalhadores que estão menos organizados, aos trabalhadores menos favorecidos, aqueles que ainda não recebem um salário justo e digno da economia catarinense.

Portanto, a nossa posição é uma posição fechada. Parabéns pela posição, uma posição que enaltece o trabalhador catarinense.

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Deputado Darci de Matos, quero chamar a atenção para o art. 3º do projeto, que é muito claro, que diz que os pisos salariais instituídos pela lei complementar se aplicam exclusivamente aos empregados que não tenham um piso salarial deferido em lei federal, convenção ou acordo coletivo de trabalho.

Portanto, o que Santa Catarina passa a fazer a partir da entrada desse projeto de lei



na Casa é adequar o salário mínimo à realidade regional catarinense. E vamos aqui ser justos. Os valores estabelecidos nesse projeto de lei complementar não são nenhum absurdo. São valores que o mercado hoje já pratica. Logicamente que alguns ajustes podem ser feitos ao projeto e esta Casa é soberana para adequar o projeto à realidade, para resolver problemas pontuais. Mas há que se ressaltar neste momento a coragem e o sentido de justiça do governo em fazer valer em Santa Catarina um salário mínimo regional de acordo com a necessidade do trabalhador catarinense, que não é o ideal ainda, mas que já é um grande avanço.

Temos a convicção, srs. deputados, de que o setor produtivo já teve em Santa Catarina, em diversas leis que esta mesma Casa aprovou, em várias oportunidades, incentivos tributários, fiscais. O ICMS do estado há muito tempo não aumenta, muito pelo contrário, só há redução em diversos setores pontuais. Então, o governo do estado tem hoje, sim, crédito, e muito, para fazer esse projeto de lei que melhorará, sobretudo, a vida do trabalhador mais desassistido.

Nobres pares, pode parecer, às vezes, um valor irrisório: R\$ 40,00 a mais aqui, R\$ 50,00 a mais lá, mas, sem dúvida, para o trabalhador que ganha o salário que frequentemente não é o suficiente para fazer frente aos seus compromissos, faz muita diferença, sim.

É por isso que reafirmo o apoio integral, desde o primeiro momento, da bancada do Democratas ao projeto de lei enviado pelo governador, que passa agora a tramitar nesta Casa. Portanto, por razão de justiça, o Democratas é a favor do salário mínimo regional.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos 19 minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Renato Hinnig, por até 19 minutos.

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Sr. presidente, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alecs Digital, ocupo esta tribuna na data de hoje para falar sobre um assunto que foi ventilado na grande imprensa nacional nos últimos dias, especialmente na revista *Veja*, que apresentou uma ampla reportagem sobre o PMDB em sua edição da semana passada, reconhecendo a importância da nossa agremiação partidária e admitindo que o partido é o fiel da balança da vida parlamentar brasileira há quase duas décadas.

(Passa a ler.)

"Todos sabem que o PMDB foi o grande guarda-chuva que abrigou políticos de todas as vertentes oposicionistas ao golpe militar que instituiu a ditadura a partir de 1964, e levou adiante sua luta até garantir a redemocratização do país e a anistia ampla e irrestrita.

O PMDB conduziu a luta pelas Diretas-Já e sob a direção do saudoso Ulysses Guimarães comandou a Assembleia Nacional Constituinte em 1988, a modernização do estado e sua agenda social.

Até hoje é a grande sigla da democracia brasileira, um partido que conta com nove governadores, cinco vice-governadores, 19 senadores, 95 deputados

federais, 172 deputados estaduais, 27 diretórios estaduais, 4.671 diretórios municipais, seis prefeitos de capitais, um total de 1.201 prefeitos, 8.497 vereadores, mais de 2 milhões de filiados e ao menos 15 milhões de simpatizantes.

Sem votos não haveria PMDB. No pleito de 2006, o partido obteve 16,8 milhões de votos para governador. Em 2008, foram 18,5 milhões de votos para prefeito. São números que falam por si. Se o PMDB estivesse no caminho errado, por que tantos eleitores prefeririam a nossa agremiação?

Santa Catarina encarna o PMDB autêntico, que lutou, e luta, por um Brasil melhor. Tem o governador Luiz Henrique, que já foi seu presidente nacional e é o único governador do nosso estado aprovado num teste de reeleição; conta com o senador Neuto De Conto, cinco deputados federais e mais dez estaduais, além desde deputado que lhes fala. Aqui também temos o maior número de prefeitos e vereadores, o maior número de diretórios municipais e filiados e outras tantas figuras ilustres que fizeram a história do PMDB, como podemos atestar quando vêm à mente nomes como os dos ex-governadores Casildo Maldaner, Paulo Afonso e Eduardo Moreira, do saudoso Pedro Ivo, para citarmos apenas alguns peemedebistas ilustres de nosso estado, sem falarmos de tantos outros prefeitos e vereadores históricos da nossa sigla.

Foram eles que levantaram bandeiras administrativas em Santa Catarina, como as da moralidade e austeridade no trato da coisa pública, do municipalismo e da descentralização, priorizando os acessos às cidades, o investimento nas escolas e no equipamento das unidades de saúde para oferecer atendimentos de alta complexidade mais próximo aos cidadãos.

Há os que atacam o PMDB, partido que nunca mudou de nome, só aceitou a letra 'p' na frente da antiga sigla do Manda-Brasa, o velho MDB, quando foi obrigado por ditadores de plantão ligados a outros grupos políticos, um dos quais tentou quatro vezes mudar a sua identidade para apagar um passado nefasto ligado a torturas e a alcovas...

Quando atacam o PMDB, devemos fazer alguns questionamentos para que todos possam fazer as suas próprias reflexões: qual partido quer disputar eleições e não pretende ocupar espaços no governo? Qual partido foge de composições num processo político multifacetado, com dezenas de siglas regularmente constituídas, como é o universo da democracia brasileira? Qual a sigla que, constituindo grandes bancadas, ao definir apoio ao governo no plano de acordos programáticos não quer espaços em sua administração?

O PMDB, de fato, é um partido democrático, tanto que admite dissidências e até abre mão da fidelidade para os que discordarem da sua condução, garantindo que podem deixar a sigla sem medo de perder os seus mandatos. O PMDB aceita críticas internas à sua condução e respeita mesmo os que vão a público criticá-lo. É o caso da resposta que o comando da sigla deu em nota oficial, divulgada no último domingo, deixando aos dissidentes do partido a alternativa de deixarem a sigla.

O comunicado assinado pelo presidente da Câmara Federal, deputado Michel Temer, e pela presidente do partido, a

deputada goiana Iris de Araújo, afirma que a sigla acata 'o descontentamento de alguns poucos integrantes' com humildade e diz que eles não correm o risco de perder o mandato caso saiam do PMDB. Diz a nota:

'O PMDB acata com humildade o descontentamento de alguns poucos integrantes que perderam espaço político e apostaram na fama efêmera oriunda de acusações vis. E faz isso porque acredita piamente na democracia. A estes o recado: podem deixar a legenda o quanto antes sem risco algum de perder o mandato. Ganharão eles, porque deixarão de pertencer ao partido do qual falam tão mal, e ganhará o PMDB, por tornar-se ainda mais coeso e musculoso'.

Ainda em relação à matéria publicada por *Veja*, o PMDB também se manifestou em outra nota oficial, da qual destaco alguns tópicos.

O PMDB tem identidade e espinha dorsal bem definidas, ao contrário do que afirma a publicação. Seu compromisso com a liberdade democrática e com os avanços sociais são inarredáveis e públicos, ambos devidamente inscritos no programa do partido. O PMDB estava em linha com seu programa partidário quando apoiou a eleição de Tancredo Neves e o governo de José Sarney. Foi assim que o Brasil conquistou a democracia.

O PMDB estava em linha com seu programa partidário quando apoiou o governo Itamar Franco, expoente do partido. Foi assim que o Brasil conquistou o Plano Real, um notável avanço social. O PMDB estava em linha com seu programa partidário quando apoiou o governo de Fernando Henrique Cardoso. Foi assim que o Brasil iniciou o processo de estabilização econômica.

E o PMDB está em linha uma vez mais com seu programa partidário ao apoiar o governo do presidente Lula, autor, nada mais nada menos, do que o maior projeto de distribuição de renda, entre outras conquistas admiráveis no campo da estabilidade, da institucionalização nacional e do respeito à democracia.

Um partido deve ser cobrado quando lhe falta coerência. Não quando é, como o PMDB, coresponsável por transformações positivas e por avanços que só melhoraram a qualidade de vida dos brasileiros menos favorecidos.

O PMDB se orgulha de suas opções e sabe que tem ajudado o Brasil no limite de suas forças. As críticas, quando justas, só nos ajudam a melhorar.

O PMDB é, há décadas, a base da governabilidade e não o paroxismo do fisiologismo. Política se faz com alianças programáticas.

Todo partido se orgulha dos quadros técnicos que possui. No caso do PMDB, os bons quadros se acumulam em virtude de sua extensa experiência administrativa. Nenhum ministro de estado, seja do PMDB ou de qualquer outro partido, toma decisões com a liberdade que a revista sugere no material publicado.

O PMDB se orgulha de não manter estrutura baseada em caciques, termo que é expressão do atraso. O PMDB se alimenta da força de seus dois milhões de filiados e do apoio de seus eleitores. Sugerir que os eleitores do PMDB são menos informados que os eleitores dos demais partidos é brincar com a inteligência das urnas.

Sobre as divergências é preciso frisar que são comuns em todos os partidos, até mesmo nas agremiações de pequeno porte. Diga-se de passagem, ocorrem, inclusive, em empresas privadas de qualquer tamanho, até nas familiares. Por sinal, a família peemedebista sempre soube tratar seus questionamentos internos ou externos dentro de um ambiente democrático, que é a forte marca do nome do maior partido brasileiro."

A Sra. Deputada Ada De Luca - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Pois não!

A Sra. Deputada Ada De Luca - Deputado Renato Hinnig, é com prazer que eu o escuto e assino embaixo das suas palavras. Ainda poderia contribuir mais, em função da história partidária que tenho, mas o tempo é curto. Agora, não poderia deixar de mostrar a minha revolta e o meu protesto quanto a essa nota emitida pela direção nacional do nosso partido. Não aceito isso e tenho certeza de que os companheiros partidários também não vão aceitar porque com isso estão querendo magoar Pedro Simon e tantos outros baluartes e cartões de visita do nosso partido. Esses homens a quem a Executiva ofereceu a saída, e nós, nas internas, sabemos para quem foi direcionado o recado, são os nossos cartões de visita.

Muito obrigada e parabéns pelo seu pronunciamento!

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Muito obrigado, deputada Ada De Luca.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Ouço com prazer o líder da bancada, deputado Antônio Aguiar.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Deputado Renato Hinnig, eu gostaria de parabenizá-lo pelo seu pronunciamento e explicar à comunidade de Santa Catarina o que é e o que representa o PMDB.

Quero dizer a v.exa. que realmente o PMDB mostra a sua pujança nos seus discursos e na sua defesa, como v.exa. fez nesse momento.

Devo dizer também que estive presente no planalto norte, quando lá estavam o governador Luiz Henrique da Silveira, Leonel Pavan e Eduardo Pinho Moreira. Houve inaugurações brilhantes no município de Irineópolis, fazendo com que aquela comunidade sentisse o que é a descentralização.

A descentralização é feita, sim, com obras, e Irineópolis e Canoinhas ficaram orgulhosos com a presença do governador Luiz Henrique da Silveira, de Leonel Pavan e de Eduardo Pinho Moreira nas inaugurações, mostrando que a presença do governo não se dá só com palavras, mas com obras, como ginásios de esporte e rodovias asfaltadas que foram inauguradas, assim como tantas outras obras. Na habitação, as casas populares, e assim por diante.

Em Santa Catarina, temos um programa na educação que disponibilizou, por exemplo, 300 mil cópias do *Dicionário Prático da Língua Portuguesa*. Para que esses dicionários? Para fazer com que os nossos alunos tenham a oportunidade de aprender um pouco mais; para fazer com que os nossos alunos tenham a capacidade de ter o discernimento de interpretar um texto em

condições de igualdade com os estudantes da escola privada.

Parabéns ao secretário Paulo Bauer! Sem dúvida, esse é um mérito do nosso secretário da Educação!

Deputado Renato Hinnig, na Saúde, o nosso secretário Dado Cherem também está realizando um grande trabalho, fazendo com que os equipamentos hospitalares cheguem ao interior do estado de Santa Catarina.

Parabéns pelo seu pronunciamento!

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Muito obrigado, deputado Antônio Aguiar.

Só para concluir, quero dizer que sinto o maior orgulho de pertencer a esse partido que faz bem para o Brasil e para Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Giancarlo Tomelin, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO

TOMELIN - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, senhoras e senhores que nos assistem pela TVAL e que nos ouvem pela Rádio Alesc Digital, público presente nas nossas galerias, minhas senhoras e meus senhores, venho à tribuna, hoje, para trazer um assunto que considero importante para a mudança, para a nova forma de fazer política.

Cada vez que leio no noticiário nacional o desgaste por que passa a classe política, tenho a certeza e a convicção, presidente Gelson Merísio, de que é preciso mudar para melhorar! E dentro desse espírito e imbuído desse conteúdo é que apresentei, na semana passada, um projeto de resolução que altera o nome do Palácio Barriga-Verde.

Quando vim para esta Casa, no dia 5 de janeiro deste ano, deputado Renato Hinnig, li o nome Palácio Barriga-Verde. Cada vez que entrego um cartãozinho como deputado estadual, vejo que lá está escrito Palácio Barriga-Verde. Daí eu me pergunto: será que nós estamos realmente dentro de um palácio? No tempo em que reis e súditos existiam, certamente esse seria o nome correto, mas chamar o Parlamento catarinense de palácio é resquício de um tempo que acabou. Hoje há a pluralidade de ideias, hoje há o debate democrático, hoje esta Casa debate com todos os segmentos da sociedade. Cada um dos senhores que detêm mandatos sabe que esses mandatos vieram dos anseios e aspirações sociais de trabalhadores da sociedade como um todo.

Por isso estamos propondo à Mesa - que já tem feito atos para modernizar o Parlamento catarinense - que a nossa Casa, o Parlamento catarinense, seja doravante chamado de Casa do Povo Barriga-Verde e não mais Palácio Barriga-Verde.

O Sr. Deputado Professor Grandó - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Ouço v.exa.!

O Sr. Deputado Professor Grandó - Quero parabenizar v.exa. pela iniciativa por dois pontos. Em primeiro lugar, v.exa. fala em projeto de resolução, e é importante entendermos isso, até porque no meu primeiro mandato fiz um projeto de resolução através da Mesa desta Casa, que foi aprovado e que

tratava de denominar este plenário. Atualmente ele leva o nome de um grande catarinense, que foi o deputado Osni Régis, um grande político catarinense. Isso foi feito através de um projeto de resolução.

E eu até ousou propor uma emenda a esse seu projeto para completá-lo melhor, para que o povo catarinense entenda que são vícios de linguagem de uma era, de uma época, ultrapassada.

Por exemplo, todos falam no Palácio do Governo, mas o próprio governador não gosta que o chamem assim, prefere que o chamem de Centro Administrativo. Isso dá idéia da forma de trabalhar e do seu compromisso com o povo catarinense. Da mesma forma, ele não gosta que chamem a casa do governador de palácio, Luiz Henrique prefere que chamem simplesmente de Casa d'Agronômica. E aqui nós temos o Palácio Barriga-Verde, que simplesmente poderia ser chamado de Casa do Povo Barriga-Verde.

Portanto, quem sabe possamos fazer uma emenda para solucionar esses problemas do linguajar de uma época, de séculos passados, no intuito de agradar uma elite dominante e não aqueles que são eleitos para cumprir as tarefas designadas pelos mais sofridos, que lhes deram um mandato para trabalhar em prol da maioria.

Então, concordo com o seu projeto, que é simples, mas de muito significado em termos educativos.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Agradeço o aparte de v.exa., nobre deputado, e incorporo-o ao meu pronunciamento. Aceito todas as suas palavras e propostas, deputado Professor Grandó, porque tenho debatido desde a semana passada essa questão e isso vem martelando na minha cabeça desde que entrei no Parlamento.

Escutei manifestações de que isso seria uma hipocrisia, porque aqui não é a casa do povo. Mas eu tenho convicção de que cada um dos senhores sabe que aqui é a casa do povo. É aqui que o povo vem para mudar a Constituição de Santa Catarina, para mudar as leis catarinenses, para melhorar sua qualidade de vida, para reivindicar por educação, por saúde e por infraestrutura.

Claro que existem vários projetos tramitando e eu ouvi outros dizerem que isso não é prioritário. Eu sei, existem outras coisas, como, por exemplo, o projeto de lei do cigarro que proíbe o fumo em ambientes fechados; como o projeto de lei dos condomínios, que coloca o inadimplente para a condição de adimplência; como o projeto de lei do telemarketing; como o projeto de lei que aumenta o teste do pezinho. Agora, também é importante mudar o conceito, a forma de fazer política, o jeito de fazê-la. E isso não é hipocrisia!

Ouvi ainda manifestações dizendo tipo que se trata de semântica. Não é semântica, é conceito, é essência! O Parlamento catarinense é a Casa do Povo Barriga-Verde e não um palácio onde existem reis e súditos.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Pois não!

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Deputado Giancarlo Tomelin, quero apenas fazer um aditivo ao discurso de v.exa., pois sei da sua preocupação democrática.

Eu gostaria de acrescentar a ideia de não ser apenas Casa do Povo Barriga-Verde, porque esse termo é controverso, ligado, inclusive, ao regime militar da época e não tem muito apelo popular, não! Que tal Casa do Povo Catarinense?

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Deputado Ismael dos Santos vamos analisar, sim, todas as propostas e todas as ideias são bem-vindas. Nós não somos donos da verdade, queremos um Parlamento cada vez mais próximo do cidadão, cada vez mais ao lado dos catarinenses, trabalhando com os catarinenses, para os catarinenses e pelos catarinenses.

Quando você, catarinense, acorda e vê as manchetes referentes ao Senado da República, manchetes que envergonham o Brasil, talvez possa dizer que lá virou um palácio. Talvez o palácio do presidente que resiste à ideia de deixar a Presidência do Senado, a fim de que ocorra a verdadeira higiene política pela qual precisa passar o Senado da República. Aqueles que criticam e que dizem que esta Casa tem continuar chamando-se Palácio Barriga-Verde que venham, defendam e que digam por que, deputado Jailson Lima, querem a manutenção da palavra palácio no nome do Parlamento catarinense.

Certamente haveremos de debater essa questão. É um projeto de resolução que encaminhamos para debate e tenho certeza de que a nossa Mesa Diretora, que já tem feito profundas mudanças para melhorar a classe política, a forma de fazer política, deverá acolhê-lo. Deputado Gelson Merísio, v.exa. que preside a sessão neste momento, por favor, leve à Mesa Diretora esse projeto de resolução, porque hoje os verdadeiros nobres não são os que moram em palácios, mas o povo que luta por mudanças, que luta por uma sociedade plural e livre, que luta por uma nova forma de fazer política e por uma nova classe política.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Romildo Titon - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Romildo Titon.

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Sr. presidente, quero apenas fazer um registro com referência à nova programação da TVAL, com noticiários e informações para a sociedade catarinense, que teve início hoje. E eu tive o prazer de ser o primeiro entrevistado, muito cedo inclusive, às 7h50, ao vivo, aqui desta Casa.

Então, quero fazer essa referência à nossa TVAL, que cada vez mais tem procurado levar informações e a realidade daquilo que acontece nesta Casa a todos os catarinenses.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário às seguintes matérias e que as mesmas terão seu encaminhamento conforme o Regimento Interno: Projetos de Lei n.s.: 0024/2009, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0070/2009, de autoria do deputado Darci de Matos; 0244/2008, de autoria do deputado Jailson Lima, e 0385/2008, de autoria do deputado Rogério Mendonça.

A comissão de Educação, Cultura e Desporto apresentou parecer favorável às seguintes matérias: Ofícios n.s.: 0002/2009; 0040/2009; 0045/2009; 0049/2009; 0090/2009; 0103/2009; 0115/2009; 0126/2009 e 0142/2009, todos de entidade social enviando relatório de atividades.

A comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher apresentou parecer favorável às seguintes matérias: Ofícios n.s.: 0128/2009; 0129/2009; 0155/2009; 0168/2009; 0170/2009; 0174/2009; 0188/2009; 0207/2009; 0210/2009; 0211/2009; 0214/2009; 0219/2009; 0221/2009; 0222/2009; 0225/2009; 0229/2009 e 0235/2009, todos de entidades sociais encaminhando relatório de atividades.

Esta Presidência comunica que serão encaminhadas aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s.: 0498/2009, de autoria do deputado Plínio de Castro; 0499/2009, de autoria do deputado Antônio Aguiar; e 0500/2009, de autoria do deputado Adherbal Deba Cabral.

O Sr. Deputado Giancarlo Tomelin - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Giancarlo Tomelin.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Sr. presidente, com a aquiescência do autor, gostaria de subscrever a Indicação n. 0500/2009, de autoria do deputado Adherbal Deba Cabral.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a aquiescência do autor, v.exa. passa a ser subscritor da referida indicação.

Requerimento de autoria do deputado Dagomar Carneiro, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos prefeitos e presidentes das Câmaras de Vereadores de Luis Alves, Alto Bela Vista, Paial, Corupá, Treviso, Santo Amaro da Imperatriz, Bocaina do Sul, Palmeira, Bom Jesus do Oeste, Entre Rios, Jupia, Penha, Praia Grande, Saltinho, Santa Terezinha do Progresso, São Bernardino, São João Batista, Balneário Camboriú, Cunha Porá, Frei Rogério, Grão Pará, Ibiama, Iomerê, Irineópolis, Trombudo Central, Jacinto Machado, Pouso Redondo, Água Doce, Agrolândia, Jaraguá do Sul, São José do Cedro, Faxinal dos Guedes, São Lourenço do Oeste, Abelardo Luz, Campo Erê, Maravilha, Ponte Serrada, Concórdia, Rio das Antas e Laguna, pelo aniversário dos respectivos municípios.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Herneus de Nadal, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao padre Vanderlei Souza da Silva, cumprimentando-o pela segunda colocação na 11ª Maratona Interpraias.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Marcos Vieira, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos prefeitos e presidentes das Câmaras de Vereadores de Chapecó, Herval d'Oeste, Joaçaba, Navegantes, Imaruí, Guaramirim, Orleans, Brusque, Painel, Nova Trento, Ipira, Peritiba e Petrolândia, cumprimentando-os pelo aniversário dos respectivos municípios.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Renato Hinnig, que solicita o envio de

mensagem telegráfica ao secretário da Educação, cumprimentando-o pela distribuição gratuita de dicionários para professores e alunos da rede pública de ensino.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Jean Kuhlmann, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos prefeitos e presidentes das Câmaras de Vereadores de Concórdia e Laguna, cumprimentando-os pelo aniversário dos respectivos municípios.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Adherbal Deba Cabral, que solicita o envio de mensagem telegráfica à prefeita e ao presidente da Câmara de Vereadores de Jaraguá do Sul, cumprimentando-os pelo aniversário do município.

A Presidência defere de plano.

O Sr. Deputado Dionei Walter da Silva - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dionei Walter da Silva.

O SR. DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA - Sr. presidente, solicito subscrever este requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a aquiescência do autor, v.exa. passa a ser subscritor do referido requerimento.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, gostaria de solicitar, com a devida vênua, permissão para subscrever este requerimento, se for possível.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - É possível, com certeza, sr. deputado, com a aquiescência do autor.

O Sr. Deputado Décio Góes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Eu gostaria também, com a aquiescência do autor, de assinar a indicação, parabenizando o município de Laguna pelo seu aniversário.

Laguna é a terra do meu pai, da minha família, e tenho um carinho especial pela cidade que foi pioneira no sul do estado de Santa Catarina, uma cidade histórica.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com certeza haverá concordância do autor e por isso já estará incluída a sua assinatura.

Requerimento de autoria do deputado Renato Hinnig, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Associação Catarinense de Emissoras de Rádio e Televisão, cumprimentando-o pelo recebimento do Prêmio Empresa Cidadã ADVB/SC 2009.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Adherbal Deba Cabral, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Associação dos Comerciantes de Material de Construção de Blumenau e Região, cumprimentando-o pelo aniversário de fundação daquela associação.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Antônio Aguiar, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito de

Irineópolis, cumprimentando-o pelo aniversário do município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Antônio Aguiar, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito e ao presidente da Câmara de Vereadores de Campo Alegre, cumprimentando-os pela realização do 6º Festival de Inverno.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Antônio Aguiar, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente do Consasc, cumprimentando-o pela sua condução àquele posto.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Antônio Aguiar, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao tenente-coronel Mário Renato Erzinger, cumprimentando-o por assumir o comando do 3º Batalhão de Polícia Militar de Canoinhas.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Antônio Aguiar, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao major Chokailo Neto, cumprimentando-o por assumir o comando da 1ª Companhia de Polícia Militar de Porto União.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Kennedy Nunes, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao pastor Eduardo Jamielniak, cumprimentando-o pelos 49 anos de atividade ministerial.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao ex-deputado Herneus de Nadal, cumprimentando-o pela posse no cargo de conselheiro do Tribunal de Contas do Estado.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito e ao presidente da Câmara de Vereadores de Jaraguá do Sul, cumprimentando-os pelo aniversário do município.

A mesma já está de acordo com os demais deputados que pediram para subscrevê-la.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Adherbal Deba Cabral, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao deputado federal João Matos, cumprimentando-o pela sanção da nova Lei Nacional de Adoção.

A Presidência defere de plano.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, se possível, gostaria de subscrever o Requerimento n. 972, se for autorizado pelo autor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Se houver concordância do autor, este presidente também se associa à solicitação pela importância do projeto.

O Sr. Deputado Giancarlo Tomelin - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Giancarlo Tomelin.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Gostaria também, com a aquiescência deputado Renato Hinnig, de subscrever o Requerimento n. 0960, que trata da ADVB, da qual participei durante algum tempo. Também o Requerimento n. 0961, de autoria do deputado Adherbal Deba Cabral, sobre a Associação dos Comerciantes de Material de Construção da Região de Blumenau.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, ao cumprimentar v.exa., cumprimento também todos os deputados, porque hoje reiniciamos as atividades legislativas. Lendo os requerimentos do dia de hoje, que são inúmeros, também quero cumprimentar os prefeitos e os presidentes de Câmaras Municipais pelos aniversários das cidades.

Mas quero dizer que hoje, especificamente, é o aniversário de Brusque. Inclusive, o governador e os deputados Giancarlo Tomelin e Dagomar Carneiro também participaram do evento cívico acontecido naquela cidade na comemoração dos seus 149 anos.

Brusque tem dado uma grande colaboração ao estado, ao país, pois possui um povo trabalhador, um povo exemplar, e hoje também recebeu cumprimentos de diversos deputados desta Casa. Por isso, quero associar-me a todos esses deputados que cumprimentaram Brusque...

(Manifestação interrompida por término do tempo regimental.)

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, eu gostaria de, em nome da bancada do PMDB, subscrever o requerimento de autoria do sr. deputado Adherbal Deba Cabral, em favor do deputado João Matos, pela aprovação da nova Lei Nacional de Adoção. A ação do deputado realmente faz com que Santa Catarina seja alvo de respeito no cenário nacional quando o assunto é adoção.

Gostaria também de fazer um requerimento verbal em favor do novo médico Rafael Nunes Goulart, que se formou ontem e que está de parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Está deferido o requerimento verbal e será feita a homenagem ao filho do nosso deputado Genésio Goulart.

O Sr. Deputado Giancarlo Tomelin - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Giancarlo Tomelin.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Sr. presidente, eu esqueci de pedir também a v.exa. e ao deputado Renato Hinnig para subscrever o Requerimento n. 0956/2009, que cumprimenta o secretário da Educação, Paulo Bauer. E eu até quero fazer um registro nesta Casa da importância da sua atividade e o que ele tem feito pelo estado. Mas essa distribuição de dicionários foi realmente um marco e eu até acompanhei o secretário em diversas escolas da minha região, em Indaial, em Timbó.

Então, quero parabenizar o sr. secretário pela distribuição do *Dicionário Michaelis*, um dicionário muito importante da língua portuguesa.

Muito obrigado, sr. presidente.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, indo na mesma esteira do deputado Giancarlo Tomelin, eu quero parabenizar o secretário Paulo Bauer não só pelo dicionário, como também pela iniciativa que teve em relação à gripe A. Ele colocou ontem na imprensa, em todo o estado de Santa Catarina, através da televisão e do rádio, um comunicado orientando os pais de como devem proceder com respeito aos alunos e às providências que estão sendo tomadas nas escolas públicas estaduais, como deixar, por exemplo, as janelas das salas de aula abertas. Enfim, uma série de iniciativas que ele tornou públicas, levando ao conhecimento da comunidade, através da imprensa, por um comunicado da secretaria de estado da Educação.

Essa sua atitude foi muito interessante e oportuna. Então, eu aproveitei a deixa, sr. presidente, para falar sobre isso e também sobre o dicionário, evidentemente, que será de grande proveito aos alunos do nosso estado.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Peço a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Elizeu Mattos, para uma questão de ordem.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, é visível a falta de quórum e por isso entendo que não devem ser deliberados, neste momento, os pedidos de informação. Então, solicito a v.exa. que os mesmos sejam deliberados na Ordem do Dia de amanhã, já que não temos quórum suficiente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Como é visível a falta de quórum, não é preciso que seja feita a chamada, deputado Silvío Dreveck. Então, ficam para amanhã as matérias de hoje que dependem de maioria para votação. Não há como ser diferente.

O Sr. Deputado Silvío Dreveck - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Silvío Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVÍO DREVECK - Sr. presidente, apenas quero concordar com o deputado Elizeu Mattos de que sejam retirados da pauta da Ordem do Dia de hoje todos os pedidos de informação, até porque temos um número considerável de pedidos.

Mas eu gostaria de registrar também, se v.exa. me permitir, a presença, nesta Casa, do prefeito de São Bento do Sul, sr. Magno Bollmann, do secretário de Finanças, dr. Célio Silva, do secretário de Administração, José Canisio Tschoeke, bem como da sra. Eugênia Del-Olmo, que é diretora do controle interno do município, além do assessor de imprensa, Luiz Gustavo Fuzinato.

Eram essas as considerações, sr. presidente. Muito obrigado pela oportunidade.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, eu só queria deixar registrado que esta Casa precisa discutir a polêmica que envolve a Celesc. Hoje, pela manhã, não tivemos novamente de ver aprovado um pedido para que seja realizada uma audiência pública. Então, nós esperamos que amanhã sejam de fato aprovados esses pedidos de informação, para que a Assembleia e os deputados possam posicionar-se e receber mais esclarecimentos sobre essa questão da Celesc, uma empresa tão importante, que deve ser cada vez mais pública e dos catarinenses.

Obrigado, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Deputado Dirceu Dresch, não há nenhuma objeção por parte da Mesa com relação à condução da matéria. No entanto, é necessário que haja quórum regimental para aprovarmos as matérias, uma vez que o Regimento Interno assim determina. E desde já convoco todos os srs. líderes para que amanhã os deputados de suas bancadas estejam presentes no plenário, a fim de que possamos alcançar o quórum regimental.

Então, a todas as bancadas fica o apelo para que no dia de amanhã possamos ter o quórum necessário para a votação dessas matérias.

Requerimento de autoria do deputado Julio Garcia, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao governador do estado, pedindo deferimento da concessão de Medalha de Mérito Anita Garibaldi ao ministro do Superior Tribunal de Justiça, sr. Paulo Benjamin Fragoso Gallotti.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, eu gostaria de me associar ao deputado Julio Garcia, uma vez que Paulo Gallotti é natural de Canoinhas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Essa associação, deputado, será de todos os deputados desta Casa e v.exa., com certeza, está dentro desse contexto.

Moção de autoria do deputado Adherbal Deba Cabral, a ser enviada ao coordenador da ANTT, pedindo a elaboração de projeto para a construção de marginais na rodovia BR-101, entre a ponte sobre o rio Itajaí-Açu e o KM-124, no município de Itajaí.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada por unanimidade.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia. Passaremos à Explicação Pessoal.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, eu gostaria de transmitir, com muita tristeza, o falecimento do sr. Colatino, na cidade de São Francisco do Sul. O sr. Colatino era uma figura muito conhecida, pois era fiscal da Receita Federal. Na época em que eu morava lá havia uma lavanderiazinha onde lavávamos a roupa de navios, e muitas vezes fui fiscalizado por ele, que abria as trouxinhas para ver se havia alguma coisa diferente vinda do navio.

Eu sempre tive por ele muito carinho, muito respeito. Então, é com pesar que transmito neste plenário o seu falecimento, que aconteceu em São Francisco do Sul. O nosso sentimento, em nome de toda a Casa, à família do sr. Colatino, na cidade de São Francisco do Sul.

Muito obrigado, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra o sr. deputado Romildo Titon, por até dez minutos.

(Pausa)

Com a desistência do deputado Romildo Titon, com a palavra o deputado Silvio Dreveck, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, depois de 60 dias fora desta Casa, confesso que estou retornando com muita motivação, com muita vontade de trabalhar, principalmente por ter tido a oportunidade de percorrer os municípios do estado de Santa Catarina, tanto do planalto norte quanto do oeste e do vale do Itajaí. Nessas andanças, srs. deputados, foram-me dadas duas oportunidades: a de conhecer um pouco mais a real situação em Santa Catarina no aspecto econômico, no aspecto social, e a de ouvir não só o nosso eleitor, como também a população catarinense, o que ela deseja de fato e qual a sua aspiração diante desse cenário político que estamos vivendo, que não é dos melhores, até pelo que está acontecendo no cenário nacional, principalmente no Senado. E se nós, legisladores, parlamentares, não formos às bases, não visitarmos os municípios, não levarmos as informações do nosso trabalho na Assembleia Legislativa, certamente a nossa imagem não será das melhores, em função das informações que recebemos pelos meios de comunicação.

Então, essa foi uma oportunidade impar para informar à população sobre o que se faz nesta Casa, deputado Antônio Aguiar; sobre o que nós realizamos de projetos; o que nós reivindicamos; o que nós fiscalizamos; o que nós cobramos e o nosso trabalho além do plenário, nas comissões, nos encontros dos parlamentares, em função de estarmos aqui trabalhando a favor da população catarinense.

Por outro lado, esse foi um momento oportuno também para conhecer as deficiências, as necessidades que a população tem tanto no aspecto da saúde, da educação, da segurança, quanto do sistema viário catarinense que, diga-se de passagem, está precisando urgentemente de uma atenção, principalmente no que diz respeito à sinalização vertical e horizontal, entre outras necessidades

que detectamos nesses 60 dias, aproximadamente, que percorremos os municípios de Santa Catarina.

Além disso, o Partido Progressista, deputado Valmir Comin, v.exa. que está presidindo esta sessão neste momento, teve uma iniciativa que foi reconhecida não somente pelos nossos filiados, mas pelas lideranças progressistas, que foi a de dar uma oportunidade aos suplentes. E essa nossa atitude, que foi seguida por outros partidos, pois é um bom exemplo para o Parlamento catarinense, é um bom exemplo para o exercício da política, foi reconhecida pela população catarinense.

Como foi o nosso partido que tomou essa iniciativa que deu certo, nós estaremos nesse processo fortalecendo o Partido Progressista e valorizando as lideranças que diretamente colaboraram para que nós, parlamentares, que estamos nesta Casa, tivéssemos o êxito de chegar aqui. E nada mais justo do que reconhecer os nossos líderes que também foram candidatos, que fizeram o seu trabalho, que colocaram as suas propostas e que tiveram uma votação significativa para colaborar com o partido e eleger deputados ao Parlamento.

Por conta disso, eu não tenho dúvidas de que o Partido Progressista, com essas atitudes e com essa proposta muito clara de inovação e de renovação, deputado Reno Caramori, está-se constituindo num partido alternativo para a população catarinense. Alternativo porque ele está sendo diferente, até porque há um programa com idéias e obviamente a população catarinense e as nossas lideranças, em especial, estão vendo que essa atitude do partido foi reconhecida e distribuída por todas as lideranças, por todos os parlamentares, prefeitos, vereadores, suplentes, que tiveram a oportunidade de assumir uma cadeira neste Parlamento, mesmo que por 60 dias. Além disso, tiveram a oportunidade de representar a sua região neste plenário e trazer aqui as reivindicações e solicitações, as iniciativas de projetos, de indicações, de moções, de manifestações de apoio e de reconhecimento. Mas, ao mesmo tempo, tiveram a oportunidade de trazer para cá também as contestações, as insatisfações da população catarinense, para que toda a imprensa que faz parte desta Casa pudesse ouvir e presenciar as lideranças do nosso partido. E, sem dúvida alguma, essas lideranças que são reconhecidas no estado de Santa Catarina trouxeram as suas mensagens.

Por isso quero aqui me congratular com todos ao trazer essas informações e, ao mesmo tempo, dizer aos nobres colegas que voltamos para trabalhar novamente nas comissões, no plenário, para fazer com que o nosso trabalho se insira dentro de um processo que a população espera de um parlamentar.

Espero que no segundo semestre estejamos no exercício da nossa função em favor da sociedade catarinense, em favor da população, avaliando os projetos, analisando e votando de acordo com o que cada um tem em sua consciência, para fazer o melhor diante desse cenário político nacional que não é dos melhores.

Nós estamos em Santa Catarina passando também por um cenário, economicamente falando, não muito bom. Até porque ontem tivemos a oportunidade de participar de uma reunião na Fiesc com todas as federações



de Santa Catarina e o cenário que nos foi apresentado não é dos melhores na geração de empregos e no crescimento econômico.

Portanto, nós temos que estar atentos nesta Casa para tomar decisões que possam beneficiar e não prejudicar a população catarinense.

Era isso o que eu gostaria de dizer, sr. presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Professor Grandó, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ - Sr. presidente, companheiros deputados, companheiras deputadas, povo catarinense, quero saudar e desejar muita saúde e felicidades a todos.

Nós estamos vivendo um processo histórico porque aprovamos, nesta Casa, antes do recesso parlamentar, projetos ousados, projetos de grandes avanços. E esses projetos, como todos sabem, por questão constitucional, por questão de origem, eram provenientes do governo do estado. Trata-se da questão da Educação, da questão da Segurança e do projeto de todos os trabalhadores catarinenses, que é o do salário mínimo regional.

O nosso partido, o PPS, entende que ser revolucionário hoje, diante da realidade que estamos vivendo, antes de tudo é ser realista, e ser realista, antes de tudo, é defender a unidade. Toda a luta precedida de unidade é uma luta vitoriosa.

Por isso nós, de forma fraternal, diferenciamos-nos, sim, à esquerda, na forma de conduzir essa luta. Essa é a diferença. Nós temos muitos partidos que se dizem de esquerda e até adotam posições esquerdistas. Às vezes nós brincamos, vendo a realidade brasileira, que o cristão novo, muitas vezes, acha que é maior do que o templo. Então, nós temos que ter cuidado.

Entendemos que existe um processo histórico e que muitas vezes não se pode avançar como queremos. Mas o velho marinheiro sabe que nos momentos de perigo e de nevoeiro tem que levar o barco devagar. E o importante na luta é que se avance.

Estou falando isso para que se avance na construção da unidade, da autoestima, na luta de classes, porque a história não acabou, não! Até cito o exemplo dos idos de 1980, no início, quando eu era dirigente de uma associação de professores de Santa Catarina, justamente a que fez a primeira greve estadual, justa, correta, pela legalização do Magistério, pelo ensino transparente, por concurso público, por salários dignos. E participávamos naquele momento da organização dos trabalhadores, com a questão da liberdade sindical, da abertura democrática.

Naquela época tivemos o primeiro e o segundo Conclats, que eram os congressos das classes trabalhadoras, realizados em Praia Grande. Lá se procurava unir todos os trabalhadores, da indústria, da produção, da agricultura, inclusive do serviço público, pois havia uma divergência no art. 36, qual seja, se um servidor público poderia participar de uma central única ou de uma central geral dos trabalhadores, não importava o nome. E esse foi um ponto de discórdia, esse art. 36, no que se refere à constituição de uma central geral dos trabalhadores ou de uma central única dos trabalhadores.

Alguns defendiam que o servidor público, apesar de não estar vinculado à produção, ao sistema de combate à questão capitalista, ou não estar sendo explorado pela produção, poderia participar. Outros entendiam que não, porque havia a diferenciação.

Pois bem, lá todos nós, do antigo Partido Comunista Brasileiro, defendíamos a unidade. E nesse sentido vimos, através da história, que os trabalhadores neste país também cometeram os seus deslizes, as suas falhas. Não por má intenção, mas por falta de conhecimento histórico, por não haver identificado o quanto era grande esse nosso inimigo numa economia imperialista e, mais do que isso, globalizada, e o quanto era importante defender a unidade. Como resultado tivemos várias centrais sindicais, cada uma disputando o mesmo espaço e dividindo os trabalhadores. Mas hoje estamos notando em Santa Catarina que as centrais sindicais se uniram e estabeleceram uma pauta de unidade, que é o salário mínimo regional.

O salário mínimo regional, srs. deputados, veio através da iniciativa de um governo que apoiamos, sim! Um governo democrático, eleito, o governo de Luiz Henrique, que teve a coragem de mandar um projeto para esta Casa que significa um avanço da classe trabalhadora, que significa uma lei do salário regional criado na época de Fernando Henrique Cardoso, que não defendemos, em que pese isso, que reconhecia já naquela época que cada estado tinha o seu custo de vida diferenciado, tinha os seus avanços tecnológicos e suas condições salariais distintas.

Portanto, através das Assembleias, e a lei é bem clara, poderíamos os governos estaduais instituir o salário regional. E é isso que está sendo feito por este governo atendendo a reivindicação discutida, aprazada, com todas as centrais sindicais.

Isso é um avanço? Sim. Por isso, nós, do PPS, sentimos-nos orgulhosos em apoiar esse projeto. Estamos com as centrais, estamos com o governo e entendemos que a luta dos trabalhadores, pois vai beneficiar mais de 400 mil em Santa Catarina, significa um avanço. Mesmo sendo o último dos estados do sul - o Paraná, em 2006, e o Rio Grande do Sul em 2001 - a instituir o salário regional, nós o estaremos instituindo agora, em 2009.

Por isso, o importante, além da questão do salário regional, é também fazer com que os trabalhadores tenham uma data unificada. Não só a luta unificada, mas uma data unificada, uma data-base de negociações; essa questão, inclusive, as centrais estão prevendo para janeiro.

Portanto, queremos que o quanto antes esse projeto que tramita nesta Casa, de iniciativa do governador Luiz Henrique, a quem apoiamos e de quem temos muito orgulho, seja aprovado. É uma posição do nosso partido, o PPS, e deste deputado, pela história e pela luta que sempre apoiamos, porque hoje avançar na luta e ser revolucionário é defender a unidade na realidade em que vivemos.

Pergunto: é reformista essa lei? É. E quem disse que reformismo não pode ser avanço na luta? Pode. E tivemos não somente esse avanço na questão da luta do salário regional, mas também avançamos na luta pela educação, bem como na segurança, com três projetos aqui tão bem explicitados.

Vejam os senhores como é importante ter parlamentares de diversas categorias nesta Casa, para que haja luta pelos

professores, pelos soldados, por todos os militares, na questão da segurança, para que todos aqui presentes apresentem emendas e defendam-nas.

Quando veio o projeto da Segurança, ao discutir na base do governo, perguntamos se para os professores, para a Educação não viria nada. E veio. E agora falta para quem? Para a Saúde. Por isso, a nossa luta continua. Só para terem uma ideia, estamos introduzindo um piso mínimo salarial para a Educação, e nenhum professor vai ganhar menos do que R\$ 1.030,00. Sabem o que significa isso? Que aqueles professores que davam aula para quatro séries, cinco séries, lá da escola isolada, que se aposentaram por questão de Estatuto e de erros cometidos no passado, que perfazem um total de 4.500 e que ganhavam entre R\$ 500,00 e R\$ 600,00 por mês, agora, com o Prêmio Jubilar, que também foi dado aos ativos através do Prêmio Educar, com os R\$ 100,00 de abono que foram incorporados, que era somente para quem estava em sala de aula e que agora é para todos, mesmo os aposentados que não estavam em sala de aula, mais o piso salarial chegarão a R\$ 1.030,00.

Agora, temos consciência de que isso não é tudo, de que a luta tem que continuar, mas serve para unificar, para avançar, para mostrar que essa reforma vai ter um gasto superior a R\$ 30 milhões, quando finalizada. Este é um governo que fez a opção por aqueles que trabalham, seja na área da Educação, da Segurança e, esperamos, na área da Saúde também. É dessa forma que a luta avança.

E mais, quando fui prefeito implementei um benefício para quem tinha mais de dez anos de serviço, para que pudessem dividir a venda da sua licença-prêmio em cinco anos, benefício este que o governo do estado vai estender a todos os nossos professores e funcionários públicos.

Então, notem que a luta é um avanço constante, ela nunca se vai...

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra o próximo orador inscrito, o sr. deputado Reno Caramori, por até dez minutos.

(O deputado desiste.)

Na desistência do sr. deputado Reno Caramori, com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Nobres deputados, deputadas, gostaria de me manifestar à sociedade catarinense sobre a saúde.

Falou desta tribuna hoje o sr. deputado Jailson Lima que realmente a nossa Saúde está num momento de alerta máximo, porque temos uma pandemia em andamento, ou seja, existe uma doença provocada pelo vírus H1N1 e temos que tomar cuidado. E esse cuidado tem que ser tomado nas escolas e nas famílias.

Acho que está de parabéns Santa Catarina, em primeiro lugar, por não tomar medidas drásticas quando elas não são necessárias, a exemplo de não suspender as aulas e sim tomar cuidado para que todo aluno que estiver com sintomas de gripe não vá à escola; de fazer com que os ambientes fechados sejam mais ventilados, para que haja

uma circulação maior do ar; de fazer com que o cuidado com a saúde das nossas crianças, dos nossos idosos seja vista de perto pela Saúde.

Então, está de parabéns Santa Catarina por não suspender o reinício das aulas, como fizeram os estados do Rio Grande do Sul, do Paraná e de São Paulo, medida que o próprio ministro Temporão achou exagerada. Não há necessidade de suspender as aulas; existe, sim, necessidade de fazermos um controle básico rigoroso, através de informações. Por isso, a nossa secretária da Saúde tem que informar a nossa população.

Hoje, na imprensa estão muito bem colocadas as medidas e as restrições que devem ser observadas. Acreditamos que com a divulgação pela imprensa dessas medidas de prevenção, elas serão observadas, sim, com grande esforço, não só pelos dirigentes da Saúde, mas pela população, em função do cuidado que se deve ter em relação à Influenza A que está contaminando não só o nosso estado, mas o Brasil e o mundo todo.

Temos a consciência de que não devemos fazer automedicação, pois ela poderá trazer efeitos colaterais importantes no futuro. Então, a administração do antiviral deverá dar-se somente através de prescrição médica. Não tomem remédio por conta própria. Simplesmente ir à farmácia automedicar-se não é recomendado. Então, temos essas medidas que estão sendo tomadas para que o nosso povo seja bem orientado no encaminhamento dessa pandemia, que é a Influenza A (H1N1).

Nobres pares, gostaria ainda de me reportar às ações do governo estadual, do governador Luiz Henrique da Silveira, no planalto norte, durante a semana que passou. Tivemos lá, como relatei anteriormente, a presença do nosso governador Luiz Henrique da Silveira, juntamente com o vice-governador Leonel Pavan, com o ex-governador Eduardo Pinho Moreira, com Mauro Mariani, secretário da Infraestrutura, com Paulo Bauer, secretário da Educação, enfim, com os deputados que representam a região.

Tivemos a satisfação de inaugurar, em Irineópolis, juntamente com o prefeito Wanderlei Lezan, o ginásio de esportes, uma obra há muito sonhada. Houve também a inauguração do asfalto. E mais, sob chuva, pois estava chovendo quando inauguramos a obra. Realmente, foi um ato importante do governador Luiz Henrique, pois, inclusive, a sua aterrissagem na nossa região, no município de Três Barras, foi sob forte chuva, o que aumentou o mérito das inaugurações.

Temos a certeza de que com a inauguração de casas populares e a entrega de várias delas para a comunidade de Itaiópolis, para aquele trabalhador mais humilde que não tinha ainda um lugar para morar, foi algo de extremo valor.

Tivemos a entrega ainda de uma grande rede elétrica, pois um dos compromissos do governador Luiz Henrique da Silveira é levar eletricidade a todos os catarinenses, e falta muito pouco para completar essa sua meta. Temos certeza também de que a meta de asfaltar todos os acessos aos municípios, compromisso do governador Luiz Henrique da Silveira, dar-se-á até o final do ano.

Gostaríamos de dizer à comunidade catarinense que temos no bojo dessas realizações uma palavra muito importante, descentralização, cujos frutos já estamos colhendo. Sem ela seria impossível fazer tantas

obras no interior do nosso estado, sem ela as verbas ficariam somente no litoral, mas com ela os recursos subiram a serra e fizeram-se presentes no planalto norte.

A importância da descentralização na nossa região é vista a olho nu. Temos com obras de grande importância, por exemplo, o asfalto de Marcílio Dias, o desvio da Müller, no município de Três Barras, o asfalto do município de Bela Vista do Toldo, o asfalto de Santa Cruz do Timbó, onde também assinamos uma nova ordem de serviço para a continuidade das obras.

Em São Bento do Sul temos o início do elevado, que com certeza será uma grande obra do planalto norte. São Bento do Sul está de parabéns por receber essa obra, bem como a maternidade do município também está de parabéns, pois recebeu uma verba para o aparelho de encefalograma, que será comprado pelo Hospital Sagrada Família e que vai fazer com que os pacientes neurológicos sejam atendidos. Além disso, também poderemos usar o aparelho para detectar a morte cerebral, que é usada como parâmetro para possibilitar transplantes, procedimento no qual o estado de Santa Catarina é, sim, um dos mais importantes, notadamente no tocante a transplantes de rim, de córnea e de fígado.

Temos a certeza de que hoje a comunidade catarinense se sente orgulhosa em ter no estado um órgão que faz com que sejamos referência nacional.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra o sr. deputado Reno Caramori, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, o assunto que eu traria a esta Casa nesta tarde seria bem diferente, mas escutando o pronunciamento do deputado Antônio Aguiar, busquei nos meus arquivos, no *Diário Catarinense* do dia de hoje, 4 de agosto, a crônica do colonista Cacau Menezes, que fala sobre o desenvolvimento.

Isso é mais para reflexão e para conhecimento dos catarinenses que assistem à TVAL e escutam a Rádio Alesc Digital, os quais não têm acesso aos jornais.

(Passa a ler.)

"Com base nos dados do *site* da secretaria do Tesouro Nacional, Santa Catarina andou na contramão do resto do país na destinação da sua receita em investimentos. É o que se conclui do estudo do economista Raul Velloso. Ou seja, enquanto a maioria absoluta dos estados ampliou a participação dos investimentos na sua receita, fizemos o inverso, diminuindo em quase 27%. De outra forma, podemos concluir que o governo do Estado, de 2003 a 2008, pisou no freio na destinação da sua receita para investimentos.

Só em termos comparativos, no Estado de Minas Gerais o aumento da participação dos investimentos na receita foi de 215% no mesmo período. É justamente por investir que seu governador, Aécio Neves, está de olho na Presidência da República." [sic]

É lógico, com um investimento de 215%, realmente é um governo respeitável.

Por outro lado, aproveitando o nosso ilustre jornalista Cacau Menezes, gostaria de fazer a leitura de outra nota.

(Passa a ler.)

"Bom de boca

Aldo Hey Neto, o Aldinho para os íntimos, janta pelo menos três vezes por semana no melhor restaurante de Curitiba, paga em *cash* e diz para os garçons que ganhou muito dinheiro realizando trabalho tributário, em 2002, para a secretária da Fazenda de Santa Catarina.

E ainda saiu daqui, depois de preso pela Polícia Federal, falando mal de Florianópolis. Colunista é um dos seus alvos preferidos." [sic]

Vejam que barbaridade. Eu acredito no Cacau Menezes, ele não fala bobagem, quando ele fala é porque constatou.

Então, aqui está o grande investimento. E eu não tiro a razão, deputado Antônio Aguiar, realmente as obras que estão sendo feitas hoje em Santa Catarina na área da Educação são com recursos do Fundeb, repasse federal. Estão realizando obras na Educação em Santa Catarina com dinheiro federal do Fundeb. Óbvio, nota 10.

Outro detalhe, deputados, os acessos não são realizados com dinheiro da receita, mas com dinheiro da Cide. Esse dinheiro é realmente para ser aplicado no acesso aos municípios. É dinheiro da Cide, não é dinheiro da arrecadação do estado de Santa Catarina. E aqui está a prova de que ele investiu menos 27% da receita própria. O que está sendo utilizado são verbas federais que o governo é obrigado a aplicar nas obras, a exemplo do que aplicou lá em Caçador, minha terra, através de uma indicação deste parlamentar. O secretário Paulo Bauer, é óbvio, muito inteligente, conhecendo a situação, construiu a Escola Estadual Paulo Schieffler, juntamente com o ginásio de esportes, o que foi uma indicação e insistência deste parlamentar.

Deputado Silvio Dreveck, falaram que graças à descentralização é que isso está ocorrendo. Por isso, gostaria de fazer a leitura de um *e-mail* de Piratuba para que todos tomem conhecimento. Aliás, vou manter contato com o secretário Paulo Bauer para maiores informações.

(Passa a ler.)

"Professores da EEB Carlos Chagas

Estamos lutando desde o dia 19/05, dia no qual decidimos denunciar a diretora da EEB Carlos Chagas, Ingrid E. W. Kirst. Abuso de poder e assédio moral.

Ainda não envolvemos a comunidade escolar, pois a palavra ou denúncias de quinze professores de um educandário deveria ter voz diante de um setor educacional.

Um abaixo-assinado contra a diretora da EEB Carlos Chagas - Piratuba - SC, de abuso de poder e assédio moral.

Estamos decepcionados.

Denúncias e denúncias à sexta Gerede. Só na terça-feira (14/07) à noite quatro telefonemas à dona Eunice, gerente da educação, além da reunião na qual ela ouviu tudo o que quinze professores denunciaram nesses seis anos de gestão da diretora Ingrid Eliane Weigert Kirst. Dona Eunice coloca que aguardam recomendações da promotoria pública."

Deputado Silvio Dreveck, isso já está na delegacia de polícia de Ipira, conforme o BO com Registro n. 00248 - 2009 - 00124, que está em anexo a esse documento.

(Continua lendo.)

"Sabemos que Promotoria trata de crimes e não de exoneração de um cargo de confiança do Partido Político.

Gerede significa autoridade educacional.

A quem pediremos socorro ainda?"[sic]

Então, deputado, a descentralização deixou muito a desejar.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Pois não!

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Deputado, agradeço o aparte. Só para contribuir com o seu belo pronunciamento, gostaria de levantar o seguinte: o quanto poderia ser feito em obras e o quanto se poderia valorizar mais o professor, se o governo do estado estivesse cumprindo a Constituição, porque deixou de aplicar R\$ 288 milhões na Educação e R\$ 54 milhões na Saúde. E com esse dinheiro daria para fazer mais obras.

A respeito do modelo de descentralização, quero dizer que a revista *Veja*, parece-me que há 15 dias, trouxe uma reportagem muito interessante com o governador do Distrito Federal, José Roberto Arruda. Lá de fato há um bom exemplo de modelo de descentralização.

Pedi esse aparte só para contribuir com v.exa. no seu discurso.

Muito obrigado, deputado Reno Caramori!

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Deputado, se o modelo de descentralização de Santa Catarina fosse bom, outros estados já o teriam copiado. Faz sete anos e ele só aumentou. Nenhum outro estado até hoje criou mais secretarias, ao invés de criar, compactou secretarias, a exemplo desse governador que v.exa. acabou de relatar e tantos outros, como do Paraná e Rio Grande do Sul, que são vizinhos nossos e compactaram as secretarias para economizar e fazer assim obras, a exemplo de Minas Gerais.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Pois não!

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Eu queria agradecer a v.exa., deputado Reno Caramori, por reconhecer que o governo de Santa Catarina está fazendo obras. Mas o governo de Esperidião Amin não fez nada, não fez obra nenhuma! Então, eu gostaria de agradecer por esse seu pronunciamento, porque realmente foi importante para dizer que a descentralização faz parte, sim, do governo de Santa Catarina. Essa descentralização mostra não só obras na Educação, mas também na Saúde, na Agricultura e, principalmente, no Deinfra, onde temos obras de grande importância, como os acessos asfálticos que v.exa. citou. E esses acessos...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra o próximo orador inscrito em Explicação Pessoal, deputado Dionei Walter da Silva, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, nesse debate de quem foi e de quem não foi, de quem fez e de quem não fez, a sociedade fica esperando para que as obras aconteçam. E é justamente nesse tema, deputado Silvio Dreveck, de descentralização, de organização do estado, que precisamos

avançar muito em Santa Catarina, ou seja, na construção de políticas públicas.

O governo federal vem-se empenhando há muitos anos na organização das políticas do SUS, em que o município, independentemente de partido político, sabe quanto vai receber para a Saúde. Isso foi construído em outros governos e aprofundado no governo atual. Cito o exemplo do Fundeb, em que o prefeito sabe quanto vai receber por aluno; o Sistema Único de Assistência Social, para o prefeito implantar programas de erradicação do trabalho infantil, por exemplo. Cito também os Cras, Creas, em que se pode saber o montante do recurso que vai aportar no município, oriundo do governo federal, independentemente de sigla partidária. Por que não citar o Pronasci, que vai distribuir também recursos programados, recursos garantidos aos estados?

Aqui em Santa Catarina o que vemos é o contrário: cada vez mais a tríplice aliança tentando liberar recursos já definidos na Constituição para que os seus deputados, o seu governador, o seu vice-governador e as suas lideranças distribuam pelo estado afora como se estivessem fazendo favores à nossa população. E o pior, deputado, é que na hora de discutir política, inclusive aqui na Assembleia Legislativa, eles não têm compromisso com a regulamentação da política pública, só quando é para distribuir os recursos tentando angariar votos de pessoas ligadas a entidades.

Recentemente, discutimos nesta Casa a Lei de Diretrizes Orçamentárias, e o deputado Reno Caramori, inclusive, assinou junto conosco uma emenda tentando incluir na LDO a rubrica "bombeiros voluntários do estado de Santa Catarina". E conforme o art. 109 da Constituição Estadual é obrigação do estado apoiar técnica e financeiramente esses bombeiros. A Lei de Diretrizes Orçamentárias elenca como vai ser o Orçamento do estado de Santa Catarina, e a emenda dos bombeiros voluntários simplesmente foi rejeitada pela base do governo do estado. Essa corporação atende mais de 1,5 milhão de pessoas, com 35 corporações que abrangem mais de 70 municípios do estado de Santa Catarina.

Numa reunião em uma dessas entidades, deputado Silvio Dreveck, eles me perguntaram: "Mas o deputado fulano votou a favor dessa emenda"? Eu respondi que não, que ele tinha votado contra. Então, disseram: "Mas é engraçado, porque na semana passada ele me trouxe R\$ 30 mil do Fundo Social, e na hora de regulamentar ele não votou"? Eu respondi o seguinte: "É lógico que ele não vai votar porque ele quer justamente fazer a baixa política do favor, do clientelismo para que aquela comunidade deva favor a ele e vote nele na próxima eleição, se não tiver a consciência de que esse cidadão está prejudicando a entidade, porque na hora em que ele sair, a entidade não terá garantido o seu direito de existir ou os recursos no Orçamento do estado."

Então, precisamos fazer esse debate em todas as áreas da política no estado de Santa Catarina. O SUS tem todo um programa de distribuição para as entidades e os municípios. Os conselhos fiscalizam, aprovam e deliberam, isso em nível nacional. E o estado? Como são distribuídos os recursos que o estado é obrigado a gastar na Saúde? Não há uma política, a não ser um valor que é dado

para a compra de remédios, por exemplo, que é por habitante, mas no restante não há muitos critérios.

Tivemos recentemente o exemplo de algumas regiões onde recursos do Fundo Social foram disponibilizados para construção ou ampliação de hospitais, mas isso não caracteriza uma política pública, e sim um ato de benevolência, como se diz, do governador para algumas regiões.

Não existe uma política estruturada de saúde pública, não há uma política estruturada de educação! Agora, nesse período pré-eleitoral estão prometendo construir alguns Cedups pelo estado afora. Eu tenho uma preocupação porque o CIP acabou sendo entregue para uma entidade tocar porque o estado não deu conta, e agora estão querendo construir outros. Eu louvo a iniciativa de construir escolas, mas tenho dúvidas sobre a efetividade e a continuidade disso, senão serão mais alguns terrenos comprados, mais algumas pedras fundamentais lançadas durante o ano que vem para que a sociedade, mais uma vez, eleja a tríplice aliança em Santa Catarina.

E são os mesmos, deputado Reno Caramori, que em nível nacional arvoram-se na oposição ferrenha ao nosso governo, que tenta implementar a política de estado e não a política de governo; ele quer que, saindo do governo, a população continue tendo direito à saúde, à educação e à segurança pública.

Eu participei da 1ª Conferência Estadual de Segurança Pública, que aconteceu em Florianópolis, e confesso, deputado Reno Caramori, que me assustei com a fala do representante do ministério da Justiça - e o deputado Sargento Amauri Soares estava presente naquela conferência. Como a propaganda é um negócio fantástico! Eles conseguiram convencer o assessor que veio representando o ministro de que a segurança em Santa Catarina é um negócio fabuloso, aplaudida até na ONU; que o modelo de segurança pública de Santa Catarina é aplaudido na Noruega. Disseram que o secretário, o comandante e não sei mais quem lhes mostraram como funciona o modelo da segurança, dizendo que é uma maravilha.

Então, isso me preocupa. E como deve ser nos outros estados, então, deputado Silvio Dreveck, se aqui é o paraíso da Segurança Pública?

E a estatística é desgraçada. Se eu estou num lugar a zero graus e o deputado Reno Caramori está em outro a 30 graus, a média é de 15 graus, mas eu estou morrendo congelado e o deputado Reno Caramori está suando. Então, a média esconde a realidade. Quando se diz que a média de crimes catarinenses está abaixo dos padrões da ONU é verdadeiro, deputado, mas em Balneário Camboriú está três ou quatro vezes acima da média, em Florianópolis está bem acima da média também.

Portanto, infelizmente, com a propaganda a realidade é maquiada e conseguem enganar autoridades, que não vão achar que essas pessoas estão inventando e de certa forma acabam vendendo uma imagem de um paraíso que não existe.

Precisamos estar atentos porque estará sendo criado o sistema nacional, deputado Sargento Amauri Soares, e as autoridades de Santa Catarina precisam assumir que o nosso estado tem problemas para daí, sim, tentar

resolvê-los, porque se eles acham que está tudo bem, que esperança terá a sociedade de que se irá resolver alguma coisa?

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, de acordo com o art. 110 do Regimento Interno, comunica que as seguintes matérias são destinadas à Ordem do Dia da 62ª Sessão Ordinária do dia 5 de agosto de 2009: discussão e votação em turno

único das Mensagens n.s.: 00630/2008, 00909/2009 e 00923/2009.

Antes de encerrarmos a presente sessão, convocamos outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental.

Está encerrada a presente sessão.

## PUBLICAÇÕES DIVERSAS

### ATAS DE COMISSÃO PERMANENTE

#### ATA DA DÉCIMA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, REFERENTE À 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA.

As nove horas do dia sete de julho de dois mil e nove, sob a Presidência do Deputado Romildo Titon, reuniu-se a Comissão de Constituição e Justiça, com a presença dos Senhores Deputados: Marcos Vieira, Sargento Amauri Soares, Dionei da Silva, substituiu Pedro Uczai, Dirceu Dresch, Joares Ponticelli, Cesar Souza Júnior, Elizeu Mattos e Jean Kuhlmann. Aberto os trabalhos o Presidente passou a palavra aos Deputados que passaram a relatar as matérias em pauta. O Deputado Marcos Vieira, relatou os Projetos de Lei nºs 0170.7, 0234.4/08, 0187.5/09, 0124.1/07, exarou parecer pela diligência externa à todos, que posto em discussão, foi aprovado por unanimidade, o Projeto de Lei Complementar nº 0031.3/08, exarou parecer de voto vista favorável, que posto em discussão, foi cedido vista em gabinete do Deputado Dirceu Dresch, o Projeto de Emenda Constitucional nº 0001.0/09, exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, e o Projeto de Lei nº 0364.4/08, exarou parecer de voto vista contrário, que posto em discussão e votação, foi cedido vista em gabinete do Deputado Cesar Souza Júnior. Deputado Cesar Souza Júnior, relatou o Projeto de Lei nº 0085.0/09, exarou parecer favorável com emenda substitutiva global, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, e o Projeto de Lei nº 0223.3/09, exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Deputado Dirceu Dresch, relatou o Projeto de Lei Complementar nº 0016.4/09, exarou parecer de voto vista favorável, com emendas modificativa, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Deputado Sargento Soares, relatou o Projeto de Lei nº 0228.8/09, exarou parecer favorável com emenda modificativa, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o Projeto de Lei nº 0028.2/09, exarou parecer favorável às emendas, que posto em discussão, foi cedido vista em gabinete do Deputado Dionei da Silva, e o Projeto de Lei nº 0181.0/09, exarou parecer favorável, que posto em discussão, foi cedido vista em gabinete do Deputado Elizeu Mattos. O Deputado Joares Ponticelli, relatou os Projetos de Lei nºs 0195.5, 0119.4, e o Projeto de Lei Complementar nº 0022.2/09, exarou parecer de pela diligência externa à todos, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, os Projetos de Lei nºs 0222.2, e 0085.0/09, exarou parecer favorável à todos, que posto em discussão e votação, foi por unanimidade, o Projeto de Lei nº 0053.3/08, exarou parecer favorável com emenda aditiva, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, e o Projeto de Lei nº 0518.4/07, exarou parecer contrário, que posto em discussão, foi cedido vista em gabinete do Deputado Elizeu Mattos. O Deputado Dionei Walter da Silva, relatou o Projeto de Lei nº 0021.6/09, exarou parecer pela diligência externa, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, e o Projeto de Lei nº 0131.0/09, exarou parecer pela diligência externa, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Deputado Romildo Titon, relatou os Projetos de Lei nºs 0237.9, 0235.7, 0216.4, 0231.3, e 0240.4/09, exarou parecer favorável à todos, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o Projeto de Lei nº 0241.4/09, exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, e as Mensagens de Veto nºs 0100.7, e 0100.6/09, exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Presidente suspendeu a presente reunião às onze horas, e convocou a mesma para o dia oito de julho de dois mil e nove às dez horas. Após a reabertura o Presidente passou a palavras aos membros. O Deputado Dirceu Dresch, relatou o Projeto de Lei nº 0060.2/09, exarou parecer de voto vista favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Deputado Jean Kuhlmann, relatou o Projeto de Lei Complementar nº 0015.8/09, exarou parecer favorável com emenda aditiva, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, e o Projeto de Lei

Complementar nº 0023.3/09, exarou parecer favorável, que posto em discussão, foi cedido vista em gabinete do Deputado Dionei Walter da Silva e Joares Ponticelli. Nada mais havendo a tratar o Presidente agradeceu a presença dos Deputados e encerrou a presente reunião, da qual, eu, Robério de Souza, Chefe de Secretaria, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo Presidente e, posteriormente, publicada no Diário desta Assembléia Legislativa.

Sala das Comissões, em 08 de julho de 2009

Deputado Romildo Titon

Presidente

\*\*\* X X X \*\*\*

#### ATA DA DÉCIMA SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, REFERENTE À 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA.

As nove horas do dia quatorze de julho de dois mil e nove, sob a Presidência do Deputado Romildo Titon, reuniu-se a Comissão de Constituição e Justiça, com a presença dos Senhores Deputados: Marcos Vieira, Sargento Amauri Soares, Dionei da Silva, Dirceu Dresch, Joares Ponticelli, Darci de Matos substituiu Cesar Souza Júnior, Elizeu Mattos e Jean Kuhlmann. Aberto os trabalhos o Presidente passou a palavra aos Deputados que passaram a relatar as matérias em pauta. O Deputado Marcos Vieira, relatou o Projeto de Lei nº 0092.0/09, exarou parecer, exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, e o Projeto de Lei nº 0089.4/09, exarou parecer contrário, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Deputado Dionei da Silva, relatou o Projeto de Lei nº 0244.8/08, exarou parecer de voto vista favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por maioria o parecer favorável do relator. Deputado Dirceu Dresch, relatou o Projeto de Lei nº 0129.6/09, exarou parecer pela diligência interna, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o Projeto de Lei nº 0101.5/08, exarou parecer favorável, que posto em discussão, foi cedido vista em gabinete do Deputado Romildo Titon, e o Projeto de Lei nº 0033.0/09, exarou parecer de voto vista contrário, que posto em discussão e votação, foi aprovado por maioria o parecer favorável o . O Deputado Darci de Matos, relatou o Projeto de Lei nº 0041.5/08, exarou parecer de voto vista favorável à emenda modificativa, que posto em discussão e votação, foi aprovado por maioria o parecer do Deputado Cesar Souza Júnior. O Deputado Joares Ponticelli, relatou os Projetos de Lei nºs 0109.2 e 0233.5/09, exarou parecer de pela diligência externa à ambos, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o Projeto de Lei nº 0070.4/09, exarou parecer contrário, que posto em discussão e votação, foi por unanimidade, o Projeto de Lei nº 0226.6/09, exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o Projeto de Lei nº 0219.7/09, exarou parecer favorável com emenda substitutiva global, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o Projeto de Resolução nº 0010.3/09, exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Deputado Elizeu Mattos, relatou os Projetos de Lei nºs 0024.9, e 0225.5/09, exarou parecer favorável à ambos, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, e o Projeto de Lei Complementar nº 0011.0/09, exarou parecer favorável, que posto em discussão, foi cedido vista em gabinete do Deputado Sargento Amauri Soares. Deputado Jean Kuhlmann, relatou os Projetos de Lei nºs 0217.5, e 0207.3/09, exarou parecer favorável com emenda aditiva e modificativa à ambos, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o Projeto de Lei nº 0201.8/09, exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o Projeto de Lei nº 0385.9/08, exarou parecer de voto vista favorável com emenda modificativa, que posto em discussão e votação, foi aprovado o parecer contrário do Deputado Joares Ponticelli. O Deputado Romildo Titon, relatou os Projetos de Lei nºs 0246.0, 0215.3, 0236.8, 0249.2, 0232.4, 0245.9, 0252.8, 0220.0 e 0094.1/09, exarou parecer favorável à todos, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Presidente suspendeu a presente reunião às onze horas, e convocou a mesma para às duas

horas. Após a reabertura o Presidente passou a palavras aos membros. O Deputado Jean Kuhlmann, relatou o Projeto de Lei Complementar nº 0023.3/09, exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por maioria, e o Projeto de Lei nº 0063.5/09, exarou parecer favorável à emenda modificativa, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar o Presidente agradeceu a presença dos Deputados e encerrou a presente reunião, da qual, eu, Robério de Souza, Chefe de Secretaria, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo Presidente e, posteriormente, publicada no Diário desta Assembléia Legislativa.

Sala das Comissões, em 14 de julho de 2009

Deputado Romildo Titon

Presidente

\*\*\* X X X \*\*\*

## EXTRATOS

### EXTRATO Nº 092/2009

REFERÊNCIA: 2ª Publicação da Ata Registro de Preço CL nº 006/2009 oriunda do Pregão Presencial CL nº 011/2009.

OBJETO: Aquisição de mobiliários diversos com instalação e montagem. VIGÊNCIA DA ATA: 01 (um) ano após a assinatura da Ata, (05 de maio de 2010).

FUNDAMENTO LEGAL: art. 15 da Lei nº 8.666/93, Lei nº 10.520/2002, Ato da Mesa nº 214/2007, subsidiariamente pelo art. 462 do Código Civil, pelos Decretos nºs. 3.555/2000 e 3.931/2001, Pregão Presencial nº 011/2009.

#### LOTE 01

ITENS	QTDE.	UNID	ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
<b>LOTE 01</b>					
01	100	Um	Armario Em Madeira Mdf 600x450x1300, 02 Prateleiras Internas, 02 Prateleiras Externas, Estrutura Cinza, Porta Azul; Marca Personal	R\$ 459,45	R\$ 45.945,00
02	100	Un	Armario Em Madeira Mdf 600x450x1300, 02 Prateleiras Internas, 02 Prateleiras Externas, Estrutura Cinza, Porta Verde; Marca Personal	R\$ 459,45	R\$ 45.945,00
03	100	Un	Armario Em Madeira Mdf 900x520x1600, 5 Suportes Pastas Suspensas, 04 Prateleiras Internas, Estrutura E Porta Cinza; Marca Personal	R\$ 595,71	R\$ 59.571,00
04	100	Un	Armario Em Madeira Mdf 900x450x1600, 08 Prateleiras Internas, Estrutura E Porta Cinza; Marca Personal	R\$ 534,60	R\$ 53.460,00
05	100	Un	Armario Em Madeira Mdf 900x450x600, 02 Prateleiras, Estrutura Cinza; Marca Personal	R\$ 276,00	R\$ 27.600,00
06	100	Un	Armario Em Madeira Mdf 900x520x1600, 10 Suportes Pastas Suspensas, Estrutura E Porta Cinza; Marca Personal	R\$ 709,30	R\$ 70.930,00
07	100	Un	Arquivo De Madeira Para Pasta Suspensa 450x510x1350, Estrutura E Gaveta Cinza; Marca Personal	R\$ 534,50	R\$ 53.450,00
08	100	Un	Balcao Em Madeira Mdf Medindo 1350x450x740, 03 Prateleiras, Estrutura Cinza Porta Verde; Marca Personal	R\$ 284,75	R\$ 28.475,00
09	100	Un	Balcao Em Madeira Mdf 1350x450x740, 03 Prateleiras, Estrutura Cinza, Porta Azul; Marca Personal	R\$ 284,75	R\$ 28.475,00
10	100	Un	Balcao Em Madeira Mdf 1800x450x740, 04 Prateleiras, Estrutura Cinza, Porta Verde; Marca Personal	R\$ 304,00	R\$ 30.400,00
11	100	Un	Balcao Em Madeira Mdf 1800x450x740, 04 Prateleiras, Estrutura Cinza, Porta Azul; Marca Personal	R\$ 304,00	R\$ 30.400,00
12	100	Un	Balcao Em Madeira Mdf Medindo 900x450x740, 2 Prateleiras, Estrutura Cinza, Porta Verde; Marca Personal	R\$ 276,00	R\$ 27.600,00
13	100	Un	Balcao Em Madeira Mdf Medindo 900x450x740, 2 Prateleiras, Estrutura Cinza, Porta Azul; Marca Personal	R\$ 276,00	R\$ 27.600,00
14	100	Un	Conexão Angular Circular 600x600, Tampo Cinza; Marca Personal	R\$ 36,70	R\$ 3.670,00
15	100	Un	Conexão Angular Reta 600x600, Tampo Cinza; Marca Personal; Marca Personal	R\$ 34,06	R\$ 3.406,00
16	100	Un	Conexao Quadrada Medindo 600x600, Tampo Cinza; Marca Personal	R\$ 38,45	R\$ 3.845,00
17	100	Un	Gaveteiro Fixo Medindo 450x450x360, 02 Gavetas, Estrutura E Gaveta Verde; Marca Personal	R\$ 86,45	R\$ 8.645,00
18	100	Un	Gaveteiro Fixo Medindo 450x450x360, 02 Gavetas, Estrutura E Gaveta Azul; Marca Personal	R\$ 86,45	R\$ 8.645,00
19	100	Un	Gaveteiro Fixo Medindo 450x450x360, 03 Gavetas, Estrutura E Gaveta Verde; Marca Personal	R\$ 115,30	R\$ 11.530,00
20	100	Un	Gaveteiro Fixo Medindo 450x450x670, C/03 Gavetas,Estrutra E Gavetas Em Azul; Marca Personal	R\$ 115,30	R\$ 11.530,00
21	100	Un	Gaveteiro Móvel 450x450x670, 02 Gavetas Pasta Suspensa, Estrutura Azul, Gaveta Azul; Marca Personal	R\$ 206,15	R\$ 20.615,00
22	100	Un	Gaveteiro Móvel 450x450x670, 02 Gavetas Pasta Suspensa, Estrutura Verde, Gaveta Verde; Marca Personal	R\$ 206,15	R\$ 20.615,00
23	100	Un	Gaveteiro Móvel 450x450x670, 02 Gavetas, 01 Gaveta Pasta Suspensa, Estrutura E Gavetas Verde; Marca Personal	R\$ 202,65	R\$ 20.265,00
24	100	Un	Gaveteiro Móvel 450x450x670, 02 Gavetas, 01 Gaveta Pasta Suspensa, Estrutura E Gavetas Azul; Marca Personal	R\$ 202,65	R\$ 20.265,00
25	100	Un	Gaveteiro Móvel 450x450x670, 04 Gavetas, Estrutura Verde, Gaveta Verde; Marca Personal	R\$ 204,40	R\$ 20.440,00
26	100	Un	Gaveteiro Móvel 450x450x670, 04 Gavetas, Estrutura Azul, Gaveta Azul; Marca Personal	R\$ 204,40	R\$ 20.440,00
27	100	Un	Mesa Para Escritorio Medindo 1000x600x740, Tampo Cinza Pannel Verde; Marca Personal	R\$ 185,15	R\$ 18.515,00
28	100	Un	Mesa Para Escritorio Medindo 1000x600x740, Tampo Cinza Pannel Azul; Marca Personal	R\$ 185,15	R\$ 18.515,00
29	100	Un	Mesa Para Escritorio 1200x600x740, Tampo Cinza, Pannel Verde; Marca Personal	R\$ 211,35	R\$ 21.135,00
30	100	Un	Mesa Para Escritorio 1200x600x740, Tampo Cinza, Pannel Azul; Marca Personal	R\$ 211,35	R\$ 21.135,00
31	100	Un	Mesa Para Escritorio 1350x600x740, Tampo Cinza, Pannel Verde; Marca Personal	R\$ 228,80	R\$ 22.880,00
32	100	Un	Mesa Para Escritorio 1350x600x740, Tampo Cinza, Pannel Azul; Marca Personal	R\$ 228,80	R\$ 22.880,00
33	100	Un	Mesa Para Escritorio 1500x600x740, Tampo Cinza, Pannel Azul; Marca Personal	R\$ 246,30	R\$ 24.630,00
34	100	Un	Mesa Para Escritorio 1500x600x740, Tampo Cinza, Pannel Verde; Marca Personal	R\$ 246,30	R\$ 24.630,00



35	100	Un	Mesa Para Escritorio 1750x600x740, Tampo Cinza, Pannel Verde; Marca Personal	R\$ 272,50	R\$ 27.250,00
36	100	Un	Mesa Para Escritorio 1750x600x740, Tampo Cinza, Pannel Azul; Marca Personal	R\$ 272,50	R\$ 27.250,00
37	100	Un	Mesa Para Escritorio 800x600x740, Tampo Cinza, Pannel Azul; Marca Personal	R\$ 185,15	R\$ 18.515,00
38	100	Un	Mesa De Madeira Em Mdf 800x600x740, Tampo Cinza, Pannel Verde; Marca Personal	R\$ 185,15	R\$ 18.515,00
39	100	Un	Mesa Circular 1200x730, Tampo Cinza, Pés Em Aço; Marca Personal	R\$ 284,75	R\$ 28.475,00
40	100	Un	Suporte Para Cpu 280x450x670 Cinza; Marca Personal	R\$ 54,15	R\$ 5.415,00
41	100	Un	Teclado Retrátil 550x80x340, Tampo Cinza; Marca Personal	R\$ 73,35	R\$ 7.335,00
42	100	Un	Teclado Retrátil 750x80x340, Tampo Cinza; Marca Personal	R\$ 80,35	R\$ 8.035,00
43	1	Um	Mesa Com Tampo De Espessura Mínima De 28 Mm, Estruturado Em Mdf, Com Revestimento Melaminico, Nas Medidas De 100 Cm De Largura Por 250 Cm De Comprimento; Marca Personal	R\$ 628,00	R\$ 628,00
Valor total do Lote 01					R\$ 1.019.500,00

1ª REGISTRADA: PERSONAL MÓVEIS E ESCRITÓRIOS LTDA  
Endereço: Rua Francisco Severino de Souza, n.º 1900, São José/SC  
CEP 88104-800  
CNPJ n. 80.697.188/0001-08  
Fone/fax (48) 3343-1300/ (48) 3343-1200, 8428-4984  
E-mail personal@personalescritorios.com.br  
Florianópolis, 05 de agosto de 2009.  
Deputado Jorginho Mello - Presidente da ALESC  
\*\*\* X X X \*\*\*

REFERÊNCIA: 2ª Publicação da Ata Registro de Preço CL nº 007/2009, referente Pregão Presencial CL nº 011/2009.  
OBJETO: Aquisição de mobiliários diversos com instalação e montagem.  
VIGÊNCIA DA ATA: 01 (um) ano após a assinatura da Ata, (05 de maio de 2010).  
FUNDAMENTO LEGAL: art. 15 da Lei nº 8.666/93, Lei nº 10.520/2002, Ato da Mesa nº 214/2007, subsidiariamente pelo art. 462 do Código Civil, pelos Decreto nºs. 3.555/2000 e 3.931/2001, Pregão Presencial nº 011/2009.

## EXTRATO Nº 093/2009

## LOTE 02

Item	Qtd	Un	Material	V. Unitário
01	100	Un	Cadeira Fixa, Braço Fixo, Espaldar Médio, Revestimento Azul	R\$ 170,00
02	100	Un	Cadeira Fixa Braço Fixo, Espaldar Medio, Revestimento Verde	R\$ 170,00
03	100	Un	Cadeira Fixa, Sem Braço, Espaldar Médio, Revestimento Azul	R\$ 130,00
04	100	Un	Cadeira Fixa, Sem Braço, Espaldar Medio, Revestimento Verde	R\$ 130,00
05	100	Un	Cadeira Giratoria Braço Fixo, Espaldar Alto, Revestimento Azul	R\$ 200,00
06	100	Un	Cadeira Giratoria Braço Fixo, Espaldar Alto, Revestimento Verde.	R\$ 200,00
07	100	Un	Cadeira Giratoria Braço Fixo, Espaldar Medio, Revestimento Azul	R\$ 196,50
08	100	Un	Cadeira Giratoria, Braço Fixo, Espaldar Médio, Revestimento Verde	R\$ 190,00
09	100	Un	Cadeira Giratoria, Braço Regulagem Altura, Espaldar Médio Revestimento Azul	R\$ 270,00
10	100	Un	Cadeira Giratoria, Braço Regulagem Altura, Espaldar Médio, Revestimento Verde	R\$ 270,00
11	100	Un	Cadeira Giratoria Sem Braco, Espaldar Médio Revestimento Azul	R\$ 220,00
12	100	Un	Cadeira Giratoria Sem Braço, Espaldar Médio, Revestimento Verde;	R\$ 220,00
13	100	Un	Longarina 01 Assentos, 02 Mesas, Revestimento Azul	R\$ 260,00
14	100	Un	Longarina 01 Assentos, 02 Mesas, Revestimento Verde	R\$ 260,00
15	100	Un	Longarina 02 Assentos, 01 Mesa, Revestimento Azul	R\$ 350,00
16	100	Un	Longarina 02 Assentos, 01 Mesa, Revestimento Verde	R\$ 350,00
17	100	Un	Longarina 03 Assentos, Revestimento Azul	R\$ 400,00
18	100	Un	Longarina 03 Assentos, Revestimento Verde	R\$ 400,00
19	5	Un	Cadeira Tipo Caixa, Giratoria, Sem Braço Revestimento Azul	R\$ 270,00

1ª REGISTRADA: AMN INDUSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME  
Endereço: Rua Visconde de Cairú, Estreito, Florianópolis/SC  
CEP 88675-000  
CNPJ n. 04.527.168/0001-00 Fone/fax (48) 3203 - 2010 ou 9161 - 0007

2ª REGISTRADA: ELO MOVEIS LTDA

3ª REGISTRADA: INDUSTRIA DE MÓVEIS CEQUIPEL PARANA LTDA  
Florianópolis, 05 de agosto de 2009.

Deputado Jorginho Mello - Presidente da ALESC  
\*\*\* X X X \*\*\*

## EXTRATO Nº 094/2009

REFERÊNCIA: 2ª Publicação da Ata Registro de Preço CL nº 009/2009, oriunda do Pregão Presencial CL nº 011/2009.  
OBJETO: Aquisição de mobiliários diversos com instalação e montagem.  
VIGÊNCIA DA ATA: 01 (um) ano após a assinatura da Ata (05 de maio de 2010)  
FUNDAMENTO LEGAL: art. 15 da Lei nº 8.666/93, Lei nº 10.520/2002, Ato da Mesa nº 214/2007, subsidiariamente pelo art. 462 do Código Civil, pelos Decreto nºs. 3.555/2000 e 3.931/2001, Pregão Presencial nº 011/2009.

## LOTE 04

Item	Un	Material	V. Unitário
01	UN	Sofá Com 2 Almofadas Em Couro Especial Preto, Medindo 2,06x0,90x0,73. Marca Niroflex.	R\$ 3.257,00
02	UN	Poltrona Estilo Windsor Medindo 0,73x0,69x0,84, Em Madeira Andiroba Com Acabamento Acetinado. Marca Com Classe Móveis	R\$ 1.560,00
03	UN	Mesa De Centro Medindo 1,20x0,80x 0,38 Com 4 Pés Rebaixados, Acabamento Acetinado. Marca Arte Nova	R\$ 858,00
04	UN	Mesa Medindo 1000x2000x770, De Madeira De Andiroba E Acabamento Acetinado. Marca Com Classe Móveis.	R\$ 3.253,00
05	UN	Cadeira Em Madeira Andiroba, Acabamento Acetinado Com Assento Nas Medidas 46x43x48 Cm Com Altura De 94 Cm, conforme projeto. Marca Com Classe Móveis.	R\$ 450,00
06	UN	Móvel Especial Para Tv Medindo 1,20x60x1,20 Com Divisões Para Embutir Microondas E Frigobar. Marca Arte Nova.	R\$ 1.619,00
07	UN	Mesa Para Escritorio Com 3 Gavetas Na Horizontal, Estilo Classico, Medindo 1,40x72x80 Cm. Com Lamina De Imbuia E Acabamento Envelhecido Acetinado. Marca Armil Móveis	R\$ 1.024,00
08	UN	Mesa Para Escritorio Em Linha Classica, Medindo 1,58x60x80cm Com Lamina De Imbuia E Acabamento Envelhecido Acetinado. Marca Armil Móveis	R\$ 1.548,00
09	UN	Suporte Para Cpu Em Mdf Com Lamina De Imbuia, Acabamento Envelhecido Acetinado. Marca Armil Móveis	R\$ 118,00
10	UN	Poltrona Giratoria Com Encosto Acoplado A Base, Formato Concha Vazada, Revestida Em Courissimo Preto. Marca Deluxe	R\$ 1.582,00
11	UN	Mesa Para Escritorio Com 4 Gavetas Sendo 2 De Cada Lado, Em Estilo Classico, Medindo 1,65x72x80 Cm, Com Lamina De Imbuia E Acabamento Envelhecido. Marca Armil Móveis	R\$ 1.140,00
12	UN	Movel Especial Com Divisão Para Encaixe De Cpu E Fonte, Medindo 1,30x50x80. Marca Armil Móveis	R\$ 1.134,00
13	UN	Poltrona Giratoria Com Encosto Acoplado A Base, Formato Em Concha Vazada, Laminado Interno, Revestida Em Courissimo Preto Com Regulagem Altura, 5 Hastes Em Alumínio E Rodizios Com Faixas De Silicóne. Marca Deluxe	R\$ 1.582,00
14	UN	Mesa Com Tampo Elíptico Em Mármore Traventino, Com Acabamento Vitrificado, Medindo 2,00 X 1,20 X 78 Cm. Marca Toniato	R\$ 2.710,00

15	UN	Balcão Para Embutir Frigobar Medindo 1,30x60x1,00 M Com Uma Porta De Correr Sobreposta Em Preto E 4 Gavetas Externas. Marca Arnil Móveis	R\$ 2.270,00
16	UN	Mesa Para Escritório Com 2 Gavetas Horizontais, Medindo 1,20 X 60 X 80, Com Lamina De Imbuia E Acabamento Envelhecido Acetinado. Marca Arnil Móveis	R\$ 1.128,00
17	UN	Movel Especial Com Divisão Para Encaixe De Cpu E Fonte, Medindo 1,30x50x80 Cm, Com Divisão Do Lado Direito. Marca Arnil Móveis	R\$ 1.134,00
18	UN	Sofá Com 2 Lugares Em Couro, Pigmentado Negro, Medindo 1,67x 82x79 Sendo Almofada Do Assento Inteira, Solta, Botoneé. Marca Niroflex	R\$ 2.429,00
19	UN	Poltrona Com Designer Contemporâneo, Assento E Encosto Revestido Em Courissimo Preto, Estrutura Em Aço Inox, Medindo 73x82x79 Cm. Marca Bolis Design	R\$ 907,00
20	UN	Aparador Com Estrutura De Alumínio Polido, 2 Tampos De Mdf Lamina De Imbuia, Rodízios De Silicone, Medindo 40x100x86 Cm. Marca Microtubos	R\$ 1.239,00
21	UN	Poltrona Giratoria Braços Fixos, Com Molejo Central, Revestida Em Couro Natural 100% Bovino Vacum Na Cor Preta, Espaldar Alto E Regulagem Inclinação. Marca Projeto Móveis	R\$ 2.112,00
22	UN	Poltrona Giratoria Braços Fixos, Com Molejo Central, Revestida Em Couro 100% Natural Bovino Vacum Na Cor Preta Espaldar Medio, Espuma No Assento E Encosto Expandida. Marca Projeto Móveis	R\$ 1.975,00

1ª REGISTRADA: F.L.GERBER MÓVEIS ME

Endereço: Rua Fúlvio Aducci, nº 828, Florianópolis/SC

CEP 88075-000

CNPJ n. 04.448.001/0001-54

Fone/fax (48) 3244-2366 e 3248-0178

E-mail fgerber@brturbo.com.br e gerber@gerbermoveis.com.br

2ª REGISTRADA: KABICOL DISTRIBUIDORA LTDA

## LOTE 07

Item	Un	Material	V. Unitário
01	Un	Tapete Com Desenho Oriental (Linha Persa) Medindo 2,55x2,55 Nas Cores De Vermelho, Azul Marinho E Bege. Marca Buchara.	R\$ 1.600,00

1ª REGISTRADA: F.L.GERBER MÓVEIS ME

Endereço: Rua Fúlvio Aducci, nº 828, Florianópolis/SC

CEP 88075-000

CNPJ n. 04.448.001/0001-54

Fone/fax (48) 3244-2366 e 3248-0178

E-mail fgerber@brturbo.com.br e gerber@gerbermoveis.com.br

Florianópolis, 05 de agosto de 2009.

Deputado Jorginho Mello - Presidente da ALESC

\*\*\* X X X \*\*\*

REFERÊNCIA: 2ª Publicação da Ata Registro de Preço CL nº 008/2009, oriunda do Pregão Presencial CL nº 011/2009.

OBJETO: Aquisição de mobiliários diversos com instalação e montagem. VIGÊNCIA DA ATA: 01 (um) ano após a assinatura da Ata (05 de maio de 2010)

FUNDAMENTO LEGAL: art. 15 da Lei nº 8.666/93, Lei nº 10.520/2002, Ato da Mesa nº 214/2007, subsidiariamente pelo art. 462 do Código Civil, pelos Decreto nºs. 3.555/2000 e 3.931/2001, Pregão Presencial nº 011/2009.

## EXTRATO Nº 095/2009

Item	Un	Material	V. Unitário
01	Un	Mesa De Reunião 1000x2000x740, Tampo Oblongo, Revestimento Cinza	R\$ 690,00
02	Un	Balcão Especial 1900x750x420, Tampo Granito, Revestimento Cinza	R\$ 1.380,00
03	Un	Balcão Para Pia, Com 3 Gavetas E 2 Portas De Abrir, Dimensoes 167x70 Cm	R\$ 1.200,00
04	Un	Mesa De Granito Para Refeições, De 141x55 Cm	R\$ 460,00
05	Un	Armário Suspenso Com 3 Portas, De 167x50cm	R\$ 610,00
06	Un	Armário Com 2 Portas, De 71x220cm	R\$ 970,00
07	Un	Balcão Em "L" Com Tampo De Granito, Com Borda Dupla, Com Rebaixo Na Pia, De 290x55 Cm 125x55cm, Com Profundidade De 55cm, Com Rodapé Em Granito De 20 Cm	R\$ 3.600,00
08	Un	Balcão Em Tampo De Granito, De 60x55 Cm, Com Profundidade De 55cm	R\$ 310,00
09	Un	Balcão, De 60x55 Cm, Com Profundidade De 45 Cm, Para Microondas E Bebedouro	R\$ 310,00
10	Un	Armário Suspenso, De 90x74 Cm, Com 2 Portas	R\$ 450,00
11	Un	Armário Suspenso De 205x40 Cm, Com 2 Portas Basculantes	R\$ 570,00
12	Un	Mesa Em Granito De 130x50cm, Com Acabamento Duplo	R\$ 395,00
13	Un	Prateleira De 105x55 Cm, Para Forno Elétrico	R\$ 70,00
14	Un	Armário Especial 800x1600x400, Pintado Com Tinta De Poliuretano Branca	R\$ 1.142,50

1ª REGISTRADA: KABICOL DISTRIBUIDORA LTDA

ENDEREÇO: Rua Adhemar da Silva, nº 826, sl 805, Campinas, São José/SC

CEP 88101-000

Fone/fax (48) 3242-1710

E-mail kabolic@terra.com.br

CNPJ/MF sob o n.º 04.986.396/0001-49

2ª REGISTRADA: FORMA &amp; ARTE MÓVEIS LTDA ME

3ª REGISTRADA: CIVILLE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA

Florianópolis, 05 de agosto de 2009.

Deputado Jorginho Mello - Presidente da ALESC

\*\*\* X X X \*\*\*

## EXTRATO Nº 096/2009

REFERÊNCIA: 2ª Publicação da Ata Registro de Preço CL nº 011/2009, oriunda do Pregão Presencial CL nº 011/2009.

OBJETO: Aquisição de mobiliários diversos com instalação e montagem. VIGÊNCIA DA ATA: 01 (um) ano após a assinatura da Ata (05 de maio de 2010).

FUNDAMENTO LEGAL: art. 15 da Lei nº 8.666/93, Lei nº 10.520/2002, Ato da Mesa nº 214/2007, subsidiariamente pelo art. 462 do Código Civil, pelos Decreto nºs. 3.555/2000 e 3.931/2001, Pregão Presencial nº 011/2009.

## LOTE 06

Item	Un	Material	V. Unitário
01	Sv	Laminação De Armário De 270x230cm, Com 06 Portas E 3 Prateleiras Externas, Na Cor Cinza.	R\$ 3.146,00
02	Sv	Confecção De Armário, Estrutura Em Mdf, Espessura Mínima De 28 Mm, Revestimento Melamínico Branco, Referência Pertech, Interno E Externo, Bordas Arredondadas A 180º, Com Puxadores Em Aço Cromados, Gavetas E Portas Arredondadas A 90º Com Acabamento Em Fita Abs, Sendo As Gavetas Com Corrediças Metálicas, E As Portas Com Chaves, de acordo com o desenho recebido.	R\$ 768,00
03	Sv	Confecção De Armário, Estrutura Em Mdf, Espessura Mínima De 28 Mm, Revestimento Melamínico, Na Cor Cinza, Bordas Arredondadas A 180º, Com Puxadores Em Aço Cromado, Rodízios De Silicone, Gavetas E Portas Arredondadas A 90º Com Acabamento Em Fita Abs, E Prateleira Retrátil, Conforme Desenho Recebido.	R\$ 768,00

1ª REGISTRADA: VALCIR DOMINGOS DA SILVA EPP

ENDEREÇO: Rua D. Pedro II, nº 200, esquina com a Av. Ivo Silveira,

Capoeiras, Florianópolis/SC

CEP: 88090-940

Fone/fax: (48) 3244-3768

Email: valcirmoveis@uol.com.br

CNPJ/MF: 82.948.977/0001-08

2ª REGISTRADA: DESIGN MOVEIS E DECORAÇÃO LTDA - ME

3ª REGISTRADA: G. ELOI MÓVEIS

Florianópolis, 05 de agosto de 2009.

Deputado Jorginho Mello - Presidente da ALESC

\*\*\* X X X \*\*\*

## EXTRATO 097/2009

REFERÊNCIA: Ata Registro de Preço CL nº 018/2009 oriunda do Pregão Presencial CL nº 022/2009.

OBJETO: aquisição de material de expediente, especificados nos Lotes 01, 03 e 10.

VIGÊNCIA DA ATA: 01 (um) ano após a assinatura da Ata (22 de julho de 2010).

FUNDAMENTO LEGAL: art. 15 da Lei nº 8.666/93, da Lei nº 10.520, de

17 de julho de 2002, Ato da Mesa n.º 214/2007 e, subsidiariamente pelo Decreto n.º 3.931/2001, alterado pelo Decreto 4.342/2002, além

das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no Edital de Pregão Presencial CL n.º 022/2009.

## LOTE 01

Item	Unid.	Material	Marca	Valor Unitário R\$
1	Un	Almofada Para Carimbo N° 03, Tamanho 12,7x9,9 Cm, Na Cor Preta	Carbrink	1,29
2	Un	Almofada Para Carimbo N° 03, Tamanho 12,7x9,9 Cm, Na Cor Azul	Carbrink	1,29
3		Apontador Em Material Plástico Com Um Furo E Lâmina De Aço Temperado Prático Cores Diversas Para Lápis Convencional	Fulgor	0,14
4	Un	Apagador Para Quadro Branco, Corpo Em Plástico De Alta Resistência, Superfície Interna Em Espuma E Base De Feltro	Carbrink	2,50
5	Un	Bandeja Para Expediente/Papel (Caixa Para Correspondência), Em Acrílico, Com 2 Compartimentos, Com Separadores De Metal, Na Cor Fumê, Tamanho Ofício	Novacril	12,80
6	Un	Bandeja Para Expediente/Papel (Caixa Correspondência), Em Acrílico, Com Um Compartimento, Na Cor Fumê, Tamanho Ofício	Novacril	8,50
7	Rolo	Barbante De Algodão 4/8, Pesando Aproximadamente 250 G Cada Rolo	São João	3,00
9	Rolo	Bobina Em Papel Acetinado Para Calculadora Medindo 57 X 60mm	Silfer	0,45
10	Rolo	Bobina De Papel Para Fax Tamanho 216 Mm X 30 M	Faxform	3,76
11	Rolo	Bobina Para Impressora Térmica Marca Bematech Mp 2100 - Th	Datapel	2,90
12	Caixa	Borracha Branca, Medindo Aproximadamente 30mm X 40mm, Caixa Com 20 Unidades.	Zap	0,31
13	Un	Caixa De Arquivo Morto, Medida Externa 25x36x13cm, Confeccionada Em Papelão Formado Por Duas Capas Kraft (Uma Externa E Outra Interna) E Miolo Reciclado	Sampa	0,83
14	Un	Caneta Esferográfica, Corpo Em Polietileno Transparente E Incolor, Ponta Média (1mm) De Tungstênio, Na Cor Azul	Like	0,18
15	Un	Caneta Esferográfica, Corpo Em Polietileno Transparente E Incolor, Ponta Média (1mm) De Tungstênio, Na Cor Preta	Like	0,21
16	Un	Caneta Esferográfica, Corpo Em Polietileno Transparente E Incolor, Ponta Média (1mm) De Tungstênio, Na Cor Vermelha	Like	0,21
17	Un	Caneta Marca Texto Fluorescente, Na Cor Amarela	Like	0,60
18	Un	Caneta Marca Texto Fluorescente, Na Cor Verde	Like	0,60
19	Caixa	Caneta Para Cd/Dvd Ponta Média, Aproximadamente 1,0mm, Caixa Com 12 Unidades	Cis	1,25
20	Caixa	Clips Arame De Aço Niquelado N° 01, Caixa Com 100 Unidades	New	0,78
21	Un	Cola Branca A Base De Água, Lavável, Não Tóxico, Em Tubo De 40g	Art	0,33
22	Litro	Cola Resistente À Umidade, Cor Branca E Média Viscosidade, Que Após Seco Apresenta Uma Película Transparente, Plastificada, De Alta Resistência Ao Deslocamento, Frasco De 1 Litro.	Gr	4,49
23	Peca	Corretivo Líquido A Base De Água, Frasco Com 18ml	Art	0,60
24	Un	Disquete 3,5, 1,44mb, 2hd, Alta Densidade, Formatado Para:Dos/Windows	Niponic	0,47
25	Caixa	Elástico Latex N° 18, Caixa Com 25g	Fulgor	0,52
26	Un	Extrator De Grampos, Tipo Espátula, Inoxidável, Medindo Aproximadamente 14 A 16 Cm X 10,5mm	Japam	0,35
27	Rolo	Fita Adesiva Larga Transparente, Medindo Aproximadamente 50 Mm X 50 M.	Tape	1,52
28	Rolo	Fita Adesiva Transparente Tamanho 12 Mm X 30 M, Tipo Polipropileno	Tape	0,40
29	Un	Fita Cassete Para Gravador, Tamanho 10 Cm X 7 Cm, 60 Minutos Original	Maxel	2,20
30	Un	Fita Tipo Dvcam Pdv-32n (Original)	Sony	183,00
31	Un	Fita Tipo Dvcam Pdv-184n (Original)	Sony	248,14
32	Un	Folha De Papel Almaço Com Pauta	Datapel	0,04
33	Un	Folha De Papel Embrulho Kraft 80g/M² Medindo Aproximadamente 90 X 60cm	Sampa	0,04
34	Caixa	Formulario Continuo Branco Com 80 Colunas Medindo 240 X 280 Mm, 1 Via, Caixa Com 3000	Alform	44,97
35	Caixa	Grampo Trançado N° 01 Caixa Com 12 Unidades	Bachi	1,20
36	Un	Grampeador Médio Com Estrutura Metálica De Alta Resistência, Para Grampos 26/6, Com Capacidade Para Grampear 20 Folhas, Com Base Antiderrapante	Goller	5,13
37	Caixa	Grampo Para Grampeador, Cobreado 26/6, Caixa Com 5.000 Unidades	Frama	1,80
38	Caixa	Grampo Tipo Trilho Inox Caixa C/50 Un	Iara	5,00
39	Un	Lápis Preto 2b	Cis	0,25
40	Un	Lapis Preto 6b	Cis	0,30
41	Un	Livro Ata Capa Dura Pautado Com 100 Folhas Numeradas, Sem Margem, Tamanho 22 X 32 Cm, Papel Sulfite Ou Apergaminhado Com No Mínimo 56 Gr/M²	Foroni	4,89
42	Un	Livro Ata Capa Dura Pautado Com 50 Folhas Numeradas, Sem Margem, Tamanho 22 X 32 Cm, Papel Sulfite Ou Apergaminhado Com No Mínimo 56 Gr/M²	Foroni	3,18
43	Un	Livro Protocolo De Entrega De Correspondência, Capa Dura Com 100 Folhas Numeradas, Tamanho Aproximado 154 X 216 Mm	Sd	3,75
44	Un	Pincel Com Ponta Cônica Para Quadro Branco, Na Cor Azul	Like	1,50
45	Un	Pincel Com Ponta Cônica Para Quadro Branco, Na Cor Vermelha	Like	1,50
46	Un	Pincel Com Ponta Cônica Para Quadro Branco, Na Cor Preta	Like	1,50
47	Caixa	Papel Carbono Tamanho Ofício Caixa C/100 Folhas Cor Azul	Grampline	5,50
48	Metro	Papel Tipo Contact Transparente Auto-Adesivo, Rolo Com 25m	Plastifik	1,20
49	Un	Pasta Classificadora Capa Dura Lisa Plastificada Com Trilho Cromado	Icl	0,50
50	Un	Pasta Az Lombada Estreita Tamanho Ofício Com Ferragem Cromada	Frama	3,20
51	Un	Pasta Cartolina Plastificada, Com Elástico Medindo 25 X 35 Cm	Icl	0,55
52	Un	Pasta Az Lombada Larga, Tamanho Ofício Com Ferragem Cromada	Frama	3,20
53	Un	Pasta Catálogo Capa Preta Com 10 Plásticos, Medindo Aproximadamente 33 X 24 Cm	DAC	2,10
54	Un	Pasta Suspensa, Plastificada, Corpo Em Cartão Com Gramatura Aproximada De 330g, Visor E Com Varão Em Aço	Geka	0,46
55	Un	Pasta Em L Polipropileno Espessura De 0,18 Por 210x297 Mm C/10 Un	Acp	0,40
56	Peca	Perfurador Metálico Com Capacidade Para 20 Folhas 75g/M²	Like	6,80
57	Un	Pincel Atômico, Medindo Aprox. 12 Cm De Comprimento Com Ponta De Feltro Retângular Com Escrita Medindo Aprox. 7,5mm X 3,5mm De Espessura, Tinta À Base De Álcool Na Cor Azul.	Japam	0,90
58	Un	Pincel Atômico, Medindo Aprox. 12cm De Comprimento Com Ponta De Feltro Retângular Com Escrita Medindo Aprox. 7,5mm X 3,5mm De Espessura, Tinta À Base De Álcool Na Cor Vermelha.	Japam	0,90
59	Un	Pincel Atômico, Medindo Aprox. 12cm De Comprimento Com Ponta De Feltro Retângular Com Escrita Medindo Aprox. 7,5mm X 3,5mm De Espessura, Tinta À Base De Álcool Na Cor Preta.	Japam	0,90

60	Un	Plastico Com 4 Furos Para Pasta Catalogo, Medindo 31 X 23 Cm	DAC	0,08
61	Peca	Conjunto Único De Acrílico Ou Plástico, Com Porta Canetas/Clips/Recados, Na Cor Preta Ou Fumê Medindo Aprox. 9,5 X 10 X 9,5cm	Waleu	5,19
62	Un	Régua Plástica Transparente, Espessura Mínima De 3 Mm E 35 Mm De Largura, Graduada Em 30 Cm	Ejs	0,17
63	Peca	Tesoura Multiuso, Lâmina Em Aço Inoxidável E Cabo Plástico, Três Dedos, Medindo Aproximadamente 21 Cm, Na Cor Preta Ou Marinha	Goller	2,39
64	Un	Envelope Comercial Branco 75 Mg 114 X 162 Mm	Foroni	0,02
65	Un	Envelope Ofício Branco 75 Mg 114 X 229 Mm	Foroni	0,03
66	Un	Envelope Saco Pardo Kraft Ou Ouro 360 X 260 Mm	Foroni	0,10
67	Un	Envelope Saco Pardo Kraft Ou Ouro 250 X 170 Mm	Foroni	0,05
68	Un	Cartucho Descartável, Tipo Lift-Off Para Máquina Ibm 82-C - 196-C	Colorprint	12,00
69	Un	Cartucho Descartável, Tipo Lift-Off Para Máquina Olivetti Et 112-121, Tamanho 7mm X 7m	Colorprint	4,00
70	Un	Cartucho Descartável, Tipo Lift-Off Para Máquina Olivetti Et 2000-2200, Tamanho 8mm X 12,50m, Capacidade 1.800 Caracteres	Masterprint	4,00
71	Un	Cartucho Descartável, Tipo Polietileno Corrigível Para Máquina Olivetti Et 112, Tamanho 185m X 17mm, Capacidade 200.000 Caracteres	Masterprint	20,00
72	Un	Cartucho Descartável, Tipo Polietileno Corrigível Para Máquina Olivetti Et 121, Tamanho 250m X 8mm, Capacidade 80.000 Caracteres	Masterprint	18,00
73	Un	Cartucho Descartável, Tipo Polietileno Corrigível Para Máquina Ibm 82c/196c Preta, Tamanho 16,5mm X 155m	Masterprint	13,30
74	Un	Cartucho Descartável, Tipo Polietileno Corrigível Para Máquina Olivetti Et 2000-2200	Masterprint	18,00
75	Un	Cartucho Descartável, Tipo Polietileno Corrigível Para Máquina Brother Ax-10	Masterprint	18,00

**1ª REGISTRADA: ELMO PAPELARIA LTDA.**

Endereço: Prefeito José Kehrig, nº 5501, Centro, Santo Amaro da Imperatriz/SC

CEP 88.140-000

Fone/fax (48) 3245-3365

E-mail elmopapelaria@ibest.com.br

CNPJ/MF sob o n.º 03.999.762/0001-31

2ª REGISTRADA: PROGRESSO ATACADO PAPELARIA LTDA

3ª REGISTRADA: AQUINPEL SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA E ESCRITÓRIO REPRESENTAÇÕES LTDA

**LOTE 03**

Item	Unid.	Material	Marca	Valor Unitário R\$
01	Un	Bateria 9v Alcalina.	Maxell	5,49
02	Un	Pilha Pequena Alcalina Lr6/1.5v - Aa, Formato Cilíndrico	Maxell	0,90
03	Un	Pilha Palito Alcalina Lr03/1.5v - Aaa, Formato Cilíndrico	Maxell	1,00
04	Un	Pilha Média Alcalina + C, Formato Cilíndrico	Maxell	4,00

**1ª REGISTRADA: ELMO PAPELARIA LTDA.**

Endereço: Prefeito José Kehrig, nº 5501, Centro, Santo Amaro da Imperatriz/SC

CEP 88.140-000

Fone/fax (48) 3245-3365

E-mail elmopapelaria@ibest.com.br

CNPJ/MF sob o n.º 03.999.762/0001-31

2ª REGISTRADA: PROGRESSO ATACADO PAPELARIA LTDA

3ª REGISTRADA: AQUINPEL SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA E ESCRITÓRIO REPRESENTAÇÕES LTDA

**LOTE 10**

Item	Unid.	Material	Marca	Valor Unitário R\$
01	Un	Garrafa Térmica S/ Pressão, Tampa Rosca, Capac. 1 Litro	Aladim	11,83
02	Un	Garrafa Térmica C/ Alça, Tampa Pressão, Serve Jato, Capac. 1 Litro	Aladim	21,50

**1ª REGISTRADA: ELMO PAPELARIA LTDA.**

Endereço: Prefeito José Kehrig, nº 5501, Centro, Santo Amaro da Imperatriz/SC

CEP 88.140-000

Fone/fax (48) 3245-3365

E-mail elmopapelaria@ibest.com.br

CNPJ/MF sob o n.º 03.999.762/0001-31

2ª REGISTRADA: LIVROS LUNARDELLI LTDA

Florianópolis, 22 de julho de 2009.

Deputado Jorginho Mello - Presidente da ALESC

\*\*\* X X X \*\*\*

**EXTRATO 098/2009**

REFERÊNCIA: Ata Registro de Preço CL nº 019/2009 oriunda do Pregão Presencial CL nº 022/2009.

OBJETO: aquisição de material de expediente, especificados nos Lotes 02 e 04

VIGÊNCIA DA ATA: 01 (um) ano após a assinatura da Ata (22 de julho de 2010).

FUNDAMENTO LEGAL: art. 15 da Lei nº 8.666/93, da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, Ato da Mesa n.º 214/2007 e, subsidiariamente pelo Decreto nº. 3.931/2001, alterado pelo Decreto 4.342/2002, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no Edital de Pregão Presencial CL nº. 022/2009.

**LOTE 02**

Item	Unid.	Material	Marca	Valor Unitário
1	Un	Adoçante Dietético Líquido, Sacarina, Não Contendo Glúten, Frasco C/ 100 ml	Adocil	R\$ 2,45
2	Un	Chás Diversos, Caixa De 30g Contendo 10 Saquinhos Embalados Individualmente, Com Marca, Procedência E Validade Impressas.	Prenda	R\$ 2,39
3	Peca	Dispencer Em Aço Inox Com Tubo Acrílico Redondo Para Copo Plástico De 50 Ml, Capacidade 100 Copos	Trilha	R\$ 17,90
4	Peca	Dispencer Em Aço Inox Com Tubo Acrílico Redondo Para Copo Plástico De 180 Ml, Capacidade 100 Copos	Trilha	R\$ 14,89
5	Caixa	Filtro De Papel Para Cafe Tamanho Nº 103 Caixa C/40 Unidades	Brigita	R\$ 4,93
6	Un	Base De Plástico Para Copo Descartável De 50 Ml	Plasitil	R\$ 0,59

**1ª REGISTRADA: MEPAS DISTRIBUIDORA DE MATERIAL DE ESCRITÓRIO E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA.**

Endereço: Avenida Arnaldo Silveira de Souza, nº 234, Área Industrial, São José/SC

CEP 88.101-740

Fone/fax (48) 3035-1100

E-mail adm@mepas.com.br

CNPJ/MF n.º 04.281.477/0001-43

**LOTE 04**

Item	Unid.	Material	Marca	Valor Unitário
1	UN	Espiral Nº 29 Para Encardenação, Cor Preta Formato A4.	Ejr	R\$ 0,17
2	UN	Capas Plásticas P/Encardenação Espiral Cor Preta Formato A4	Ejr	R\$ 0,13
3	UN	Capas Plásticas P/Encardenação Espiral Transparente Formato A4	Ejr	R\$ 0,16
4	UN	Capas Plásticas P/ Encardenação Espiral Verde Transparente, Formato A4.	Ejr	R\$ 0,16
5	UN	Espiral Nº 07 P/Encardenação Cor Preta Formato A4	Ejr	R\$ 0,03
6	UN	Espiral Nº 09 P/Encardenação Cor Preta Formato A4	Ejr	R\$ 0,03
7	UN	Espiral Nº 12 P/Encardenação Cor Preta Formato A4	Ejr	R\$ 0,04
8	UN	Espiral Nº 14 Para Encardenação, Cor Preta Formato A4.	Ejr	R\$ 0,05
9	UN	Espiral Nº 17 Para Encardenação, Cor Preta Formato A4.	Ejr	R\$ 0,06
10	UN	Espiral Nº 20 Para Encardenação, Cor Preta Formato A4.	Ejr	R\$ 0,08
11	UN	Espiral Nº 23 Para Encardenação, Cor Preta Formato A4.	Ejr	R\$ 0,11
12	UN	Espiral Nº 25 Para Encardenação, Cor Preta Formato A4.	Ejr	R\$ 0,13
13	UN	Espiral Nº 33 Para Encardenação, Cor Preta Formato A4.	Ejr	R\$ 0,23
14	UN	Espiral Nº 40 Para Encardenação, Cor Preta Formato A4.	Ejr	R\$ 0,35

**1ª REGISTRADA: MEPAS DISTRIBUIDORA DE MATERIAL DE ESCRITÓRIO E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA.**

Endereço: Avenida Arnaldo Silveira de Souza, nº 234, Área Industrial, São José/SC

CEP 88.101-740

Fone/fax (48) 3035-1100

E-mail adm@mepas.com.br

CNPJ/MF n.º 04.281.477/0001-43

2ª REGISTRADA: PROGRESSO ATACADO PAPELARIA LTDA

3ª REGISTRADA: ELMO PAPELARIA LTDA

Florianópolis, 22 de julho de 2009.

Deputado Jorginho Mello - Presidente da ALESC

\*\*\* X X X \*\*\*

**EXTRATO 099/2009**

REFERÊNCIA: Ata Registro de Preço CL nº 024/2009 oriunda do Pregão Presencial CL nº 022/2009.

OBJETO: aquisição de material de expediente, especificados nos Lotes 16 e 18

VIGÊNCIA DA ATA: 01 (um) ano após a assinatura da Ata (22 de julho de 2010).

FUNDAMENTO LEGAL: art. 15 da Lei nº 8.666/93, da Lei n.º10.520, de 17 de julho de 2002, Ato da Mesa n.º 214/2007 e, subsidiariamente pelo Decreto nº. 3.931/2001, alterado pelo Decreto 4.342/2002, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no **Edital de Pregão Presencial CL nº. 022/2009.****LOTE 16**

Item	Unid.	Material	Marca	Valor Unitário
01	UN	Cartucho de Toner TN-560 (Original ou compatível), novo de primeiro uso p/multifuncional Brother MFC8820D	BROTHER	R\$78,86
02	UN	Cartucho de Toner TN-570 (Original ou compatível), novo de primeiro uso para multifuncional Brother MFC 8840D	BROTHER	R\$80,00
03	UN	Cartucho de Toner TN-580 (Original ou compatível), novo de primeiro uso para multifuncional Brother MFC 8860D	BROTHER	R\$96,00
04	UN	Cartucho de Toner TN-350 (Original ou compatível), novo de primeiro uso para multifuncional Brother MFC 7420	BROTHER	R\$72,00

**1ª REGISTRADA: REINKJET TINTAS TONER E INFORMÁTICA LTDA.**

Endereço: Rua Uruguai, nº 147, Ponta Aguda, Blumenau/SC

CEP 89.050-060

Fone/fax (47) 3323-8686

E-mail Paula@reinkjet.com.br

CNPJ/MF n.º 03.504.465/0001-78

2ª REGISTRADA: INFOR SUPORI INFORMÁTICA

3ª REGISTRADA: AQUINPEL SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA E ESCRITÓRIO REPRESENTAÇÕES LTDA

**LOTE 18**

Item	Unid.	Material	Marca	Valor Unitário
01	UN	Cartucho de Toner 8405 12 A (original ou compatível) para impressora LEXMARK E-330	REINKJET	R\$70,00
02	UN	Cartucho de Toner 7415 12 A (original ou compatível) para impressora LEXMARK T420	REINKJET	R\$95,00
03	UN	Cartucho de Toner 64418XL (original ou compatível) para impressora LEXMARK T644	REINKJET	R\$220,00
04	UN	Cartucho de Toner 17G0154 (original ou compatível) para impressora LEXMARK Optra M410 - M412	REINKJET	R\$130,00

**1ª REGISTRADA: REINKJET TINTAS TONER E INFORMÁTICA LTDA.**

Endereço: Rua Uruguai, nº 147, Ponta Aguda, Blumenau/SC

CEP 89.050-060

Fone/fax (47) 3323-8686

E-mail Paula@reinkjet.com.br

CNPJ/MF n.º 03.504.465/0001-78

2ª REGISTRADA: ESCRIMATE COM. REPRES. MAT. ESCR. INF. LTDA

3ª REGISTRADA: AQUINPEL SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA E ESCRITÓRIO REPRESENTAÇÕES LTDA

Florianópolis, 22 de julho de 2009.

Deputado Jorginho Mello - Presidente da ALESC

Mello - Presidente da ALESC

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIOS****OFÍCIO Nº 281/09****CENTRO HOLÍSTICO LUZES DA ESPERANÇA**

Ofício nº 023/2009

Florianópolis, 31 de julho de 2009.

Ao Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual

Jorginho Mello

Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Excelentíssimo Presidente da ALESC

Na qualidade de Presidente do CENTRO HOLÍSTICO LUZES DA ESPERANÇA, associação civil, sem fins econômicos, **Declarado de Utilidade Pública Municipal pela Lei 7090 de 26 de junho de 2006, declarada de Utilidade Pública Estadual pela Lei 14.416 de 28 de abril de 2008 e registrado no Conselho Municipal de Assistência Social de Florianópolis**, situado a Servidão Netuno 153, Ingleses, Florianópolis - SC, encaminho em anexo a Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, conforme art. 3º da Lei Estadual: 14.416 que declarou o Centro Holístico de Utilidade Pública Estadual:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto;

IV - balancete contábil.

Atenciosamente

Ricardo Moreira Peixoto

Presidente - Centro Holístico Luzes da Esperança

*Lido no Expediente**Sessão de 05/08/09*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 282/09****ASSOCIAÇÃO DE SERVIÇOS SOCIAIS VOLUNTÁRIOS DE GUARAMIRIM BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS**

Guaramirim, 24 de julho de 2009

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Exmo.

Deputado Jorginho dos Santos Mello

DD. Presidente da Assembléia Legislativa

Florianópolis SC

Prezado Senhor:

Assunto: Relatório circunstanciado exercício de 2008

Atendendo a Lei 14.182, de 01 de novembro de 2007, Artigo 3º, segue para vossa apreciação, análise e deferimento do título de Utilidade Pública Estadual o relatório de atividades da Associação de Serviços Sociais Voluntários de Guaramirim "BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS" e os demais documentos referidos nesta Lei.

Na certeza da Vossa atenção especial, subscrevemo-nos.

Atenciosamente.

Mauro José Deretti

Presidente em Exercício

*Lido no Expediente**Sessão de 05/08/09*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 283/09****TERMO DE ABERTURA****Livro Caixa****Número: 2 Folha: 1**

Contém este livro 9 folhas numeradas do Nº 1 ao 9 emitidas através de processamento eletrônico de dados, que servirá de Livro Caixa da empresa abaixo descrita no período de 01/01/2008 a 30/09/2008.

Nome da Empresa .....: ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA VILA FLOR

Ramo.....: Atividades de associações de defesa de direitos sociais

Endereço .....: MANOEL ZEFERINO DA SILVA

Complemento .....: .....

Bairro .....: VILA FLOR

Município .....: CAPIVARI DE BAIXO

Estado .....: SC

Inscrição no CNPJ .....: 80.489.560/0001-90

Inscrição Estadual .....: .....

Registro na junta .....: .....

Inscrição Municipal .....: .....

CAPIVARI DE BAIXO, 01/01/2008

PEDRO MANOEL DA SILVA

PRESIDENTE

CPF: 018.962.619-49

WAGNER MACHADO DOS SANTOS

Reg. no CRC - SC sob o nº 028745/0-1

CPF: 025.926.189-02

*Lido no Expediente**Sessão de 05/08/09*

\*\*\* X X X \*\*\*



## OFÍCIO Nº 284/09

## RELATÓRIO DE ATIVIDADES REFERENTES AO ANO BASE DE 2008

NÚCLEO RENASCER EM PROL À VIDA INCLUSIVA - RENASCER, fundada em 09 de junho de 2005, relata as seguintes atividades no decorrente ano de 2008.

\* FORAM REALIZADAS REUNIÕES MENSIS DE FEVEREIRO A NOVEMBRO, COM MEMBROS DE NÚCLEO E DIRETORIA.

\* DOAÇÃO DE R\$ 1.000,00 (MIL REAIS) A COORDENAÇÃO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO MUNICÍPIO.

MOTIVO: DESPESA COM CADEIRA DE RODAS E CIRURGIA

\*DOAÇÃO DE R\$ 1.000,00 (MIL REAIS) PARA UM MEMBRO DA ONG PARA CONSULTA MÉDICA E MEDICAMENTO.

\* PARTICIPAÇÃO NA ELEIÇÃO DE FORMAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

DATA: 10/04/08

\* PARTICIPAÇÃO DOS ENCONTROS DE PAIS, PROMOVIDOS PELA COORDENAÇÃO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA DO MUNICÍPIO:

17/06/08 - TEMA: "CAMPANHA DE VALORIZAÇÃO DA VIDA" PALESTRA COM LUIZ EDUARDO BOUDAKIAN

20/08/08 - TEMA: "A HORA E A VEZ DA FAMÍLIA EM UMA SOCIEDADE INCLUSIVA"

17/09/08 - TEMA: "A HORA E A VEZ DA FAMÍLIA EM UMA SOCIEDADE INCLUSIVA"

\*PARTICIPAÇÃO NA XII FESTA DO VINHO

DATA: 09/08/08

DESFILE ALEGÓRICO

\*PARTICIPAÇÃO DA REUNIÃO NA CÂMARA MUNICIPAL DE URUSSANGA COM OSW CANDIDATOS AO CARGO DE PREFEITO DE URUSSANGA.

DATA: 20/09/08

ASSUNTO: ASSOCIATIVISMO COMUNITÁRIO

\*PARTICIPAÇÃO NA REUNIÃO DA UAMU NA CÂMARA DE VEREADORES DE URUSSANGA.

DATA: 10/11/08

ASSUNTO: ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL.

\*VISITA À FEIRA NACIONAL DE ACESSIBILIDADE E REABILITAÇÃO EM FLORIANÓPOLIS.

DATA: 07/11/08

Marinette Luiza Ribeiro Zanin

Presidente

*Lido no Expediente*

*Sessão de 05/08/09*

\*\*\* X X X \*\*\*

## OFÍCIO Nº 285/2009

## FEDERAÇÃO CATARINENSE DE TÊNIS

Ofício Nº 29/2009

Florianópolis, 31 de julho de 2009.

Exmo. Sr. Deputado

Moacir Sopelsa

1º. Secretário

Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Palácio Barriga Verde - Rua Doutor Jorge Luz Fontes, 310 - CEP: 88020-900 -

Florianópolis - SC

Prezado Senhor,

Com os cordiais cumprimentos Eu, Ricardo Murilo Pereira, intitulado presidente da Federação Catarinense de Tênis conforme Ata de Reunião da Diretoria do dia 08 de outubro de 2007 venho por meio deste apresentar a Vossa excelência os documentos conforme LEI Nº 14.182 de 01 de novembro de 2007 para controle e identificação do disposto no parágrafo 3º, da mesma.

A Lei que declara a Federação Catarinense de Tênis como utilidade Pública Estadual é de Nº 12.581 de 29 de maio de 2009 conforme documento anexo.

Sendo o que tínhamos para o momento, colocando-nos a disposição para dirimir dúvidas que eventualmente surjam.

Atenciosamente,

RICARDO MURILO PEREIRA

Presidente

*Lido no Expediente*

*Sessão de 06/08/09*

\*\*\* X X X \*\*\*

## OFÍCIO Nº 286/2009

## DECLARAÇÃO

REDE REGIONAL FEMININA DE COMBATE AO CÂNCER DE CANOINHAS, pessoa jurídica sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob nº 83.786.400/0001-00, estabelecida à Rua Nery Waltrick nº 690, Centro, em Canoinhas - SC, registrada no CNAS - processo nº 23002.002500/86-97 Res. 045-95 D.O.U 02/06/1995, com Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - Proc. Nº 28995.000454/94-61 e resolução 261 publico no D.O.U de 07/10/1999, portadora do título de utilidade Pública Federal - 12.212/93-32, publico no D.O.U de 01/02/1994 e Título de utilidade Pública Estadual - 8336, publicado no D.O.U de 01/10/1991, bem

como, Título de utilidade Pública Municipal - 1849, publicado no D.O.M de 29/11/1984. Registro no Cartório do 1º Tabelionato - Paulo S. Carvalho sob nº 154, folhas 79 à 81, de 02/10/1984, neste ato representado pela sua presidente Ana Rita de Oliveira Dreweck, vem através desta DECLARAR qu e permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão de declaração de utilidade Pública Estadual conforme Lei. 14.182, de Novembro der 2007.

Canoinhas, 03 de Agosto 2009.

Ana Rita Oliveira Dreweck

Presidente

*Lido no Expediente*

*Sessão de 05/08/09*

\*\*\* X X X \*\*\*

## PROJETOS DE LEI

## PROJETO DE LEI Nº 282/09

Declara de utilidade pública a Associação dos Pescadores Beira-Mar do Município de São José localizada no município de São José.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Pescadores Beira-Mar, com sede e foro no Município e Comarca de São José.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões,

Deputado Cesar Souza Junior

*Lido no Expediente*

*Sessão de 05/08/09*

## JUSTIFICATIVA

Submetemos a douda consideração de Vossas Excelências Projeto de Lei que visa Declarar de Utilidade Pública a Associação dos Pescadores Beira-Mar, com sede no município de São José.

Diante da relevância dos propósitos a que se destina a referida entidade, conforme termos instituídos em seu estatuto e para que a mesma possa usufruir dos direitos e vantagens da legislação vigente, solicito o acolhimento da presente proposição pelos respectivos pares.

\*\*\* X X X \*\*\*

## PROJETO DE LEI Nº 283/2009

Dispõe sobre a reponsabilidade das empresas pela lavagem dos uniformes usados por seus empregados no Estado de Santa Catarina.

Art. 1º As empresas que utilizam produtos nocivos à saúde do trabalhador e ao meio ambiente são responsáveis pela lavagem dos uniformes de seus empregados.

§1º - Para efeitos desta Lei, consideram-se produtos nocivos à saúde do trabalhador, os dispostos na legislação que regula a previdência social.

§2º - Para efgeitos desta Lei, consideram-se produtos nocivos ao meio ambiente, todos os produtos que como resultado da lavagem de uniformes criem efluentes poluidores que não possam ser lançados em corpos de água ou em canalizações públicas e privadas, por contrariarem a legislação em vigor.

Art. 2º As empresas poderão realizar diretamente a lavagem dos uniformes, ou contratar o serviço de terceiros, desde que o tratamento dos efluentes resultantes da lavagem obedeça à legislação vigente de proteção ao meio ambiente.

Art. 3º as empresas que deixarem de cumprir o estabelecido nesta Lei, ficarão sujeitas à aplicação de penalidades, na forma que dispuser o regulamento.

Art. 4º O Poder Executivo estadual fiscalizará a aplicação desta Lei através de seus órgãos competentes.

Art.5º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessárias.

Art.6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões, em de agosto de 2009.

Dionei Walter da Silva

Bancada do Partido dos Trabalhadores

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 05/08/09*

#### JUSTIFICATIVA

Apresentamos este Projeto de Lei, considerando a necessidade de dotar a legislação estadual de dispositivos de dispositivos que eliminem os riscos à saúde dos trabalhadores e protejam do meio ambiente.

Esta proposta teve inspiração em Projetos de Lei similares, apresentados na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo pelo Deputado José Zico Prado, e na Câmara Federal pelo Deputado Dr. Rosinha.

No Estado de São Paulo, o Projeto de Lei supracitado, já foi aprovado, sendo transformado na Lei estadual nº 12.254, de 09 de fevereiro de 2006.

Algumas das grandes empresas no Brasil, em especial no Estado de São Paulo, já têm como política a lavagem e manutenção dos uniformes de seus empregados. Entretanto, ainda é grande o número de empresas que transferem esta tarefa a seus empregados, que são obrigados a cuidar da limpeza dos uniformes usados no trabalho, através da lavagem doméstica.

A lavagem doméstica dos uniformes, além de onerar o trabalhador com a aquisição de produtos de limpeza, obriga, muitas vezes, a utilização doméstica de produtos perigosos que não devem ser utilizados por donas de casa sem conhecimento dos riscos, sem material de proteção adequado e sem treinamento específico. A lavagem do uniforme na residência do empregado pode ainda provocar a contaminação de sua família, pela mistura das roupas.

Em alguns casos, como o de uso de uniformes em consultórios, ambulatórios e enfermarias por médicos, enfermeiros, atendentes e funcionários da limpeza de hospitais e clínicas que trabalham em vários locais, o simples fato de o mesmo uniforme ser usado na rua, em transporte coletivo, para o deslocamento entre dois empregos e do emprego para a residência não é recomendado, pois expõe a riscos de contaminação os pacientes das instituições de saúde, a população, o trabalhador e sua família.

A lavagem doméstica de uniformes provoca, ainda, danos ao meio ambiente, pois os efluentes poluidores resultantes da lavagem são lançados à rede coletora sem o tratamento exigido pela legislação de proteção ambiental, isto quando não são lançados diretamente na natureza, uma vez que um grande número de residências da população de baixa renda situa-se em locais que não dispõem de serviços de saneamento básico, como rede de esgoto.

Pelas razões citadas, algumas empresas já se encarregam, diretamente ou através da contratação de terceiros, da lavagem dos uniformes de seus empregados. Porém, ainda existe um número significativo de empresas que deixam para os trabalhadores a tarefa de lavar os uniformes, expondo a risco sua saúde e de suas famílias, bem como o meio ambiente.

Já é obrigatório que as empresas providenciem a lavagem e manutenção do material usado para proteção do trabalhador, como luvas e botas.

Pretendemos estender a proteção ao trabalhador, à sua família e ao meio ambiente, garantindo que também a lavagem dos uniformes seja responsabilidade das empresas.

Pelos motivos aqui expostos, solicitamos a aprovação deste Projeto de Lei.

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PROJETO DE LEI Nº 284/09

Institui o Dia Estadual da Associação Brasil SGI.

Art. 1º Fica instituído o Dia Estadual da BSGI - Associação Brasil SGI.

Parágrafo único. O Dia Estadual da BSGI será comemorado anualmente no dia 19 de outubro.

Art. 2º O Governo do Estado, em parceria com os movimentos sociais, poderá promover ampla divulgação e realização de atividades alusivas ao evento.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões

Deputado Jean Kuhlmann

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 05/08/09*

#### JUSTIFICATIVA

A Fundação Soka Gakkai Internacional tem como principais focos de ação a promoção da paz, cultura e educação.

Em 1958, o segundo presidente da Soka Gakkai, Jossei Toda, faleceu, e após dois anos, em 3 de maio de 1960, Ikeda foi nomeado seu terceiro presidente. Sob sua liderança, a organização progrediu, chegando a alcançar aproximadamente treze milhões de membros no Japão, tornando-se a maior organização de seu gênero naquele país.

Para apoiar os esforços da Soka Gakkai, baseada na filosofia budista de Nitiren Daishonin e com o intuito de promover a paz, a

cultura e a educação, Ikeda fundou, através dos anos, instituições educacionais e culturais, incluindo a Sistema Escolar Soka que abrange da pré-escola a universidade, a Associação de Concertos Min-On e o Museu de Arte Fuji de Tóquio.

No Brasil, fundou o Distrito Brasil, predecessor da Associação Brasil - SGI (BSGI). A partir de então, inúmeras foram as viagens realizadas ao redor do mundo em prol da paz.

Assim, a organização foi sendo estruturada em diferentes países, surgindo a necessidade da criação da Soka Gakkai Internacional, ocorrida em Guam, no Havai, em 1975. Daisaku Ikeda passou então a ser presidente e impulsionou ainda mais o movimento em prol da paz, da cultura e da educação.

Hoje, a SGI está presente em aproximadamente 200 países e regiões e realiza atividades em prol do bem-estar da sociedade.

Daisaku Ikeda prossegue percorrendo o mundo, aplicando ativamente os princípios da filosofia budista aos problemas da humanidade e empenhando-se vigorosamente para criar uma nova era no século XXI - uma era de esperança, de compreensão, de respeito mútuo e de paz e prosperidade embasadas no verdadeiro humanismo.

Em Santa Catarina, a BSGI foi fundada em 1987 e promove atividades socioculturais buscando o estímulo aos indivíduos para que possam superar as adversidades diárias.

Desta forma, entendo que a instituição do Dia BSGI concorre para a promoção de uma sociedade mais justa e humana, merecendo por parte dos parlamentares desta Casa o apoio para a instituição da data comemorativa.

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PROJETO DE LEI Nº 285/09

Declara de utilidade pública a Associação dos Deficientes Visuais de Brusque e Região, com sede no município de Brusque.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Deficientes Visuais de Brusque e Região, com sede no município de Brusque.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Dagomar Carneiro

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 05/08/09*

#### JUSTIFICATIVA

Levo ao conhecimento dos nobres Pares o projeto de lei em anexo que visa declarar de utilidade pública estadual a Associação dos Deficientes Visuais de Brusque e Região.

Trata-se de entidade civil, assistencial, sem fins lucrativos que tem por finalidade promover e integrar as pessoas portadoras de deficiência visual de ambos os sexos e de todas as idades, sem qualquer distinção na sociedade em Brusque e região, bem como, defender seus direitos e interesses.

Para dar prosseguimento a essas dignas ações de interesse público, faz-se necessário que a referida entidade seja reconhecida de utilidade pública estadual.

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PROJETO DE LEI Nº 286/09

Altera o art. 1º da Lei nº 10.864 de 29 de julho de 1998 e adota outras providências.

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 10.864, de 29 de julho de 1998, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1º É facultado aos órgãos e às entidades da administração pública direta e indireta, conceder estágio a aluno matriculado em curso regular de ensino, ou de ensino à distância, mantido pelo poder público ou pela iniciativa privada, com funcionamento autorizado ou reconhecido pelos órgãos competentes.

Parágrafo único. A fiscalização e a sanção do disposto no caput, será definida em regulamento."

Art. 2º Esta Lei será regulamentada no prazo de trinta dias, a contar da data de sua publicação nos termos do inciso III do art. 71 da Constituição do Estado.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Gelson Merisio

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 06/08/09*

## JUSTIFICATIVA

Os estágios disponibilizados pela administração pública têm sido sem dúvidas uma forma eficaz de inclusão social e no mercado de trabalho para jovens ainda em curso com sua formação acadêmica.

Porém, encontramos ainda alguns obstáculos que podem e devem ser transpostos, e um deles é o impedimento daqueles que cursam ensino médio ou superior na modalidade de educação à distância para acessarem esses estágios.

Entendo que não se pode conceber que o Estado, que deve proteger o cidadão, resguardando seus direitos e garantias, adote esta postura discriminatória.

Deste modo, proponho a alteração dos dispositivos legais, permitindo o acesso desses cidadãos/alunos e adequando a lei aos preceitos constitucionais, os quais devemos defender e neles pautar nossa atuação neste Parlamento.

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI Nº 287/09**

Dispõe sobre a implantação do Programa de Identificação e Tratamento do Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade na Rede Estadual de Ensino e adota outras providências.

Art. 1º Fica autorizado o Governo do Estado a implantar o Programa de Identificação e Tratamento do Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade - TDAH, na Rede Estadual de Ensino, com ênfase para o Ensino Fundamental.

Art. 2º O Programa de que trata o art. 1º deve ser aplicado na capacitação permanente do corpo docente com o objetivo de identificar os sintomas do Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade - TDAH.

Art. 3º Caberá às Secretarias de Estado da Saúde e da Educação a formulação de diretrizes para viabilizar a plena execução do Programa de Identificação e Tratamento do Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade

Parágrafo único. Para a execução plena do trabalho de prevenção e tratamento serão instituídas equipes multidisciplinares de profissionais.

Art. 4º Esta Lei será regulamentada no prazo de sessenta dias, a contar da data de sua publicação nos termos do inciso III do art. 71 da Constituição do Estado.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Sala das Sessões,

Deputado Gelson Merisio

*Lido no Expediente*

*Sessão de 06/08/09*

## JUSTIFICATIVA

O Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade - TDAH ocorre como resultado de uma disfunção neurológica crônica no córtex pré-frontal. Quando pessoas que têm esse distúrbio e tentam se concentrar, a atividade do córtex pré-frontal diminui, ao invés de aumentar (como nos sujeitos do grupo de controle de cérebros normais). Assim sendo, essas pessoas mostram muitos sintomas, como fraca supervisão interna, pequeno âmbito de atenção, distração, desorganização, hiperatividade (apesar de que só metade das pessoas com DDA sejam hiperativas), problemas de controle de impulso, dificuldade de aprender com erros passados, falta de previsão e adiamento.

Tais aspectos são normalmente encontrados em pessoas sem o problema, mas para haver o diagnóstico desse transtorno a falta de atenção e a hiperatividade devem interferir significativamente na vida e no desenvolvimento normal da criança ou do adulto.

Estima-se que cerca de 3 a 6% das crianças na idade escolar (mais ou menos de 6 a 12 anos de idade) apresentem hiperatividade e ou déficit de atenção. O diagnóstico antes dos quatro ou cinco anos raramente é feito, pois o comportamento das crianças nessa idade é muito variável, e a atenção não é tão exigida quanto das crianças maiores. Mesmo assim, algumas crianças desenvolvem o transtorno numa idade bem precoce. Aproximadamente 60% dos pacientes que apresentam TDAH na infância permanecem com sintomas na idade adulta, embora em menor grau de intensidade. Na infância, o transtorno é mais comum em meninos e predominam os sintomas de hiperatividade. Com o passar dos anos, os sintomas de hiperatividade tendem a diminuir, permanecendo mais frequentemente a desatenção, e diminuindo a proporção homem x mulher, que passa a ser de um para um.

O diagnóstico deve ser feito por um profissional de saúde capacitado, preferencialmente neurologista, pediatra ou psiquiatra. O diagnóstico pode ser auxiliado por alguns testes psicológicos ou neuropsicológicos, principalmente em casos duvidosos, como em adultos, mas mesmo em crianças, para o adequado tratamento.

O tratamento muitas vezes envolve o uso de medicação e deve ser observado o progresso da terapia, pela família e escola. O acompanhamento da criança, de sua família e de seus professores é

fundamental, pois é preciso auxílio para que a criança possa reestruturar seu ambiente, reduzindo sua ansiedade e aumentando sua autoestima e capacidade de realização.

Diante da importância para a sociedade catarinense da matéria objeto deste projeto de lei, espero contar com a compreensão e o apoio dos demais Parlamentares integrantes desta Casa Legislativa para a sua necessária aprovação.

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI Nº 288/09**

Altera os arts. 1º, 2º e 3º da Lei nº 14.737, de 17 de junho de 2009, que dispõe sobre a obrigatoriedade de serviço de segurança nas Casas Lotéricas e Agências do Correio localizadas no território catarinense.

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 14.737, de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Todas as casas lotéricas e agências dos correios em funcionamento no estado de Santa Catarina ficam obrigadas a possuir serviço de segurança, prestado por vigilantes profissionais **após análise e parecer, da necessidade, pela Secretaria do Estado de Segurança Pública - SSP-SC**, visando a segurança dos usuários, funcionários e proprietários".

Art. 2º O art. 2º da Lei nº 14.737, de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º O Poder Executivo, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, será responsável pela **análise e parecer da necessidade da vigilância**, fiscalização e cumprimento da presente Lei".

Art. 3º O inciso I do art. 3º da Lei nº 14.737, de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º.....  
I - Não possuir segurança profissional ou possuir segurança não habilitado, **quando necessário**;"

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Darci de Matos

*Lido no Expediente*

*Sessão de 06/08/09*

## JUSTIFICATIVA

A proposição inicial de Projeto de Lei do deputado Renato Hinnig, elogiosa e demonstra a preocupação com a segurança dos funcionários das empresas, bem como de seus usuários.

Ocorre que a grande maioria destes estabelecimentos (Casa Lotéricas e Agência do Correio), principalmente aquelas em pequenas cidades, tem movimento muito pequeno, e sobrevive por ter uma administração familiar, onde o próprio proprietário e familiares a administram.

Desta forma a obrigatoriedade de contratação de vigilante profissional, sem a devida verificação da necessidade desta preocupação de segurança, pode acarretar despesa que inviabilizaria o empreendimento.

Em nossa proposta de alteração da lei, delegamos a Secretaria de Estado da Segurança Pública - SSP-SC, a análise e parecer da necessidade de contratação de vigilante profissional.

Assim, propomos a alteração da Lei nº 14.737/09, de 17 de junho de 2009, recentemente aprovada por este Parlamento, uma vez que sua aplicação prejudicará os pequenos e micros empreendedores, levando-os a fechar seus estabelecimentos e prejudicando a economia catarinense.

Face ao exposto, solicito aos nobres colegas parlamentares a aprovação desta matéria.

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI Nº 289/09**

Altera a Lei nº. 9.035, de 17 de maio de 1993, que declara de utilidade pública o Serviço de Assistência Social da Igreja Evangélica Assembléia de Deus do município de Ibirama.

Art. 1º A Ementa da Lei nº. 9.035, de 17 de maio de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Declara de utilidade pública o Serviço de Assistência Social Vale da Benção, com sede e foro na cidade de Ibirama".

Art. 2º O artigo 1º da Lei nº. 9.035, de 17 de maio de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica declarada de utilidade pública o Serviço de Assistência Social Vale da Benção, com sede e foro na cidade de Ibirama".

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em

Deputado Kennedy Nunes

*Lido no Expediente*

*Sessão de 06/08/09*

## JUSTIFICATIVA

Submeto à elevada consideração de vossas excelências o projeto de lei em anexo, que altera a Lei nº. 9.035, de 17 de maio de 1993, que declara de utilidade pública o Serviço de Assistência Social da Assembléia de Deus do município de Ibirama, em razão de nova denominação, conforme cópias em anexo da ata contendo a alteração e do CNPJ anterior e o atual, bem como do Estatuto.

\*\*\* X X X \*\*\*

## PROJETO DE LEI Nº 290/2009

Altera dispositivo da Lei 10.297, de 26 de dezembro de 1996, que disciplina o Imposto sobre Operações de Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS.

## O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** O inciso III do art. 19 da Lei 10.297, de 26 de dezembro de 1996, fica acrescido da seguinte alínea:

"n) saída de mercadorias, promovida por estabelecimento agropecuário, relacionadas a atividades enquadradas como Turismo Rural na Agricultura Familiar, instituído pela Lei 14.361, de 25 de janeiro de 2008".

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões em,

**Deputado Décio Góes**

*Lido no Expediente*

*Sessão de 06/08/09*

## JUSTIFICATIVA

É sabido que o Estado de Santa Catarina possui mais de 1.500 empreendimentos em turismo rural, sendo que quase metade deste universo se enquadra na condição de pequenos empreendimentos familiares, que desenvolvem o turismo de forma complementar a atividade agropecuária em suas propriedades agrícolas. Inseridos em um contexto administrativo, legal, fiscal e tributário ainda desfavorável, estes empreendimentos sofrem com entraves que dificultam sua implantação, desenvolvimento e expansão.

Por outro lado, deve-se reconhecer que a sanção da Lei nº 14.361, de 25 de janeiro de 2008, através da qual foi instituída a Política de Apoio ao Turismo Rural na Agricultura Familiar de Santa Catarina, também chamada de Lei TRAF/SC, se traduziu numa ação estratégica de reconhecimento e apoio público a este importante segmento turístico de nosso Estado.

Cabe ressaltar que o desenvolvimento dos trabalhos em torno da regulamentação da referida Lei, protagonizados por um Grupo de Trabalho interinstitucional constituído em Audiência Pública nesta Casa, em maio de 2008, deixou evidente que dentre os pontos centrais a serem regulamentados, sobressaem-se: 1) uso da nota de produtor rural para tributar serviços e atividades TRAF através do ICMS; 2) tributação de serviços de hospedagem e alimentação através do ISS; 3) elaboração de instruções normativas que regulamentem a atuação da vigilância sanitária em empreendimentos TRAF.

Neste sentido, o presente projeto reduz a alíquota do ICMS que incide sobre as mercadorias comercializadas no âmbito das atividades que caracterizam o Turismo Rural na Agricultura Familiar e que podem ser tributadas através da Nota de Produtor Rural, possibilidade esta introduzida na legislação catarinense pela Lei TRAF/SC e regulamentada pelo Decreto Estadual 1.987, de 10 de dezembro de 2008.

A medida proposta vem, com efeito, reforçar o elenco de medidas inaugurado pela Lei TRAF/SC, que têm por fim assegurar, aos agricultores familiares catarinenses, alternativas de trabalho e renda em turismo rural, sem que deixem de ser agricultores.

No tocante à iniciativa parlamentar em matéria tributária, convém considerar que a alegação de vício de iniciativa, em matéria tributária, foi declarado expressamente superado na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.659/ SC, em que foi Relator o Min. Nelson Jobim (DJ 06-02-2004 PP-00022).

Por outro lado, o Estado tem autonomia para determinar a alíquota aplicável, dispensada a prévia autorização das demais unidades da Federação, nos termos do art. 155, § 2º, XII, "g", da Constituição Federal, mediante convênio celebrado conforme o rito disciplinado pela Lei Complementar 24, de 7 de janeiro de 1975. De fato, o inciso VI do dispositivo constitucional citado dispõe que as alíquotas internas não poderão ser inferiores às previstas para as operações interestaduais. As alíquotas interestaduais são determinadas por resolução do Senado Federal. No caso catarinense, as alíquotas internas não podem ser inferiores ao patamar de 12% (doze por cento). A fixação de alíquota inferior, nos termos do mesmo dispositivo, depende de celebração de convênio. Portanto, o Estado tem autonomia para fixar as alíquotas nas operações internas, desde que não ultrapasse o piso mencionado.

Importa ainda salientar que o dispositivo proposto está em consonância com o interesse social que consiste no fim último do Estado que é o bem comum e a construção de política que beneficiem aqueles grupos ou segmentos historicamente menos favorecidos. Nesse sentido, leciona Maria Sylvia Zanella Di Pietro (*Direito Administrativo*. 18ª ed. São Paulo: Atlas, 2005, p. 69):

O Direito deixou de ser apenas instrumento de garantia dos direitos do indivíduo e passou a ser visto como meio para consecução da justiça social, do bem comum, do bem-estar coletivo.

Em nome do primado do interesse público, inúmeras transformações ocorreram: houve uma ampliação das atividades assumidas pelo Estado para atender às necessidades coletivas, com a conseqüente ampliação do próprio conceito de serviço público.

Estamos certos de que com a cobrança da alíquota mínima de ICMS sobre a saída de mercadorias, promovida por estabelecimento agropecuário, relacionadas a atividades enquadradas como Turismo Rural na Agricultura Familiar, estamos dando mais um importante passo à promoção do marco regulatório que permitirá o desenvolvimento de atividades e serviços turísticos afinados com a vocação do espaço agrário catarinense.

\*\*\* X X X \*\*\*

## PROJETO DE LEI Nº 291/2009

Dispõe sobre a cobrança da tarifa de água no Estado de Santa Catarina.

**Art. 1º** A cobrança da tarifa de água dar-se-á pelo consumo efetivo de cada unidade consumidora, restando proibida a fixação de preço sobre o consumo mínimo estimativo ou pela média dos meses anteriores, salvo nos locais que não apresentarem hidrômetro em perfeito funcionamento ou que por outro motivo for inviável a aferição mensal do consumo efetivo.

**Art. 2º** Admitir-se-á a tarifa progressiva somente se o critério para sua aplicação basear-se na posição econômica do consumidor.

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das sessões,

Rogério Mendonça  
Deputado

*Lido no Expediente*

*Sessão de 06/08/09*

## JUSTIFICATIVA

Estabelece o inciso IV do artigo 22 da Constituição da República do Brasil que "Compete privativamente à União legislar sobre: IV - água [...]". Todavia, verifica-se que a questão não trata sobre o uso da água, mas sobre política tarifária referente a serviço público fornecido por concessionária.

A proposição que ora apresentamos à consideração dos Pares deste Parlamento visa a impedir a cobrança de tarifa de água baseada no consumo mínimo estimado ou ainda pela média dos meses anteriores, haja vista a exigência de hidrômetro no imóvel, como também obstar a aplicação da tarifa sazonal

Ressalta-se que o meio de cobrança "tarifa" (preço público) é a remuneração paga pelo usuário por utilizar um serviço público divisível e específico, regido pelo regime contratual de direito público. Desta feita, o seu valor deve corresponder ao produto fornecido (água) ou ao serviço prestado (esgoto), não podendo ser confundida com a taxa, cuja cobrança está condicionada a prévia autorização e tem como principal característica a compulsoriedade. Ademais, a base de cálculo da tarifa referente a preço público, dada a sua natureza contraprestacional, será o custo despendido pela fornecedora de serviço, sendo incabível, portanto, sua fixação aleatória.

A par disso, o presente projeto não visa a questionar propriamente a legalidade dos modelos atuais de fixação de tarifa com base em presunções de consumo, mas sim a justiça desse tipo de remuneração sem contraprestação.

Com o mesmo propósito, o presente projeto opõe-se também à tarifa sazonal aplicada em determinadas regiões. Aliás, dispõe o artigo 13 da Lei 8.987, de 1995, o qual prevê a possibilidade de haver diferenciação, em razão das características técnicas e dos custos específicos provenientes, de atendimento aos distintos segmentos de usuário, proibindo-se, todavia, a diferenciação de tarifas dentro da mesma categoria.

Em que pese o argumento de que a aplicação da tarifa sazonal estimula a redução do consumo de água e evita o racionamento, verifica-se, na verdade, incompatibilidade com o princípio da isonomia, insculpido no artigo 5º, caput, da Constituição Federal. Neste sentido, o princípio da igualdade está diretamente ligado ao princípio da proporcionalidade, razão pela qual o que se veda não é simplesmente o tratamento desigual, mas, sobretudo, o tratamento desigual quando não houver razoabilidade para tanto.

É perfeitamente presumível que durante a alta temporada, principalmente nas cidades praianas, o consumo de água seja muito maior se comparado ao restante do ano. O argumento de que nesse

período do ano o grande volume de água dificulta a prestação de serviço necessário não pode constituir um ônus ao consumidor, já que a responsabilidade da devida prestação compete ao fornecedor, *in casu* à concessionária. Desta feita, o consumidor só deve ser compelido a pagar pelo consumido.

Por fim, somente haverá legitimidade para imposição de tarifa progressiva se o critério para sua aplicação basear-se na posição econômica do consumidor ou na inviabilidade técnica de aferição, sob pena de subversão aos princípios sociais que inspiram a cobrança da tarifa dos serviços de água.

Assim, solicitamos aos Pares desta Casa a aprovação do Projeto de Lei.

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PROJETO DE LEI Nº 292/2009

Dispõe sobre a criação do Programa Estadual de Comercialização Direta entre o agricultor familiar e o pescador artesanal com o consumidor final por meio de Feiras Livres, sob a coordenação da Secretaria de Estado de Agricultura e Desenvolvimento Rural e dá outras providências

Art. 1º O Estado criará mecanismos técnicos e financeiros para prestar apoio às iniciativas de comercialização direta entre o agricultor familiar e o consumidor final, como também, entre o pescador artesanal e o consumidor final por meio de Feiras Livres, sob coordenação da Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Rural, que será financiado pelo Fundo de Desenvolvimento Rural.

Parágrafo único. Dar-se-á preferência às cooperativas e organizações que incluam agricultores familiares que subsistem da comercialização de produtos da terra, da criação de animais e os oriundos da pesca, os quais deverão observar os valores socioeconômicos e culturais, de modo a garantir a diversificação da produção, além da preservação e utilização sustentável dos recursos naturais.

Art. 2º O Programa Estadual de Comercialização Direta terá como metas:

I - o estímulo à implantação de Feiras Livres e de outras formas de comercialização direta entre agricultores familiares e pescadores artesanais com os consumidores, atendendo-se aos princípios da economia popular solidária e do comércio justo;

II - o estímulo ao processamento de alimentos e de produtos agroindustriais e ainda de pescados artesanais, visando à agregação de valor aos produtos e consequente melhoria da renda das famílias produtoras;

III - o fortalecimento da economia local proporcionando novas alternativas de trabalho aos moradores das áreas rurais;

IV - o oferecimento regular de alimentos e produtos saudáveis de baixo custo, contribuindo para auxiliar no combate às carências nutricionais, a promoção da segurança alimentar e a produção alimentar sustentável;

V - a promoção de instrumentos que fortaleçam as relações de gênero, com enfoque principal à participação das mulheres nos processos de agroindustrialização e de comercialização;

Art. 3º Caberá ao Estado de Santa Catarina:

I - promover a implantação de Feiras Livres que tenham por objetivo a comercialização direta de produtos rurais;

II - oferecer assistência técnica e treinamento aos agricultores e pescadores na produção de produtos orgânicos e artesanais, desde os tratamentos pós-colheita, embalagem, técnicas de manejo e comercialização;

III - participar do planejamento de instalações e equipamentos, como também, dos projetos de financiamento para implantação de Feiras Livres de que trata esta lei;

Parágrafo único. Para fins do disposto neste artigo, terão preferência os municípios que apresentam os menores índices de desenvolvimento, os quais serão selecionados pelos Conselhos Municipais de Desenvolvimento.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das sessões,

Rogério Mendonça  
Deputado

Lido no Expediente  
Sessão de 06/08/09

#### JUSTIFICATIVA

A agricultura familiar é um segmento de grande relevância econômica e social para todas as regiões do Estado de Santa Catarina, haja vista ser o principal gerador de trabalho rural, como também, fundamental na promoção e garantia da segurança alimentar em áreas urbanas.

No mesmo sentido, a pesca artesanal tem significativa importância para o Estado, onde existem cerca de vinte cinco mil pescadores artesanais em atividade, os quais são responsáveis por cerca de trinta por cento da produção catarinense de pescado. A pesca artesanal é o tipo de pesca caracterizada principalmente pela mão-de-obra familiar,

com embarcações de pequeno porte, cuja área de atuação está nas proximidades das costas e nos rios e lagos.

Em que pese a existência de políticas de apoio já implantadas favoráveis à agricultura familiar e à pesca artesanal muitas famílias apresentam níveis de renda muito baixos. Denota-se, que a dificuldade de comercializar sem atravessadores os produtos corriqueiros produzidos na propriedade obsta a melhoria da renda desses produtores. Verifica-se, outrossim, a existência de problemas em relação à atividade, como a dificuldade de manutenção das colônias, a concorrência de pesca industrial, a poluição, dentre outros.

Assim, a inclusão dos agricultores e pescadores em toda a cadeia, desde a produção ou pesca até a comercialização, visa a facilitar as formas de aproveitamento da produção com efeitos positivos sobre a melhoria no manejo e na distribuição dos produtos, e também sobre o conhecimento dos hábitos alimentares dos consumidores. Outro aspecto relevante a ser considerado é a agregação de valor e a consequente melhoria da renda da família produtora. Isso será possível se o poder público, aliado às lideranças locais e aos grupos de produtores, viabilizar a implantação de mecanismos que possibilitem a participação do agricultor familiar e do pescador artesanal no processo de comercialização direta com o consumidor final.

Neste vértice, as Feiras Livres apresentam-se como ótima alternativa ao agricultor familiar e ao pescador, o qual poderá comercializar diretamente com o consumidor final, aumentando, desta forma, a renda do produtor, como também haverá maior disponibilidade de alimentos saudáveis e com preços melhores para o comprador.

Por outro lado, com o aumento das preocupações com o meio ambiente, intensifica-se o nível de conscientização da sociedade em relação aos impactos negativos produzidos pela atividade agrícola sobre os recursos naturais, tornando-se necessário que os modelos de exploração agrícola estejam ajustados de modo a manter a sustentabilidade econômica e ambiental.

Todavia, tendo em vista as limitações estruturais e financeiras dos municípios, é essencial o apoio do Governo do Estado em ações que viabilizem a implantação e o fomento dessas Feiras.

Desta forma, considerando a pertinência da matéria, solicitamos aos Pares desta Casa a aprovação do Projeto de Lei.

\*\*\* X X X \*\*\*

### REQUERIMENTOS

#### ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA.

##### REQUERIMENTO

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA.

Deputado Jorginho Mello

Venho respeitosamente a presença de V. Exa., já tendo cumprido o tempo para a convocação inicial, declinar, por ora, de assumir a vaga de Deputado Estadual, em aberto, com a saída temporária do Deputado Pedro Uczaí, no período restante como suplente.

Outrossim, registro por oportuno, que tal manifestação não importa em renúncia à condição de suplente.

Sala das Sessões, em

ANGELA ALBINO

Partido Comunista do Brasil - PC do B.

Ao Expediente da Mesa

Em, 06/08/2009

\*\*\* X X X \*\*\*

#### ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA.

##### REQUERIMENTO

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA.

Deputado Jorginho Mello

Eu, JOSÉ PAULO SERAFIM, que este subscreve, venho respeitosamente a presença de V. Exa., já tendo cumprido o tempo cumprido o tempo para a convocação inicial, declinar de assumir a vaga de Deputado Estadual, em aberto, com a saída temporária do Deputado Pedro Uczaí, no período restante como suplente.

Sala das Sessões, em

JOSÉ PAULO SERAFIM

PARTIDO DOS TRABALHADORES - SC.

Ao Expediente da Mesa

Em, 06/08/2009

\*\*\* X X X \*\*\*